

Universidade Federal de Sergipe  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

## Residência da família Cardoso em Santaluz/BA: Análise arquitetônica e diagnóstico de degradação



Ana Clara Matos Araújo Lima

Laranjeiras, 2024.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
CAMPUS DE LARANJEIRAS**

**ANA CLARA MATOS ARAÚJO LIMA**

**RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA CARDOSO EM SANTALUZ/BA: ANÁLISE  
ARQUITETÔNICA E DIAGNÓSTICO DE DEGRADAÇÃO**

Laranjeiras - SE

2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
CAMPUS DE LARANJEIRAS**

**ANA CLARA MATOS ARAÚJO LIMA**

**RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA CARDOSO EM SANTALUZ/BA: ANÁLISE  
ARQUITETÔNICA E DIAGNÓSTICO DE DEGRADAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Samira Fagundes de Souza

Laranjeiras - SE

2024

**ANA CLARA MATOS ARAÚJO LIMA**

**RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA CARDOSO EM SANTALUZ/BA: ANÁLISE  
ARQUITETÔNICA E DIAGNÓSTICO DE DEGRADAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
da Universidade Federal de Sergipe, como parte integrante da disciplina Trabalho de  
Conclusão de Curso II

Aprovado em: / /

Banca examinadora:

---

Prof. Ma. Samira Fagundes de Souza  
Orientadora

---

Prof. Ma. Rosany Albuquerque Matos  
Examinadora Interna

---

Arquiteta Camila Rodrigues dos Santos  
Examinadora Externa

Laranjeiras, SE

2024

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos meus pais, Jeane e Wudson, pelo apoio incondicional dedicado aos meus objetivos pessoais, profissionais e acadêmicos. Aos meus padrinhos, Cleide e Alberto, pelo auxílio significativo durante a minha estadia fora da Bahia e durante a execução deste trabalho. À minha avó, Maria, que me fez perceber a importância que reside no reconhecimento da ancestralidade, fortalecendo assim, a relação que mantenho com a minha cidade de origem, Santaluz. Ao meu irmão, Guilherme, e meu namorado, Ítalo, cuja assistência foi imprescindível para a realização de muitos trabalhos ao longo desta graduação.

Agradeço também à minha orientadora, Samira Fagundes, pela paciência, conhecimentos partilhados e por tornar esta última etapa tranquila e segura. À todos os amigos que fiz na universidade, sou grata pelo acolhimento, pelas trocas, pela companhia nas madrugadas em claro e pela confiança. E por fim, estendo minha gratidão a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a minha formação.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a residência da família Cardoso, construída no município de Santaluz, Bahia, entre o final do século XIX e início do século XX. Atualmente, a edificação encontra-se em estado de conservação alarmante devido à ação de intempéries e à falta de manutenção periódica. O objetivo principal é desenvolver uma análise arquitetônica e um diagnóstico de degradações a partir dos princípios reconhecidos por alguns dos principais teóricos da Conservação e Restauro: Viollet-le-Duc, Camillo Boito, Cesare Brandi e Gustavo Giovannoni. A metodologia abrange três etapas: a pesquisa bibliográfica e documental, a pesquisa de campo e a pesquisa descritiva. Uma vez pertencente à família do primeiro prefeito, a edificação é considerada uma das testemunhas mais importantes da origem de Santaluz. Portanto, é preciso que, através de princípios difundidos no campo da Conservação e Restauro, procure-se inserir a edificação em uma condição satisfatória de preservação.

**Palavras-chave:** Conservação, Restauro, Mapeamento de Danos, Santaluz.

## ABSTRACT

This final paper has as its object of study the Cardoso family residence, built in the city of Santaluz, Bahia, between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century. Currently, the building is in an alarming state of conservation due to the effects of bad weather and the lack of periodic maintenance. The main objective is to develop an architectural analysis and a diagnosis of degradation based on the principles recognized by some of the main theorists of Conservation and Restoration: Viollet-le-Duc, Camillo Boito, Cesare Brandi and Gustavo Giovannoni. The methodology covers three stages: bibliographic and documentary research, field research and descriptive research. Once belonging to the family of the first mayor, the building is considered one of the most important witnesses to the origins of Santaluz. Therefore, it is necessary, through principles disseminated in the field of Conservation and Restoration, to place the building in a satisfactory condition of preservation.

**Keywords:** Conservation, Restoration, Damage Mapping, Santaluz.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 — Mapa de localização de Santaluz/BA.....	31
Figura 02 — Esquema do processo produtivo da cultura sisaleira .....	34
Figura 03 — Estação ferroviária Leste Brasileira.....	37
Figura 04 — Praça Coronel José Leitão em 1957.....	38
Figura 05 — Praça Ezequiel Cardoso Costa em 1983.....	39
Figura 06 — Casarão da Família Leitão.....	41
Figura 07 — Casa de Leitãozinho.....	42
Figura 08 — Busto do antigo prefeito Ezequiel Cardoso da Costa, localizado na Praça Ezequiel Cardoso da Costa.....	45
Figura 09 — Residência da família Cardoso em 2006.....	46
Figura 10 — Antiga Prefeitura de Santaluz.....	51
Figura 11 — Antigo Açougue Municipal.....	52
Figura 12 — Demolição do Antigo Açougue Municipal, renomeado como Biblioteca Municipal Almir Barros.....	52
Figura 13 — Residência da família Cardoso atualmente.....	55
Figura 14 — Entorno da residência da família Cardoso.....	56
Figura 15 — Lira Popular Luzense.....	57
Figura 16 — Edificação comercial nº 12 atualmente.....	57
Figura 17 — Edificação comercial nº 12.....	58
Figura 18 — Planta de cobertura.....	59
Figura 19 — Planta baixa esquemática com indicação dos ambientes.....	60
Figura 20 — Planta Baixa da casa do Barão da Lagoa em 1849.....	60
Figura 21 — Planta baixa esquemática com setorização de ambientes.....	61
Figura 22 — Antiga Escola da Professora Marocas.....	62
Figura 23 — Divisões e eixo de simetria da fachada principal.....	63
Figura 24 — Pinturas nas paredes da Sala de Estar 1.....	64
Figura 25 — Pinturas nas paredes da Sala de Estar 2.....	65
Figura 26 — Pinturas nas paredes da Sala de Jantar.....	65
Figura 27 — Planta Baixa esquemática com paginação de piso.....	66
Figura 28 — Porta tipo 1.....	69
Figura 29 — Porta tipo 2.....	69

Figura 30 — Porta tipo 3.....	69
Figura 31 — Porta tipo 4.....	69
Figura 32 — Porta tipo 5.....	70
Figura 33 — Porta tipo 6.....	70
Figura 34 — Portas tipo 7 e 8.....	70
Figura 35 — Janela tipo 1.....	71
Figura 36 — Janela tipo 2.....	71
Figura 37 — Janela tipo 3.....	72
Figura 38 — Janela tipo 4.....	72
Figura 39 — Janela tipo 5.....	72
Figura 40 — Janela tipo 6.....	71
Figura 41 — Forro PVC da sala de jantar.....	73
Figura 42 — Estrutura do telhado vista da sala de estar.....	74
Figura 43 — Identificação de ornamentos da Fachada Sul.....	75
Figura 44 — Croqui da Fachada Sul.....	108

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 — Pisos.....	63
------------------------	----

## **LISTA DE SIGLAS E SÍMBOLOS**

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DTAF – Departamento de Tributos e Auditoria Fiscal

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

CBPM – Companhia Baiana de Pesquisa Mineral

Seagri – Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

ICR – Instituto Central de Restauração

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE ARQUITETÔNICA NO RESTAURO.....</b>	<b>16</b>
2.1. O RECONHECIMENTO HISTÓRICO DA CIDADE E DA EDIFICAÇÃO.....	20
2.2. O DESENHO COMO INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO.....	22
2.3. O PAPEL DAS FICHAS FOTOGRÁFICAS NA CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO ATUAL DO MONUMENTO.....	24
2.4. A DOCUMENTAÇÃO DOS MATERIAIS E DOS SISTEMAS CONSTRUTIVOS.....	25
<b>3. O DESENVOLVIMENTO DE SANTALUZ E A RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA CARDOSO.....</b>	<b>30</b>
3.1. O TERRITÓRIO DO SISAL.....	32
3.2. A FAMÍLIA LOPES E A IMPLANTAÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA.....	35
3.3. A VINDA DA FAMÍLIA LEITÃO.....	40
3.4. A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA CARDOSO NA EMANCIPAÇÃO DE SANTALUZ E O HISTÓRICO DO MONUMENTO.....	44
3.5. A EXPANSÃO ECONÔMICA.....	47
3.6. O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI.....	50
<b>4. ANÁLISE DO MONUMENTO.....</b>	<b>54</b>
4.1. A EDIFICAÇÃO E SEU ENTORNO.....	55
4.2. CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS.....	58
4.3. SISTEMAS CONSTRUTIVOS E MATERIAIS EMPREGADOS.....	64
4.3.1 Alvenaria e revestimentos.....	64
4.3.2 Pisos.....	66
4.3.3 Esquadrias.....	68
4.3.4 Cobertura e forro.....	73
4.3.5 Ornamentos.....	74
<b>5. DIAGNÓSTICO DAS DEGRADAÇÕES.....</b>	<b>76</b>
5.1. DOCUMENTAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS DANOS.....	77

5.2. FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS.....	77
5.3. LEVANTAMENTO E MAPAS DE DANOS.....	92
<b>6. RECOMENDAÇÕES CONFORME TEÓRICOS DA CONSERVAÇÃO E RESTAURO.....</b>	<b>105</b>
6.1. VIOLLET-LE-DUC.....	107
6.2. CAMILLO BOITO E CESARE BRANDI.....	110
6.3. GUSTAVO GIOVANNONI.....	113
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>118</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>120</b>

# Capítulo 1



Introdução

## 1. INTRODUÇÃO

A residência da família Cardoso, localizada no núcleo mais antigo da cidade de Santaluz/Bahia, trata-se de uma edificação térrea, construída, aproximadamente, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX e destinada a abrigar os integrantes da família Cardoso, que manteve, durante o período de formação do município, uma posição de destaque nas relações de poder dentro da sociedade luzense (Cruz, 2020). No dia 1 de setembro de 1935, Ezequiel Cardoso da Costa tornou-se o primeiro prefeito de Santaluz, oficializando assim a aquisição de poder político e econômico na região atribuída à sua família, assim como ocorreu com as famílias Lopes e Leitão (Reis, 2015). Nesse contexto, os ideais políticos, econômicos e sociais desse grupo foram responsáveis por moldar o desenvolvimento da sociedade luzense, uma vez que, na região, a dominação de autoridades políticas ligadas ao latifúndio se manteve por décadas através de laços de favoritismo.

Além de se configurar como um objeto importante para a história e memória da cidade, os visitantes e moradores locais continuam a reconhecer os valores históricos e estéticos da construção. No entanto, atualmente, o imóvel encontra-se em condições vulneráveis devido, principalmente, à falta de manutenção e à ação de intempéries. Apesar de parte da sociedade luzense compreender a importância da preservação de vestígios que fornecem informações e evocam lembranças sobre o passado da cidade, nenhum imóvel antigo da cidade está resguardado pela esfera municipal, estadual ou federal.

Além disso, em 2018 e 2019, autoridades políticas municipais impuseram a demolição de dois imóveis datados do século passado e localizados no centro da cidade: o antigo Açougue Municipal (Juliano, 2019) e a antiga Prefeitura (Vem Ver Cidade, 2018). Nesse contexto, a falta de manutenção ligada ao descaso do poder público coloca em risco a integridade das obras históricas da cidade.

A residência pertencente à família do primeiro prefeito é considerada uma das testemunhas mais importantes da origem do município de Santaluz, localizado no sertão da Bahia. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (s.d.), a sede de Santaluz desenvolveu-se a partir da implantação da Estação Ferroviária da Leste Brasileiro, em 1884, na fazenda Santa Luzia, local que já abrigava um conjunto de residências. Após a inauguração da Estação, o desenvolvimento do comércio e o aumento do número de residentes fez com que a Fazenda se transformasse em Arraial (IBGE, s.d.). Em julho de 1935, a partir de um decreto estadual, o local desmembrou-se do município de Queimadas, passando a ser

considerado Distrito Santa Luzia e em 1938, foi elevado à categoria de cidade, sendo renomeado, em 1943, como Santaluz (IBGE, s.d.).

Os arredores da Praça Ezequiel Cardoso da Costa e da Praça Coronel José Leitão, vizinha à Estação Ferroviária, abrigam a maior quantidade de edificações antigas do município, dentre elas, a residência da família Cardoso, que constitui um lugar de história e memória para diferentes gerações e grupos sociais luzenses.

O objetivo geral deste trabalho é desenvolver uma análise arquitetônica e um diagnóstico de degradações referentes à residência da família Cardoso a partir dos princípios reconhecidos por alguns dos principais teóricos da Conservação e Restauro: Viollet-le-Duc, Camilo Boito, Cesare Brandi e Gustavo Giovannoni. Para isso foram planejados os seguintes objetivos específicos:

- a) Correlacionar a construção da edificação com a formação do município de Santaluz;
- b) Investigar as técnicas construtivas empregadas;
- c) Identificar e mapear as degradações;
- d) Propor recomendações de condutas sobre as degradações encontradas com base nos principais teóricos da Conservação e Restauro.

Portanto, a metodologia deste trabalho abrange três etapas: a pesquisa bibliográfica e documental, a pesquisa de campo e a pesquisa descritiva. A pesquisa bibliográfica e documental consiste em visitas à repositórios institucionais, acervos, bibliotecas e arquivos a fim de coletar informações acerca das cartas patrimoniais, dos teóricos da Conservação e Restauro, do desenvolvimento da cidade de Santaluz (BA), da influência da família Cardoso e das técnicas e materiais empregados na construção da sua residência. Essa etapa abrange a caracterização da edificação no que se refere à sua relevância histórica, social e cultural no município.

A pesquisa de campo contempla atividades relacionadas à investigação de degradações que afetam a integridade da residência, além da análise das técnicas construtivas e dos materiais empregados. Esta etapa da metodologia envolve o levantamento fotográfico a partir da criação de um banco de imagens e de fichas fotográficas, o levantamento arquitetônico para análise tipológica por meio da representação gráfica, e a elaboração de fichas de identificação e mapeamento de danos (Tinoco, 2009). Na pesquisa descritiva, por fim, realiza-se a análise dos aspectos históricos e físicos, além da correlação entre as patologias encontradas. Dessa forma, torna-se possível a proposição de ações que objetivam a contenção desses danos.

Portanto, dentre os resultados esperados, está a relação do contexto histórico de formação de Santaluz/BA com a edificação objeto de estudo; a sua documentação, no que diz respeito à caracterização arquitetônica; e a elaboração de um diagnóstico de degradações e recomendações para tratamento que sejam capazes de valorizar o papel da edificação na história e cultura da cidade de Santaluz/BA.

## Capítulo 2



Princípios metodológicos de  
análise arquitetônica no  
restauro

## 2. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE ARQUITETÔNICA NO RESTAURO

No que se refere à metodologia aplicada à Conservação e Restauro, Carbonara (2013 apud Brendle, 2016) denuncia a falta de uma unidade teórica e metodológica nas abordagens adotadas em ações de intervenção naquilo que é antigo e relevante à História e Cultura. Segundo o arquiteto, a profundidade histórica da arquitetura e da cidade é, de maneira recorrente, suprimida e desalinhada com as ações criativas adotadas em projetos, gerando imitações de estilo completamente desprovidas de método e adições de formas desatentas às razões históricas que sustentam a preservação do patrimônio. Em relação a isso:

O arquiteto deve se persuadir a não contribuir somente com uma história de formas, mas com a história do homem no mais amplo significado do termo. A história e a crítica da arquitetura deve assumir um papel mais complexo [do que] a mera comparação tipológica e descritiva da realidade histórica. Uma interpretação diferente reduz a história da arquitetura à cronologia e a arquitetura a um jogo geométrico desmotivado (Pane, 2004, p.68 apud Brendle, 2016, p. 3)

Dentro desse contexto, o que é produzido atualmente no campo da arquitetura precisa estar em coerência com a lógica que rege o tecido urbano de modo que não haja a sobreposição do novo ao antigo nem vice-versa. Portanto, Brandi defende, em 1962, durante a conferência *II centro storico e lo sviluppo urbanístico*, que a preservação dos centros históricos depende, sobretudo, dessa integração urbanística, uma vez que “não se deve crer que um conjunto urbano ou uma paisagem possa ser separado do tecido na qual lentamente foi formado: assim, nem mesmo um monumento, nem mesmo uma obra de arte pode ficar independente daquilo que a circunda” (Brandi, 1966, p. 151 apud Brendle, 2016, p.14).

Em relação à prática de intervenções no patrimônio histórico, é comum o uso de termos que possibilitam a definição de princípios voltados para a exploração de um campo científico multidisciplinar. Em um primeiro momento, faz-se necessário o esclarecimento de conceitos que, ao longo dos séculos XIX e XX, tornaram-se imprescindíveis para a compreensão das formulações teóricas relacionadas à percepção da herança cultural à posteridade.

Barrientos (2004, p. 24) define “diagnóstico” como “descrição do problema patológico incluindo apenas sintomas, causas, mecanismo e caracterizando a gravidade do problema”. O diagnóstico surge como uma das etapas necessárias para a prática de conservação do objeto, principalmente no que se refere aos ”estudos de ‘cronologia construtiva’” (Freitas, 2012, p.

186), nos quais é possível entender a natureza dos materiais constituintes, além dos elementos que foram alterados, adicionados ou subtraídos com o passar do tempo.

A manutenção se refere a reunião de práticas que tem como objetivo a desaceleração do processo de degradação em uma edificação, podendo ser corretiva ou preventiva (Barrientos, 2004). A reconstrução, por outro lado, é definida como a “renovação total ou parcial das edificações desativadas ou destinadas a reabilitação” (Barrientos, 2004, p. 25). Para a ação relacionada ao tratamento de patologias e encaminhamento da edificação ao seu estado de equilíbrio, a autora atribui a palavra “recuperação” e para a recuperação através do uso de tecnologia sustentável, foi designado o conceito de “reabilitação”.

O conceito de conservação “de caráter sistêmico, corresponde ao conjunto de ações destinadas ao prolongamento do desempenho da edificação, auxiliando o processo de controle do imóvel” (Barrientos, 2004, p. 24). Freitas e Tirello (2015) destacam a necessidade da representação do estado de conservação utilizando convenções gráficas normalizadas capazes de atribuir ao desenho a classificação de documento. Sobre isso:

Conservar uma edificação é, sob o ponto de vista da prática de obras e serviços, resguardá-la do dano e da decadência, através de conjuntos de medidas e ações para corrigir e consertar as partes com sinais explícitos e potenciais de degradação. Tais medidas e ações têm um caráter corretivo, distinto da manutenção que tem um caráter preventivo (Tinoco, 2009, p. 4).

A partir dessa lógica, Barrientos (2004) traz a definição de restauração como a união de práticas que visam a recuperação da imagem e concepção original em uma obra de arte. No entanto, Tirello e Freitas (2015) alegam que hoje essa definição não é válida, uma vez que no século XIX e XX, o conceito de restauração ultrapassou a esfera de composição formal sobre uma superfície, passando a ser empregado em um campo multidisciplinar que é capaz de fornecer análises e informações necessárias para o entendimento de um objeto como um vestígio ou documento necessário para o fornecimento de informações acerca de si mesmo e do contexto no qual foi concebido. Portanto:

Por se relacionar a objetos ativos, sujeitos às transformações no tempo, o desenvolvimento de um projeto de conservação e restauração é uma atividade determinada por metodologias subordinadas ao campo da preservação dos bens culturais. Tem suas regras, suas etapas e especificidades. Demanda fases de estudos dos artefatos que, visando o seu reconhecimento físico e temporal, englobam pesquisa histórica, registros gráficos e fotográficos, individualização da categoria e extensão das alterações físicas e químicas (as populares “patologias”), estabilidade e resultantes estéticas que, entre outros aspectos, perfazem um conjunto de

informações definidoras dos projetos de restauração, seja da arquitetura que de objetos de arte (Freitas; Tirello, 2015, p. 3).

Sobre isso, apesar da importância da adoção de técnicas adequadas, a restauração não se limita ao campo técnico, sendo compreendida como um “campo disciplinar autônomo” (Kuhl, 2004, p. 310), no qual a conjuntura cultural é considerada e discutida anteriormente à adoção de ações práticas e objetivas. Isso se deve, sobretudo, à evolução de ideias formuladas no contexto renascentista referentes à valorização de materiais originais, à mínima intervenção, à distinguibilidade e reversibilidade, à definição de passado e presente e à importância da documentação precisa e detalhada antes e depois de toda e qualquer ação sobre a forma original (Kuhl, 2004).

Alois Riegl (2014) fez contribuições relevantes no que se refere à preservação de monumentos históricos, o que foi fundamental para a consolidação da preservação de objetos culturalmente significantes como uma disciplina autônoma. As suas colocações contém elementos que são utilizados até hoje no que se refere à conceituação da conservação, indo para além do campo artístico e formal e estabelecendo uma relação entre a preservação de bens culturais e a unidade estilística. Isso resultou na contribuição do novo campo para a historiografia geral e a História da Arte (Kuhl, 2004).

As postulações de Brandi, por sua vez, trouxeram à tona as possibilidades de “restituir a unidade ainda potencialmente existente no edifício a ser restaurado, através de uma intervenção do presente e segundo uma linguagem não invasiva e sem dúvida contemporânea” (Varagnoli, 2010, p. 25 apud Brendle, 2016, p. 16). Em “Teoria da Restauração”, Brandi (2004) traça novos princípios para a restauração de obras de arte baseadas na adoção da investigação científica, além da incorporação do conhecimento histórico e artístico e no repúdio às falsificações e adoções de preferências pessoais.

Portanto, em sua teoria, Brandi defende o reconhecimento de um bem como uma obra de arte para que seja passível de restauro ao observar que “qualquer comportamento em relação a obra de arte, nisso compreendendo a intervenção do restauro, depende de que ocorra o reconhecimento ou não da obra de arte” (Brandi, 2004, p. 27). A partir disso, o objeto então passa a ser analisado sobre o contexto histórico e estético que contempla a sua totalidade, seus aspectos físicos, a sua imagem e as transformações às quais foi submetido ao longo do tempo (Santos, 2020).

Nesse contexto, destaca-se Giovanni Carbonara, teórico da vertente crítico conservativa, que teve como base a teoria brandiana e abrange uma releitura do restauro

crítico. Nessa ideia, prevalecem e destacam-se três princípios pelo autor: a distinguibilidade, a reversibilidade e a mínima intervenção. O primeiro é considerado imprescindível nas ações práticas de restauro, uma vez que respeita as modificações ocasionadas pelo tempo e permite que o observador não seja enganado pela adição de elementos que não estavam presentes no momento em que a edificação foi concebida (Santos, 2020). O segundo se aproxima da ideia de conservação dos valores estéticos e do caráter de unidade de uma obra ao definir que toda e qualquer ação de intervenção pode ser desfeita sem comprometer a sua integridade. O terceiro, por fim, está relacionado à importância da investigação da obra sem a utilização de métodos invasivos uma vez sendo considerada um documento histórico e a materialização de determinados valores estéticos (Kuhl, 2005).

## **2.1. O RECONHECIMENTO HISTÓRICO DA CIDADE E DA EDIFICAÇÃO**

Um dos documentos mais importantes para o campo do restauro são as cartas patrimoniais, que “constituem base deontológica para as várias profissões envolvidas na preservação, mas não são receituário de simples aplicação” (Kuhl, 2010, p. 287). Dentre elas, é importante evidenciar a existência da Carta de Veneza, documento-base do Icomos, resultado do congresso realizado em 1964 que apresenta fundamentos para a intervenção em edificações que são utilizados até hoje. Sobre isso:

Entre as premissas motivadoras da elaboração desta carta destaca-se aquela na qual a ideia de monumento a ser preservado não se restringia mais ao monumento histórico avaliado a partir de sua exemplaridade. Repercutia então uma outra noção: o valor histórico dos monumentos seria atribuído pela materialização de um processo cultural e o seu reconhecimento físico, portanto, vincular-se-ia à análise do tempo transcorrido, comunicado também pelas formas e materiais subtraídos ou acrescentados [...] Nesta perspectiva, a restauração tornou-se um ato crítico e a conservação uma conduta crítica, na medida em que propõe, para ambas, um contínuo estudo dos significados emanados pelo objeto histórico. Apoiada com as técnicas adequadas do desenho de levantamento, conservar compreende também registrar um objeto, sua relação ambiental e suas formas de interação com o meio onde se situa, a fim de conhecer plenamente sua gênese. (Freitas, 2012, p. 92).

Portanto, um projeto de restauração precisa seguir princípios metodológicos que envolvem as mais diversas áreas do conhecimento, necessidade que confere ao campo o aspecto multidisciplinar, juntamente com a história da edificação. Nesse contexto, é preciso o cumprimento de etapas anteriores à concepção do documento que traz a representação gráfica das futuras intervenções a serem realizadas, sendo estas ligadas ao conhecimento de técnicas construtivas antigas e à investigação da cronologia envolvendo o objeto, que são possíveis graças ao reconhecimento histórico do entorno. Sendo elas o reconhecimento histórico do

edifício, o levantamento de dados da arquitetura construída e a análise cronológica dos materiais. A primeira etapa está vinculada:

a pesquisa de campo, dados documentais em arquivos específicos e material de pesquisa científica recente. São dados que devem extrapolar a mera relação do objeto estudado com a “história dos fatos”, mas que permitam relacionar aspectos físicos do edifício a possíveis mudanças de usos e oferecer parâmetros para o estudo dos ambientes (Freitas, 2012, p. 94).

A segunda etapa está relacionada aos:

sistemas construtivos empregados e tecnologias associadas, que deve ser balizador de um estudo preventivo de todas as atividades no projeto, expresso em desenhos completos e escalas adequadas à representação. São desenhos e fotografias de portas, caixilhos, pisos, forros, elementos, pinturas – relacionadas (Freitas, 2012, p. 93).

E a terceira etapa é “obtida pela documentação das alterações, patologias associadas, interações e processos de degradação entre os sistemas construtivos. É a síntese crítica dos dados obtidos, que condiciona todas as fases de intervenção posteriores” (Freitas, 2012, p. 94).

No que se refere à primeira etapa, pode-se observar que uma obra arquitetônica está à mercê de análises e interpretações não apenas de arquitetos, mas arqueólogos, historiadores, antropólogos e sociólogos, por exemplo, o que confirma o caráter multidisciplinar do campo da Conservação e Restauro. No Artigo 3º da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964, p. 2), está escrito que “a conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico”. A edificação, portanto, apresenta caráter de documento e configura-se como um vestígio do passado, fazendo com que haja a necessidade de que a sua investigação se adeque aos “pressupostos da conservação científica” (Freitas; Tirello, 2015, p. 3).

Assim, a necessidade de uma documentação detalhada sobre a condição e constituição física e material de uma obra é um dos caminhos que levam à garantia de um reconhecimento histórico válido. Nesse sentido, a “cronologia construtiva” (Freitas, 2012, p. 186) permite a identificação de intervenções executadas sobre as superfícies desde o momento em que a edificação foi concebida, a partir da interação de diferentes materiais, lacunas, preenchimentos e adições de elementos. As alterações documentadas configuram-se como

evidências que sustentam a descrição de momentos históricos significativos. Nessa conjuntura:

Digamos desde já que esta [a História da Arte] não consta somente do reagrupamento dos factos artísticos segundo certos critérios de ordem , mas visa também explicar historicamente toda a fenomenologia da arte. A obra de arte não é um facto estético que tem também um interesse histórico: é um facto que tem valor histórico porque tem um valor artístico, é uma obra de arte (Argan, ano, p. 17).

Segundo Tinoco (2009) o levantamento de dados históricos é imprescindível para a fase do reconhecimento e análise que concerne à identificação de danos. O autor divide essa atividade em dois tipos de coleta de informações, sendo eles os documentos escritos e os orais. O primeiro grupo abrange materiais mais escassos e de difícil acesso, como “o diário de obra; o registro de recebimento de materiais e componentes; notas fiscais de materiais e equipamentos; contratos para execução dos serviços; cronograma físico-financeiro previsto e executado” (Tinoco, 2009, p. 9).

O segundo grupo inclui testemunhos de moradores e usuários da edificação ou de funcionários que prestaram serviço na edificação durante a fase de construção ou manutenção. Esses testemunhos devem ser relacionados com a condição do objeto e podem oferecer informações à respeito de modificações realizadas no projeto ou na fase de execução, do surgimento de patologias e suas possíveis causas, dos cuidados tomados durante as manutenções e da influência do clima sobre o estado de conservação dos materiais (Tinoco, 2009).

## **2.2. O DESENHO COMO INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO**

Como foi dito anteriormente, por tratar de objetos que estão sujeitos às transformações impostas pelo tempo, clima e ações humanas, o projeto de conservação e restauração de bens culturais perpassa por normas e etapas específicas voltadas para a preservação da sua essência. As fases iniciais visam, sobretudo, o reconhecimento físico e histórico através da investigação de referências bibliográficas e documentais, dos registros fotográficos e produções gráficas, da identificação de patologias, do registro de sistemas construtivos e materiais empregados e da análise de elementos esteticamente relevantes (Freitas, 2012). Nessa conjuntura:

Dentre essas etapas de estudo, de caráter essencialmente cognitivo, as mais importantes para o registro fenomenológico dos artefatos, por mais prosaicas que pareçam, são ainda a análise visual (com expertise) e as medidas obtidas in situ com

minuciosos levantamentos métricos e fotográficos (do micro ao macro). São métodos tradicionais de análise não invasiva dos objetos que se revertem em dados concretos de avaliação da categoria e qualidade de suas descontinuidades materiais, geométricas e formais, nem sempre evidentes à primeira vista. O resultado formal dessas análises são, evidentemente, peças gráficas – o conjunto de elementos de um “levantamento cadastral” – que evidenciam o estudo realizado, consoante o grau de especialização da informação que se pretende comunicar. É dele que resulta, por exemplo, os chamados “mapas de danos”, o reconhecimento das fases e planimetrias histórico-construtivas, alguns dos aspectos da análise de edifícios históricos que virão a se constituir em ferramentas de trabalho na ocasião da intervenção de restauro ou em documentação científica para controle conservativo (Freitas; Tirello, 2015, p. 3).

Tinoco (2009) escreve que as representações gráficas, como esboços e desenhos são importantes como suporte para as intervenções em edificações antigas e ocupam papéis diferentes das representações que seguem as normas difundidas na Arquitetura. A produção de um croqui, por exemplo, materializa as observações do seu autor no que se refere à evidência das diversidade, a hierarquia e simetria de elementos e as proporções entre elementos ou na edificação por inteiro. Mapas e gráficos, por sua vez, seguem uma normativa mais rigorosa e precisa, com a intenção de representar idealmente a realidade. Partindo desse pressuposto, o Artigo 16º da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964, p. 4) postula que:

Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhadas pela elaboração de uma documentação precisa sob forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação, recomposição e integração, bem como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos serão ali consignados. Essa documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação (ICOMOS, 1964, p. 4).

Além disso, pelo fato da edificação ser uma fonte autêntica, a sua representação através do desenho permite a extração de informações e concepções do ponto de vista do autor, que são fundamentais na “percepção de elementos artísticos, aspectos formais, conceitos e relações existentes no projeto arquitetônico” (Sobral, 2018, p. 17). O desenho como instrumento é extremamente relevante para a documentação histórica, quando não classifica-se como o próprio documento, carregando informações a respeito dos usuários e do contexto econômico e cultural do local onde está inserido. Sobral defende que:

Além de compreender o universo projetual a análise gráfica serve como instrumento de projeto para entender a obra de referência no em um panorama espaço/temporal, estoque de soluções e codificação gráfica comunicacional. Desta forma enriquece o discurso histórico através da formulação de conceitos, exposição de idéias e princípios (Sobral, 2018, p. 17).

No que diz respeito, mais precisamente, ao registro arquitetônico, “o desenho de levantamento” (Tirello; Freitas, 2015, p. 4) tem como finalidade possibilitar o reconhecimento de uma obra através da reprodução das dimensões mensuradas em campo. É nesse material que são representadas as técnicas construtivas, os ornamentos, materiais utilizados, cores e o estado de conservação. “Propõe-se, portanto, à representação analítica externa e interna das obras” (Freitas; Tirello, 2015, p. 4).

A Carta de Veneza (1964) traz declarações consolidadas a respeito dos princípios metodológicos do restauro crítico, nos quais fica entendida a ideia de que o documento pode ser considerado um documento. O restauro crítico tem como base as propostas estabelecidas pelo restauro filológico de Boito e Giovannoni, no qual atribui-se grande importância aos aspectos documentais e cronológicos das obras ao longo do tempo, sem a intenção de retorná-las ao seu estado original (Kuhl, 2010). Nesse caso, segundo o Artigo 1º da Carta (1964), a definição de monumento histórico não está aprisionada aos princípios estéticos ou à representação estilística, mas apega-se ao seu significado dentro do contexto cultural.

### **2.3. O PAPEL DAS FICHAS FOTOGRÁFICAS NA CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO ATUAL DO MONUMENTO**

Na Itália do século XVII, Camilo Boito passa a assumir uma posição centralizada entre os ideais de Violet-leDuc e Ruskin, ao divulgar, no III Congresso de Engenheiros e Arquitetos de 1883, os seguintes princípios para restauração arquitetônica:

- 1- Diferença de estilo entre o novo e o velho.
- 2- Diferença de material de construção.
- 3- Supressão de perfis e ornamentos
- 4- Mostra de pedaços velhos retirados, em local aberto e ao lado do monumento.
- 5- Incisão em cada pedaço renovado com a data do restauro ou com um sinal convencional.
- 6- Epígrafe descritiva incisa sobre o monumento.
- 7- **Descrições e fotografias dos diversos períodos do trabalho, dispostas no edifício ou num local próximo a ele, ou descrição publicada pela imprensa.**<sup>1</sup>
- 8- Notoriedade. (Braga, 2003, p. 5).

Em 1931, a Conferência de Atenas toma esses princípios como base para a proposição de um plano internacional. Nesse cenário, surge Gustavo Giovannoni, seguidor de Boito, em

---

<sup>1</sup> Grifo da autora

defesa desses critérios que “unificavam a arte do restauro e a colocava sobre base científica” (Braga, 2003, p. 6) ao ampliar o significado de conservação do monumento e chamar atenção para o entorno da obra. A Carta de Atenas (1931) define, portanto, os princípios gerais voltados para a conceituação geral da restauração, a lei que rege os monumentos históricos, a sua valorização, os materiais utilizados nas práticas de restauração, os danos aos quais o monumento está submetido, os critérios para definição da técnica de conservação e o papel da educação nesse contexto (Coelho, 1993). Ao desenvolver esses conceitos a partir da Carta de Veneza (1964), o último artigo chama atenção para a documentação dos trabalhos que devem ser de cunho analítico e crítico, além de precisar contar com fotografias.

Braga (2003) salienta a importância do cumprimento de uma série de etapas para que o processo de conservação ou restauração de uma obra arquitetônica seja realizado de maneira adequada. Sendo assim:

O registro fotográfico deve abranger todos espaços internos, todas as fachadas e todos os elementos arquitetônicos, integrados e ornamentais, além de detalhes da estrutura, da cobertura, das instalações, etc. O registro fotográfico deve mostrar, também, a inserção do edifício no seu entorno. O levantamento fotográfico deve ser, preferencialmente, organizado em forma de fichas fotográficas, onde o elemento fotografado é identificado em planta, assim como o ângulo da foto. A ficha fotográfica deve conter, além da planta de identificação do elemento, todos os dados relativos ao filme e à tomada da foto, assim como observações relativas ao conteúdo da foto (Braga, 2003, p. 30).

Na etapa de levantamento arquitetônico, em adição às medições, é necessária a utilização da fotografia como forma de captura da condição física na qual a edificação se encontra. No entanto, a autora sugere a adoção de técnicas de fotogrametria para que haja uma confecção de imagens mais fidedignas às curvas de nível existentes no local.

#### **2.4. A DOCUMENTAÇÃO DOS MATERIAIS E DOS SISTEMAS CONSTRUTIVOS**

O registro gráfico de uma edificação antiga é realizado com base em critérios específicos que atingem maior precisão na medição, possibilitando assim, o registro detalhado de imperfeições, irregularidades e detalhes ornamentais e, portanto, o “pleno reconhecimento de uma obra arquitetônica, por meio da recomposição de um modelo fiel às suas particularidades no ato da medição” (Freitas, 2012, p. 160). Porém, antes disso, faz-se necessária uma vistoria preliminar a fim de averiguar o nível de segurança e a facilidade de acesso ao imóvel. Dentre os materiais utilizados no levantamento, destacam-se a trena, mangueiras de nível, nível de bolha, instrumentos para registros e Equipamentos de Proteção

Individual - EPI, como luvas, máscaras e capacetes. As medições são realizadas após a produção de croquis de plantas, cortes, elevações e detalhes que servirão como suporte para as atividades. Em relação a isso, Braga (2003) faz as seguintes recomendações:

Para minimizar as possibilidades de erros, recomenda-se que as medidas horizontais de cada pavimento sejam tomadas todas em um mesmo nível, uma vez que as paredes antigas, muitas vezes, apresentam desaprumos. Considerando essa possibilidade, muito comum por sinal, a tomada das medidas em alturas diferentes num mesmo pavimento, somada às perdas correspondentes à catenária da trena, aumentam em muito a possibilidade de erros. Outro cuidado que se deve ter ao tomar as medidas horizontais é de triangular. Cada compartimento deve ser medido em todos os lados e nas diagonais necessárias para formar triângulos. Esta técnica permite o registro gráfico das angulações existentes entre as paredes, normalmente diferentes de 90° ou, como costumam dizer, fora de esquadro. As medidas verticais devem ser tomadas todas a partir do nível que foi determinado no início do levantamento, de forma a permitir registrar corretamente os desníveis, tão comuns, nos pisos e forros e/ou tetos. Além disso, todas as medidas devem ser tomadas com o auxílio de prumo, evitando que elas sejam registradas incorretamente (Braga, 2003, p. 29).

Freitas e Tirello (2015) afirmam que o desenho de levantamento é uma ferramenta fundamental para a documentação que visa a preservação de bens relevantes historicamente. Além disso, se o desenho for realizado com clareza, ele é capaz de colaborar para o estabelecimento de uma linha de comunicação sólida entre diferentes profissionais que visam o mesmo objetivo: a preservação de um monumento histórico. Portanto, faz-se necessário que o responsável pela produção do desenho tenha conhecimento das normas e princípios específicos que regem o ofício. No entanto:

[...] esta especialidade, característica dos arquitetos em sua grande maioria, tem sido pouco explorada do ponto de vista da elaboração de protocolos disciplinares que possam guiar a atividade prática e o que se observa constantemente é a perda de conhecimento tradicional em detrimento da novidade tecnológica, o que é, no mínimo uma contradição para o próprio fim que pretende (Freitas; Tirello, 2015, p. 6)

A partir disso, obtém-se os registros e cotas de plantas, cortes e elevações, juntamente com a identificação dos revestimentos e sistemas construtivos. No fim, são apresentadas duas plantas baixas de levantamento: a planta baixa com cotas e a planta baixa com a definição de materiais e sistemas construtivos (Braga, 2003). Além de registrar a situação atual da edificação, o levantamento arquitetônico ocasiona observações mais detalhadas que permitem a identificação de intervenções realizadas anteriormente.

Sobre isso, Freitas (2012) identifica um problema relacionado à associação da tarefa de registro da arquitetura com o ofício do arquiteto. Diferente de arqueólogos, arquitetos

tendem a realizar uma medição e conseqüentemente, uma representação do espaço de maneira geral, destacando a “composição do espaço, ou pela busca métrica do conjunto” (Freitas, 2012, p. 162) e deixando de lado, por exemplo, a exata localização de elementos “menores”, como tomadas elétricas, por exemplo. Essa forma de levantamento e representação oferece um risco, uma vez que é capaz de impedir a identificação e mapeamento de todos os danos, levando, assim, à documentação defasada de uma edificação. O arqueólogo, por sua vez:

[...] detém-se de forma exaustiva e cuidadosa em cada unidade física que pretende documentar, na arquitetura ou no terreno. Na concepção de um arqueólogo, pela resultante de sua formação, a representação do espaço está totalmente condicionada pela fidelidade material do objeto que representa. A posição de um osso numa câmara funerária, ou a composição estratigráfica de uma pintura parietal, ou das camadas do solo ou das técnicas construtivas aplicadas, pode levá-lo a conclusões paradigmáticas importantes, ainda que nem sempre condicionadas pela percepção espacial do conjunto que possa orientá-lo em suas conjecturas (Freitas, 2012, p. 163).

O próximo passo está relacionado ao monitoramento do estado de conservação e da abrangência das patologias, que precisam ser registradas. Braga (2003, p. 30) explica que “o relatório do estado de conservação deve ser organizado por grupos de elementos construtivos necessários para ilustrar as patologias identificadas”. Em seguida, inicia-se a produção do Mapa de Danos.

O Mapa de Danos é “uma representação gráfico-fotográfica sinóptica, onde são discriminadas rigorosa e minuciosamente todos os danos ou deteriorações da edificação” (TINOCO, 2009, p. 13). A primeira etapa que compreende a sua elaboração é a caracterização dos danos, na qual são realizadas vistorias, levantamentos, ensaios e estudos. Em relação às vistorias:

A vistoria na edificação objeto de estudo é uma inspeção com o propósito procurar indícios e sintomas da ocorrência de algum fenômeno prejudicial ao bom desempenho dos componentes construtivos da edificação. A vistoria deve chegar a uma conclusão objetiva. Portanto, sugere-se que na vistoria à edificação sejam verificadas: (1) a existência e gravidade dos danos; (2) a extensão e o alcance dos problemas; (3) as características físico-químicas dos materiais e dos danos; (4) registro dos resultados da visita.

- (1) A determinação da existência e da gravidade dos danos normalmente é feita por expertise, através de uma comparação entre o comportamento padrão do componente construtivo e o desempenho encontrado. Na maioria das situações, os danos num edifício apresentam-se à vista o que torna imediata a constatação dos problemas. [...].
- (2) O conhecimento da extensão e do alcance dos danos é necessário para se saber se são localizados (pontuais) ou generalizados. Isto vai acarretar nas dimensões e tempo das investigações, particularmente quando se tratar de grandes e complexos edifícios. Seja como for, as

investigações *in loco* podem não ser suficientes, exigindo do profissional saber mais sobre a circunvizinhança, inclusive no âmbito da topografia, vegetação, geomorfologia. [...].

- (3) A caracterização das propriedades físico-químicas dos materiais e dos danos será função direta dos instrumentos disponíveis na vistoria. [...]. Pode-se listar uma série equipamentos básicos para o exame da grande maioria dos danos numa edificação:

*Nível d'água; fio de prumo, réguas e escalas, hidrômetro elétrico, psicrômetro, termômetro de contato, pacômetro, papel indicativo de pH, dilatômetro, testemunhas de metal ou vidro, endoscópio, lupa graduada* (Tinoco, 2009, p. 8).

Os levantamentos podem ser realizados a partir de documentos escritos (diário de obra, registro de recebimento de materiais, notas fiscais e cronogramas) e documentos orais (relatos de moradores, usuários da edificação ou funcionários que atuaram na construção). Os ensaios e estudos, por sua vez, são realizados apenas quando não há possibilidade de coleta de informações através das ações supracitadas, devido ao elevado custo de equipamentos e mão-de-obra- especializada (Tinoco, 2009).

A segunda etapa refere-se à análise dos danos, na qual são realizadas análises com o objetivo de descobrir as manifestações, causas, origens, natureza e agentes. Segundo Tinoco (2009), nessa etapa são questionados os motivos e as maneiras pelas quais os danos se manifestaram sobre os materiais dos componentes construtivos.

A terceira etapa está voltada para a “conduta de intervenção” (Tinoco, 2009, p. 10). É nesse momento que acontece a busca por prognósticos e alternativas para a resolução dos danos. Essas alternativas levam a uma conduta, na qual são consideradas as incertezas, os custos e a tecnologia a ser empregada na última etapa, que é a execução da intervenção. Segundo Tinoco, a etapa anterior à execução:

[...] é uma etapa de decisões. A decisão ideal muitas vezes não é a que se possa realizar pelas interações de fatores alheios a equipe técnica. Assim, alternativas viáveis devem ser formatadas e hierarquizadas. Uma escolha equilibrada recai na solução, ou soluções, que tenha o melhor desempenho possível dentro do menor custo estimado. As tomadas de decisões devem se basear num elenco de hipóteses, onde tempo e custos para resolução dos problemas são fatores muito importantes (Tinoco, 2009, p. 10-11).

Nesse contexto, o Mapa de Danos entra como um instrumento de suporte às intervenções de restauro e entra como resultado da reunião das etapas supracitadas ao apresentar graficamente e fotograficamente as informações coletadas nos estudos, análises e condutas adotadas. Primeiramente, é recomendada a realização de esboços à mão-livre para

que o processo de diagnóstico esteja em contato com os sentidos e as percepções do autor dos esboços. Depois, são elaboradas as Fichas de Identificação de Danos - FIDs, os principais registros do Mapa de Danos. Nelas, precisam estar contidas:

[...] identificação do componente ou elemento construtivo, numeração de classificação, data da vistoria, profissional responsável pela coleta de informações, denominação ou caracterização do dano, manifestação ou sintoma, causa, natureza, origem, agentes, condutas, ilustrações (foto e desenho) e um campo para outras observações que se façam necessárias (Tinoco, 2009, p. 14).

Além disso, é importante ressaltar a importância da atualização do Mapa de Danos. Ao retratar o seu estado de conservação em uma determinada época, o Mapa de Danos configura-se como um dos documentos iniciais e indispensáveis para a execução de intervenções voltadas para a conservação e restauração de uma edificação antiga e, para simplificar futuras vistorias e análises acerca da edificação e seu entorno, é relevante que as informações representadas sejam revisadas e incrementadas.

## Capítulo 3



O desenvolvimento de  
Santaluz e a residência da  
família Cardoso

### 3. O DESENVOLVIMENTO DE SANTALUZ E A RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA CARDOSO

O município de Santaluz está localizado na região nordeste do estado da Bahia, no Território do Sisal<sup>2</sup>, com uma distância aproximada de 273 quilômetros de Salvador. Segundo o Censo de 2022, ocupa uma área de 1.623,445 km<sup>2</sup> e a sua população é de 37.834 pessoas, indicando um aumento de 8,62% em comparação com o Censo de 2010 (IBGE, 2023). Ao norte, faz limite com os municípios de Nordestina e Cansanção; ao sul, com Valente, São Domingos e Gavião; ao leste, com Conceição do Coité e Araci; e ao oeste, com Queimadas, Capim Grosso e São José do Jacuípe (Figura 01).

Figura 01 — Mapa de localização de Santaluz/BA



Fonte: Cunha; Souza (2022).

O município é constituído da sede, localizada a sudeste do território; um distrito, nomeado Pereira, a 60 km da sede; e 53 povoados, dentre os quais se destacam pela extensão:

<sup>2</sup> O território do Sisal, também conhecido como região sisaleira, é uma parcela do espaço semiárido baiano composta por 20 municípios e caracterizada pelo amplo desenvolvimento no processo produtivo e comercial do sisal, sendo eles: Monte Santo, Itiúba, Cansanção, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Tucano, Araci, Teofilândia, Biritinga, Ichú, Lamarão, Serrinha, Barrocas, Candeal, Conceição do Coité, Retirolândia, Valente, Santaluz e São Domingos (SANTOS; COELHO; SILVA, 2015).

Serra Branca, Sisalândia, Limeira e Várzea da Pedra (REIS, 2015). O centro urbano está conectado à ferrovia Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e às rodovias BA-120 e BA-408, que dão acesso às rodovias federais BR-324 e BR-116, respectivamente. Nesta conjuntura, o sistema viário que conecta a cidade aos demais municípios da região mantém “uma relevante rede de circulação de pessoas e mercadorias, em especial, em decorrência da movimentação dos bens de produção, a exemplo do sisal e dos minérios extraídos” (Cunha; Souza, 2022, p. 5).

### 3.1. O TERRITÓRIO DO SISAL

Segundo Silva (2012), em 2007, a partir da eleição de Jaques Wagner como governador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no estado da Bahia, a equipe de planejamento dividiu o estado em 27 territórios de identidade<sup>3</sup>. De acordo com o portal da Secretaria de Cultura do estado da Bahia, a criação desses territórios tem como objetivo identificar problemáticas e necessidades da população dentro de um estado cuja extensão possibilita o surgimento de diferentes características específicas em virtude das variáveis ambientais, culturais e econômicas.

Em um panorama geral, os municípios que pertencem ao Território do Sisal são, desde o período colonial, caracterizados por uma lenta expansão e uma limitada variedade de atividades econômicas. Inicialmente, a região em questão foi ocupada dentro do contexto de expansão latifundiária baseada na pecuária, que teve como consequência a implantação de vias que visavam o transporte desses animais para as cidades mais populosas do estado (Coelho; Santos; Silva, 2015). Segundo Coelho, Santos e Silva (2015), a lavoura sisaleira só passou a exercer um papel de influência dentro da economia local a partir da década de 1940.

Silva (2012, p. 219-220) esclarece que:

[...] no século XIX, só existiam dois dos atuais 20 municípios: Serrinha, criado em 1876, e Queimadas, criado em 1887. Depois dessas duas emancipações, somente no período que identificamos como marcado pelo início do plantio de sisal, início do século XX até o ano de 1940, quando ocorreu a expansão gradativa das lavouras e o foco no comércio de sisal para exportação já configurava uma rede de fluxos importantes entre a zona rural e a urbana, é que as pequenas vilas passaram a funcionar como entrepostos. Essas vilas cresceram e tornaram-se as primeiras cidades “produto” desse processo de consolidação do sistema produtivo da agave sisalana.

<sup>3</sup> Segundo o portal da Secretaria de Cultura do estado da Bahia, os 27 Territórios de Identidade são: Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Médio Sudoeste da Bahia, Vale do Jiquiriçá, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Grande, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semiárido Nordeste II, Litoral Norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão, Sudoeste Baiano, Recôncavo, Médio Rio de Contas, Bacia do Rio Corrente, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru, Metropolitano de Salvador, Costa do Descobrimento e Território do Sisal.

A partir da década de 1930, as condições para a delimitação e identificação da região cuja principal atividade econômica estivesse envolvida com a produção do sisal começaram a surgir. Nesse momento, a expansão da lavoura sisaleira aliada ao conseqüente processo de beneficiamento do sisal traça um cenário propício para o esboço de um processo de modernização desigual e contraditório, uma vez que a formação de uma identidade e sentimento de pertencimento surge, porém acontece dentro de um contexto no qual as antigas estruturas políticas são mantidas (Santos apud Coelho; Santos; Silva, 2015).

O conjunto de pequenas cidades surge, então, ligado à expansão da monocultura do agave e à cadeia produtiva do sisal dentro de uma conjuntura na qual a elite econômica e política regional tinham poder suficiente para articular negociações em torno da emancipação desses núcleos rurais que expandiram-se conforme o desenvolvimento da economia sisaleira (Silva, 2012).

A partir disso, a lavoura sisaleira estimula o crescimento econômico da região e conquista o mercado externo através do fornecimento de matéria-prima para a indústria de fiação do Centro-Sul do Brasil e da exportação para os mercados da Europa e Estados Unidos da América no período pós-guerra (Silva, 2012). Essas movimentações trazem como consequência o crescimento de pequenas vilas, cuja implantação inicial tinha o objetivo de fornecer conexões entre a zona rural e cidades maiores.

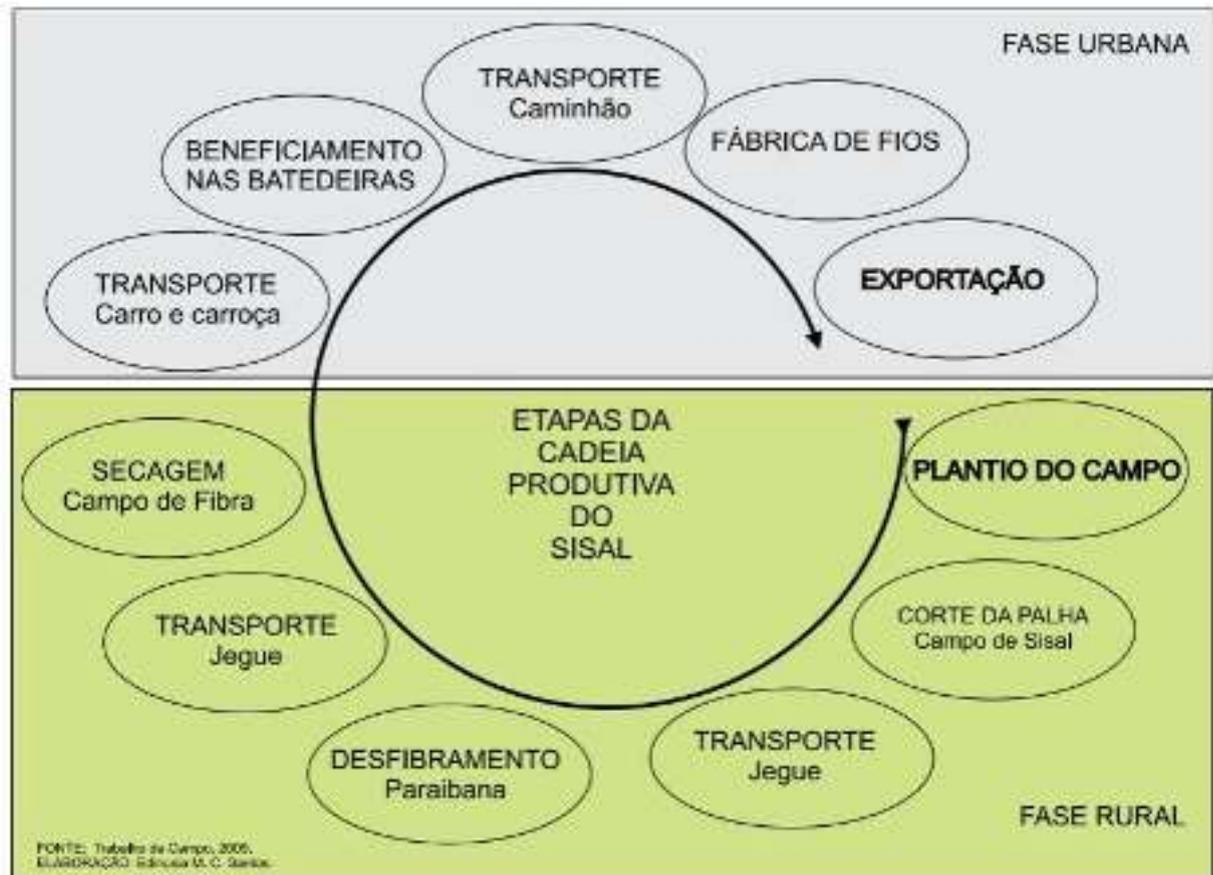
Neste contexto, a partir de um levantamento realizado nos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi possível verificar que em 18 de julho de 1935, a partir de um decreto estadual, o Arraial Santa Luzia desmembrou-se do município de Queimadas e passou a ser considerado Distrito Santa Luzia para que, em 1938, fosse elevado à categoria de cidade, que, em 1943, foi renomeada como Santaluz.

Esse processo foi identificado por Coelho, Santos e Silva (2015, p. 134) ao considerar que “quando passa a existir uma atividade comercial forte, a partir do final dos anos de 1940, uma elite ligada ao beneficiamento do sisal passa a reclamar poder político e econômico em nome do bem ‘comum’ a todos que agora trabalhavam com sisal”. Dessa forma, a lavoura do sisal já começa a revelar-se como principal atividade econômica dentro de um espaço que anos depois passa a ser denominado como Região Sisaleira, o que atribui uma definição acerca da estruturação não apenas econômica, mas cultural e política.

Conforme o processo produtivo do sisal vai se desenvolvendo, as atividades realizadas no meio rural e urbano passam a ter uma definição mais precisa e uma conexão mais

consolidada a partir da comunicação estabelecida pelos variados meios de transporte, que vão de animais a caminhões . A Figura 02 descreve esse processo produtivo esquematicamente.

Figura 02 — Esquema do processo produtivo da cultura sisaleira



Fonte: Santos (2010, p. 56)

No entanto, apesar do papel que o desenvolvimento da cadeia produtiva do sisal exerce sobre o crescimento da região, a ocupação inicial é marcada, sobretudo, pela posse de terra e ampliação de latifúndios (Coelho; Santos; Silva, 2015). Nesse contexto, a identificação e caracterização da região está vinculada à posse de terra por um pequeno grupo da elite, implicando assim, na desigualdade social e econômica que acompanha a população sisaleira até os dias atuais.

A lavoura sisaleira teve o seu apogeu nas décadas de 1960 e 1970, quando o produto passou a conquistar maior popularidade tanto no âmbito nacional, quanto internacional. As estimativas da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - Seagri (1991) mostraram que a exportação possibilitou a criação de 700 a 800 mil vínculos empregatícios, o que auxiliou no processo de consolidação de uma elite econômica com forte influência dentro da esfera política regional. Silva (2012) afirma que a relação entre o ápice dessa produção e a

formação de municípios como Santaluz é reafirmada pelo fato de boa parte do Território do Sisal já estar formado nos primeiros anos da década de 60, com exceção de Nordestina, São Domingos e Barrocas, que emanciparam-se posteriormente, no período da crise.

### **3.2. A FAMÍLIA LOPES E A IMPLANTAÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA**

Dentro dessa conjuntura, vale destacar o papel das rodovias estaduais, que permitiam a comunicação entre os núcleos urbanos do Território e se conectam a duas rodovias federais importantes: a BR-116 e a BR-324. Outra via de transporte que é importante evidenciar são as ferrovias, cuja implantação na região foi pautada em razão das necessidades dos latifundiários, voltadas para o transporte de animais e mercadorias. Segundo Coelho, Santos e Silva (2015), tanto Santaluz quanto os demais municípios vizinhos que hoje compartilham similaridades econômicas, culturais e ambientais foram ocupados durante o período de expansão latifundiária baseada na pecuária, o que gerou o surgimento de vias que tinham como objetivo o transporte desses animais para as cidades maiores.

De acordo com Reis (2015), a construção da estação ferroviária existente em Santaluz foi anterior ao processo produtivo do sisal e das atividades mineradoras, que somando-se às estradas, agilizou as operações de transporte para a capital. Em 1880, a fazenda Santa Luzia, propriedade da viúva portuguesa Maria Joaquina do Amor Divino, foi vendida à família Lopes quatro anos antes da inauguração da estação Ferroviária Leste Brasileira no local (Reis, 2015). Sobre a influência da referida estação ferroviária na formação de Santaluz, sabe-se que:

[...] o Sr. José Lopes, proprietário da Fazenda Santa Luzia, numa visita à cidade de Salvador, descobre que a estrada de Ferro Leste brasileira iria passar por dentro de sua propriedade e teve a ideia de construir uma casa a qual se tornou a primeira casa da vila de Santa-luzia e conseqüentemente a primeira casa da cidade. [...], passados alguns anos da chegada da família Leitão, o Senhor Aurino Lopes da Silva, descendente da família fundadora, descobriu que os documentos da fazenda Santa Luzia haviam sido feitos em Água Fria, os quais sendo procurados pelo Senhor Aurino, já se encontravam em Queimadas, de onde foram trazidos pelo Senhor Elizio Ferreira dos Santos, mais conhecido como Senhor Dudu da Serraria, cuja escrita lavara à mão. O memorialista filho da terra, Nelci Lima da Cruz, relata em sua entrevista que o Sr. José Lopes, proprietário da fazenda, era conhecedor de onde a estrada de ferro passaria e por isso construiu a casa no local, e desse modo ele poderia receber uma indenização. A área passou a ser reserva do leste brasileiro, a qual inaugurou a estação ferroviária em 15 de setembro de 1884 (Reis, 2015, p. 18).

Diante desse fato, é importante destacar a existência de um conjunto de residências desde a década de 1850 na região contemplada pela Fazenda Morro dos Lopes, localizada no território luzense, pertencente à família de mesmo nome (Cruz, 2020). A origem

do lugar é relatada no cordel “Morro dos Lopes”, escrito por Nelci Lima da Cruz, famoso cordelista e memorialista luzense. De acordo com a literatura popular em verso:

Pra falar do Morro dos Lopes  
 Eu peço um espaço de atenção  
 Pois, este lugar com certeza  
 Deu início a fundação  
 Da cidade de Santa Luz  
 Que seus filhos conduz  
 É um lugar de fascinação  
 Com duas pedras marcantes  
 Que já entraram para história  
 Visitadas por turistas  
 Que admiram esta glória  
 Pra ser muito categórico  
 Afirmo que este lugar é histórico  
 Grave isso na memória  
 O Morro dos Lopes teve  
 Uma pessoa passiva  
 Como o seu fundador  
 Ao mesmo tempo ativa  
 Sendo um grande patriarca  
 Que segurou esta barca  
 Que é José Lopes da Silva  
 Em 1852  
 Tudo isso começou  
 Sendo iniciado o Povoado  
 Com carinho e muito amor  
 O lugar foi desenvolvendo  
 E aos poucos foi crescendo  
 O seu tamanho aumentou  
 Quando foi adquirida a Fazenda  
 O nome era Santa Luzia  
 De uma viúva portuguesa  
 Mulher de grande simpatia  
 Ela logo resolveu  
 E a Fazenda vendeu  
 Ao José Lopes com alegria [...] (Cruz, 2010)

No que diz respeito ao sistema viário, é possível notar que a necessidade de transportar produtos, como sisal e minérios, via porto de Salvador para outras cidades brasileiras e para o exterior foi o que concebeu a rede de pequenos núcleos urbanos existente até hoje. No caso de Santaluz, a inauguração da estação ferroviária (Figura 03), que exerceu um papel importante no transporte de sisal, foi o acontecimento mais marcante no que concerne à origem da Vila Santa Luzia. A partir daí, o desenvolvimento do local segue particularidades notadas na política urbanizadora portuguesa colonial que, no Brasil, teve auge no período compreendido entre o século XVI e início do século XIX. Nessa conjuntura, “para muitas nações conquistadoras, a construção das cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram” (Holanda, 1987, p. 61).

Figura 03 — Estação ferroviária Leste Brasileira



Fonte: Autora (2024).

Sérgio Buarque de Holanda (1987), no livro “Raízes do Brasil”, afirma que a construção de uma cidade no contexto supracitado sempre começou a partir da “praça maior” (Holanda, 1987, p. 63), que no caso de locais distantes da costa, estaria situada no centro da povoação. Segundo o autor, o formato da praça seria similar ao de um quadrilátero, cuja largura seria equivalente a, pelo menos, dois terços do comprimento e a sua implantação serviria de base para o traçado das novas ruas. Portanto, a povoação surgiria de um centro delimitado, que no caso de Santaluz, seria as proximidades da Praça Coronel José Leitão, implantada devido à instalação da Estação. A praça tem, aproximadamente, 43 metros de comprimento por 40 metros de largura, aproximando-se, assim, de um quadrilátero. Ao sul da praça, localiza-se a Estação Ferroviária; ao oeste, percorre a linha ferroviária; e ao norte e leste, instalaram-se residências de grande porte pertencentes a famílias abastadas da região. Na Figura 04 abaixo é possível observar as edificações situadas ao norte e leste da Praça Coronel Leitão, uma vez que o fotógrafo estava localizado na parte sul.

Figura 04 — Praça Coronel José Leitão em 1957



Fonte: Lima (1957).<sup>4</sup>

No urbanismo vernáculo/orgânico, um dos projetos da política urbanizadora portuguesa observada no Brasil, o traçado urbano “não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem” (Holanda, 1987, p. 76). A formação de Santaluz, apesar de tardia em relação ao período citado, apresenta semelhanças no que diz respeito às características morfológicas observadas. Sobre o programa de urbanização português de cunho planejado:

O fato de o Brasil ter sido submetido, na década de 1530, a uma política colonial, assentada no latifúndio, na produção de açúcar para o mercado europeu e no trabalho escravo, organizou a colônia como uma imensa retaguarda rural para os mercados europeus, resultando em um dinamismo centrado no campo. Essa política gerou uma certa atividade urbanizadora, mas o planejamento se restringiu apenas às cidades reais, localizadas no litoral e controladas pela metrópole, que se encarregava do envio de investimentos, de engenheiros militares e de arquitetos. As vilas mais modestas, ‘sem planos, sem diretrizes específicas, nada tinham da disciplina e da ordem formal das cidades hispano-americanas’ (Reis, 1987, p. 355-360 apud Schurmann, 1999, p. 152).

Portanto, o surgimento da Vila Santa Luzia assemelhou-se às vilas supracitadas, o que significa que a economia rural, pautada nas características físicas da região (vegetação, clima e topografia), também determinou o seu desenvolvimento, caracterizando a região central da cidade como a expressão de poder patriarcal dos proprietários rurais. Assim como no

---

<sup>4</sup> Fotografia disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=432479>. Acesso em: 12 dez. 2023.

urbanismo orgânico, as primeiras edificações se impunham às estruturas viárias, descartando o seu arranjo prévio (Holanda, 1987). Em Santaluz, esse aspecto pode ser observado na Figura 05, na qual é possível visualizar a Praça Ezequiel Cardoso Costa em primeiro plano e Praça Coronel José Leitão do outro lado da linha ferroviária, em segundo plano.

Figura 05 — Praça Ezequiel Cardoso Costa em 1983



Fonte: Autor desconhecido, 1983.<sup>5</sup>

Portanto, a inauguração da Estação Ferroviária desencadeou o desenvolvimento da Vila Santa Luzia, uma vez que inseriu o local na rota Jacobina-Queimadas, promovendo maior conexão entre as cidades vizinhas e, conseqüentemente, impulsionando a economia e a concretização de relações políticas. Nesse sentido, a construção de uma linha ferroviária no território luzense, de maneira indireta, legitimou a posição de poder dos representantes políticos locais, fazendo com que muitas famílias influentes transferissem suas principais residências para a região. A partir daí, notou-se a chegada da família Leitão, vinda de Sant'Águeda de Pesqueira/PE; da família Benício Viana, de Gavião/BA; e da família Cardoso, de Monte Santo/BA (Reis, 2015).

---

<sup>5</sup> Fotografia disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=432477>. Acesso em: 12 dez. 2023.

### 3.3. A VINDA DA FAMÍLIA LEITÃO

Santos e Silva (2010) destacam como agentes que direcionam suas atividades especificamente para o espaço rural: os proprietários de terra (latifundiários e pequenos proprietários); os assalariados rurais, parceiros, arrendatários e meeiros; os empresários rurais; os movimentos sociais de luta pela terra; o Estado; e as organizações civis (associações, cooperativas e sindicatos). A família Leitão, que influenciou política e economicamente o município de Santaluz desde a sua origem até a década de 1960, enquadra-se no primeiro grupo.

Assim como aconteceu nos demais municípios do Nordeste semi-árido brasileiro, o latifúndio no Território do Sisal existe com a finalidade de conservar a estrutura social de caráter opressor e desigual no espaço rural (Santos; Silva, 2010). Durante décadas, a propriedade desta família foi o que lhe garantiu poder de uso e especulação de terras dentro dos limites do município, fazendo com que lhe fosse atribuído o poder de decisão sobre assuntos que concernem o desenvolvimento político e econômico de Santaluz. Nesse sentido, a intenção do latifundiário:

[...] é a de construir o espaço de forma que o rural possua pouca dinamicidade, mantendo uma estrutura organizacional que o interessa, pois a conservação é fundamental para a manutenção do poder. E aqui não podemos deixar de destacar as grandes fazendas de criação extensiva de gado, normalmente pouco produtivas, mas mantidas como forma de estabelecer relações entre o proprietário e agentes do Estado ou mesmo com os trabalhadores que sem a propriedade da terra ficam a mercê do trabalho de ganho como diaristas nessas grandes propriedades. Ao contrário, o latifundiário que investe em grandes lavouras ou em grandes empreendimentos pecuários busca a ampliação da homogeneização do espaço rural pela via da manutenção de mecanismos que facilitem sua reprodução enquanto agente que define os usos do território (Santos; Silva, 2010, p. 75-76).

Nessa situação, destaca-se a figura do Coronel José Martins Leitão, cujo título era comumente atribuído pela Guarda Nacional à latifundiários que eram qualificados e estavam dispostos a pagar pela compra da patente durante o Período Regencial Brasileiro (Reis, 2015). Portanto, a sua posição facilitava a influência sobre inúmeros funcionários e agregados, o que, conseqüentemente, lhe conferia poder sobre as decisões políticas tomadas na região do semiárido baiano. Portanto, o coronel:

Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas. (Leal, 2012, p. 23).

No contexto anterior à emancipação de Santaluz, por volta de 1896, no qual José Leitão exercia a função de Intendente no município que hoje tem o nome de Queimadas, a sua família já possuía propriedades de terra, além de manter residência fixa no local, construindo desde cedo uma relação clientelista e baseada na prestação de favores com os indivíduos menos abastados que habitavam as proximidades (Reis, 2015).

Segundo Reis (2015), ao chegar no território luzense, em 1887, o Coronel Leitão garantiu a posse de uma parcela de terra a partir de uma escritura e, posteriormente, no ano de 1889, realizou a construção da sua residência, hoje conhecida como o Casarão dos Leitão (Figura 06), localizada na Praça Coronel José Leitão, nº 102, bairro Centro, ao lado da via férrea.

Figura 06 — Casarão da Família Leitão



Fonte: Autora, 2024.

De acordo com informações fornecidas pelo Departamento de Tributos e Auditoria Fiscal da Prefeitura Municipal de Santaluz (DTAF), no Boletim de Cadastro Imobiliário do Casarão está descrito como proprietário o falecido José Bahia da Silva Leitão. Sobre o imóvel, o documento apresenta que a área do terreno é igual a 768,00 metros quadrados, a área construída total é igual a 264,00 metros quadrados, a frente do lote mede 12,00 metros, o

fundo mede 12,00 metros, o lado esquerdo mede 64,00 metros e o direito mede 64,00 metros. A residência, segundo Cruz (2020), possui dezesseis cômodos, sendo eles 3 salas, 1 cozinha, 1 despensa, 1 banheiro e 10 quartos. Além disso:

A casa é decorada com pinturas representando fatos históricos [...] do Brasil, possui móveis antigos. Na parte de fora encontramos decorações antigas feitas em cimento. Na frente tem 5 janelas e 1 pequeno muro de proteção. Ao lado tem 1 porta e 6 janelas. No fundo possui 1 área de terra arborizada que serve de quintal (Cruz, 2020, p. 27).

O proprietário também mantinha em sua posse a residência vizinha, cujo endereço está descrito como Praça Coronel José Leitão, nº 88, bairro Centro. A edificação, conhecida como Casa de Leitãozinho (Figura 07), referente ao apelido do último proprietário, tem o ano da sua construção desconhecido. O Boletim de Cadastro Imobiliário atribuído ao imóvel afirma que a área do terreno é de 391 metros quadrados, com área construída total de 133 metros quadrados, frente com 13,00 metros, fundo com 10,00 metros, lado esquerdo com 34,00 metros e lado direito com 34,00 metros.

Figura 07 — Casa de Leitãozinho



Fonte: Autora, 2024.

Concomitantemente à vinda de famílias para o Arraial de Santa Luzia, dentro do cenário da República Brasileira, acontece a Guerra de Canudos (1896-1897) e a Estação

Ferrovária transforma-se em um ponto de parada de trens que conduziam-se para Queimadas e Monte Santo, em direção ao conflito. Nesse cenário, Reis (2015) relata a existência de um conflito entre o Coronel Moreira César e o Coronel Leitão devido à desconfianças do primeiro sobre o fornecimento de munições e suprimentos aos conselheiristas durante a guerra, indicando suporte à causa de Antônio Conselheiro pelo segundo. Segundo o autor do livro “O Treme-Terra: Moreira César, a República e Canudos”:

Ao transitar pela gare de Santa Luzia, na madrugada do dia 8 de fevereiro de 1897, o coronel Moreira César indagou de alguns curiosos, durante rápida parada do trem expresso, se era ali que vivia um tal de José Martins Leitão, coronel da Guarda Nacional. Tendo recebido resposta positiva mandou que lhe fosse transmitido o seguinte recado: o chefe luziense de Caboeiras se preparasse pois ele, Moreira Cesar quando ali voltasse vitorioso de Canudos, tinha com o militar matuto contas a acertar (Fontes, 1996 p. 71).

De acordo com entrevistas realizadas por Cristina Reis (2015), a posição do coronel favorecia a manutenção da política local, que em troca concedia investimento para a construção de lagos artificiais e escolas, por exemplo. Considerando o clima e a vegetação característicos da região, essas ações conferiam controle total sobre a parcela carente da população, que tornava-se dependente da referida autoridade. Portanto, “o poder se legitima não apenas pela coerção física, mas também por um conjunto de representações e práticas sociais que estão presentes na ação política, das formas de codificar e interpretar as disputas políticas” (Reis, 2015, p. 32).

Estruturada a partir de uma conjuntura patriarcal, as mulheres da família desempenhavam papéis relacionados aos atos de ensinar e cuidar do lar, longe de atribuições políticas. Um exemplo disso é a esposa do coronel, Emilia, que costumava escrever poesia (REIS, 2015). Os homens, por outro lado, estavam intimamente ligados à política local. O segundo filho do Coronel, Leopoldino Artur, tornou-se vereador e, posteriormente, fiscal de consumo federal, configurando-se também como uma figura importante no processo de emancipação de Santaluz, em 1935, como está registrado no processo n. 34.859, do Diário Oficial de 16 de Agosto de 1938. Segundo Reis (2015), os demais filhos, José Martins Leitão Filho e Lafaiete Artur, atuaram como juiz desembargador e promotor público em Maragogipe, respectivamente.

Em 1912, com a morte do Coronel e transferência de títulos e posses para o Dr. Augusto Leitão e Leopoldino, a família passa a estabelecer relações mais fortes com a capital do estado. Reis (2015) afirma que:

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder na década de 1930, houve a perda dos títulos comprados através da Guarda Nacional e o desarmamento dos diversos tipos de cangaço, inclusive o que se utilizava de jagunços para a defesa dos coronéis. O objetivo de Vargas era propor mudanças políticas na tentativa de pôr fim às velhas oligarquias existentes (Reis, 2015, p. 34).

Esse acontecimento fez com que a atuação dos membros da família como protagonistas da trajetória política luzense sofresse um breve intervalo até o ano de 1946, quando o Dr. Augusto Artur da Silva Leitão toma posse do cargo de prefeito do município por dois mandatos, de 1946 até 1950 e de 1959 até 1962 (Cruz, 2020). Além disso, é preciso destacar o mandato do Dr José Bahia da Silva Leitão, que aconteceu no período de 1955 a 1958, de acordo com Cruz (2020).

Dessa forma, percebe-se como as famílias citadas ao longo deste trabalho ocuparam posições de poder, definidas tanto através de “relações materiais e objetivas” (Reis, 2015, p. 32), quanto a partir de simbolismos difundidos na sociedade luzense e atribuídos ao contexto de formação da cidade. Nessa circunstância, Santos e Silva (2010) questionam as ações do Estado, que são continuamente ineficientes na reorganização e reestruturação do espaço rural e urbano ao contribuir para a permanência de latifúndios voltados para a criação extensiva de gado e produção sisaleira.

Apesar da capacidade de mudança nos paradigmas, a inalterabilidade das prioridades definidas em suas ações segue privilegiando a elite e desconsiderando as necessidades da maioria da população. No contexto de fundação do município de Santaluz, caracterizado por disputas políticas, essa elite era composta, principalmente, por três famílias: Góes, Cardoso e Leitão (Reis, 2015).

### **3.4. A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA CARDOSO NA EMANCIPAÇÃO DE SANTALUZ E O HISTÓRICO DO MONUMENTO**

A participação da família Cardoso no contexto de formação e emancipação da cidade de Santaluz tem como foco a figura de Ezequiel Cardoso da Costa (Figura 08), o primeiro prefeito de Santaluz. Segundo Cruz (2020), o ex-prefeito nasceu em 1880, no município de Monte Santo/BA e faleceu no ano de 1982, em Santaluz. Existem poucos materiais referentes à vida de Ezequiel Cardoso, porém, sabe-se que era filho de Eduardo Cardoso da Costa, importante escrivão da região, e que antes de tornar-se um representante político, ele foi pedreiro, comerciante e fazendeiro.

Figura 08 — Busto do antigo prefeito Ezequiel Cardoso da Costa, localizado na Praça Ezequiel Cardoso da Costa



Fonte: Autora, 2024.

Conforme as informações apresentadas ao longo deste trabalho, destaca-se o fato da posse de terras ter sido considerado um requisito indispensável para a atribuição de cargos políticos no contexto de emancipação do município, fazendo com que apenas famílias economicamente privilegiadas estivessem ligadas à esfera política. Nessa perspectiva, de acordo com Cruz (2020), no ano de 1933, Ezequiel Cardoso da Costa já estava inserido na política luzense devido à sua atuação como subprefeito. Em 18 de julho de 1935, foi nomeado prefeito de Santaluz e no dia 1 de setembro tomou posse do cargo.

No ano de 1948, inaugurou-se a primeira Câmara Municipal de Santaluz, o que fez com que as decisões do Legislativo passassem a ser tomadas no município de Santaluz. Segundo um trecho do Livro de Ata da Sessão Especial da Câmara municipal de Santa luz, Sessão extraordinária de 20 de Janeiro de 1948 destacado por Reis (2015), Jorge Cardoso Costa, integrante da mesma família, também exercia influência política sobre a cidade, sendo convidado à Câmara de Vereadores pelo presidente José Martins Leitão Guerra:

Nesta sessão, lida e aprovada a ata da Sessão anterior, tendo o Dr. Presidente ciência por intermédio do vereador Nelson Oliveira Santos, de que se achava naquela casa, o vereador da União Democrática Nacional José Martins Leitão Guerra, que viera tomar posse do cargo para qual fora eleito, nomeou o Srs. José Alves de Góes, Jorge

Cardoso Costa e Ramiro Carneiro Oliveira para dar ingresso no recinto da câmara do referido vereador, e que foi feito sobre aplausos. Atestado o compromisso tomou o vereador o compromissado assento no conselho, entregando em seguida um requerimento solicitando cinco meses de licença para tratar de interesses particulares. (Livro de Ata da Sessão Especial da Câmara municipal de Santa Luz, Sessão extraordinária de 20 de Janeiro de 1948 apud Reis, 2015, p. 34).

De acordo com informações fornecidas por Luiz Cardoso, entende-se que a edificação (Figura 09) foi uma das primeiras a serem instaladas no território luzense por ordens de Ezequiel Cardoso da Costa, em um contexto anterior ao da emancipação do município.

Figura 09 — Residência da família Cardoso em 2006



Fonte: Araújo, 2006.<sup>6</sup>

A partir de informações fornecidas pelo Departamento de Tributos e Auditoria Fiscal da Prefeitura Municipal de Santaluz (DTAF), foram identificadas cinco propriedades pertencentes à Ezequiel Cardoso da Costa localizadas na Praça Ezequiel Cardoso da Costa, sendo três classificadas como comércio/serviços e duas como residências. O levantamento cadastral foi realizado em março de 2004 e está descrito que todas as edificações estão localizadas na mesma quadra.

---

<sup>6</sup> Fotografia disponível em: [https://www.facebook.com/story.php?story\\_fbid=959984422236815&id=100046757987263&mibextid=xfxF2i&rid=wKt7nErMWbdcblCr](https://www.facebook.com/story.php?story_fbid=959984422236815&id=100046757987263&mibextid=xfxF2i&rid=wKt7nErMWbdcblCr). Acesso em: 28 mar. 2024.

Sobre as propriedades comerciais, a partir de dados dos Boletins de Cadastro Imobiliário disponibilizados pelo DTAF, sabe-se que uma está localizada no meio da quadra; não possui número; mede 1,40 metro na frente e no fundo; 35,00 metros nos lados esquerdo e direito; tem área de 49,00 m<sup>2</sup> e área construída total de 7,00 m<sup>2</sup>. Outra edificação (cujo número é 54), que também está situada no centro da quadra; mede 3,40 metros na frente e fundo; 7,40 metros nos lados esquerdo e direito; tem área de 25,16 m<sup>2</sup> e área construída total de 25,16 m<sup>2</sup>. A última propriedade comercial registrada é a de n° 88; mede 5,00 metros na frente e fundo; 20,00 metros nos lados esquerdo e direito; tem área de 100,00 m<sup>2</sup> e área construída total de 100,00 m<sup>2</sup>.

Sobre as propriedades de uso residencial, de acordo com dados dos Boletins de Cadastro Imobiliário disponibilizados pelo DTAF, uma das edificações não possui número; está localizada no meio da quadra; mede 5,00 metros na frente e no fundo; mede 30,00 metros nos lados esquerdo e direito; tem área de 150,00 m<sup>2</sup> e área construída total de 90,00 m<sup>2</sup>. A outra residência tem n° 92; mede 5,40 metros na frente e no fundo; tem 17,40 metros nos lados esquerdo e direito; com área de 93,96 m<sup>2</sup> e área construída total de 93,96 m<sup>2</sup>.

A residência da família Cardoso, objeto de estudo deste trabalho, está localizada na mesma praça e na mesma quadra das propriedades supracitadas, no entanto, ao comparar os dados disponibilizados pelo DTAF e informações coletadas a partir de visitas em campo realizadas pela autora, percebe-se que todos os documentos consultados não se referem à edificação estudada. Com base no levantamento cadastral realizado, foi obtida a largura da fachada principal (Frente) referente a 11,32 metros, medida que não está presente em nenhum dos levantamentos cadastrais presentes nos Boletins de Cadastro Imobiliário.

### **3.5. A EXPANSÃO ECONÔMICA**

Sobre a economia luzense, Silva (2012) nota que, posteriormente, na década de 1980, aconteceu uma suspensão no processo de crescimento de Santaluz e dos demais municípios pertencentes ao território do Sisal. Segundo o autor, essa questão, ligada à paralisação dos números de população residente e à escassez de serviços comumente encontrados em núcleos urbanos modernos, tem como principal causa a crise da lavoura sisaleira que ocorreu no mesmo período. Sobre esse acontecimento, Nascimento (2003, p. 31-32) registra que:

As famílias tradicionais (dona das maiores fazendas), como principais representantes do poder local, mantiveram a estrutura social arcaica e pouco se esforçaram para reverter o quadro. Com a transferência dos negócios dos grandes fazendeiros para a

pecuária, o sisal passou a ser cultivado basicamente por pequenas propriedades familiares espalhadas pela região, entre 5, 20 e 50 ha, na tentativa de manter a lavoura para o sustento da família. É ao pequeno produtor relegada a lavoura sisaleira em completo declínio e ao poder oligarca local, o controle político sobre os recursos públicos solicitados ou fornecidos à região nos períodos de enorme calamidade, salvaguardando, o status quo (Nascimento, 2003, p. 31-32).

A partir da interrupção no crescimento industrial ligado à produção de fibra de sisal, a adoção de novas alternativas para o restabelecimento da economia luta contra o cenário já estabelecido de “intensa concentração de renda e repulsão de mão de obra” (Silva, 2012, p. 221). Dentro das decisões adotadas para o resgate das atividades econômicas, Silva (2012) identifica três frentes principais: o eixo da mineração, o eixo da ovinocaprinocultura e o eixo da criação abrangente de gado bovino. É interessante enfatizar que as atividades ligadas à produção sisaleira enfrentaram momentos de destaque e declínio na região, porém nunca foram interrompidas completamente, convivendo, até os dias atuais, com o latifúndio da pecuária extensiva e da mineração.

Em Santaluz, a partir de 1980, as empresas Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) iniciaram “trabalhos de pesquisa mineral por toda a área do ‘Greenstone Belt’ (um tipo de formação geológica caracterizada por rochas vulcânicas e sedimentares) do rio Itapicuru e identificaram diversas áreas com ocorrências de ouro na região da Fazenda Maria Preta e entorno” (Yamana Gold, 2011, p. 8-9). Assim, na mesma década, a atividade mineradora se inicia a partir da transformação de duas destas áreas em minas de ouro. Hoje, a exploração do ouro é realizada pela empresa canadense Yamana Gold (Reis, 2015).

Na década de 1990, a difusão de discussões ambientais gerou um fenômeno crescente de valorização de fibras naturais biodegradáveis a nível nacional e internacional, o que impulsionou novamente o desenvolvimento da lavoura sisaleira a partir do surgimento de novos campos de sisal. No entanto, a produção de sisal sempre teve como base um cenário de superexploração do trabalho e concentração de renda nas mãos da classe mais abastada. Santos e Silva (2010) denunciam essas condições ao revelar que:

[...] é na primeira fase do processo produtivo do sisal que a precarização acontece de forma mais efetiva, dizemos mais efetiva porque nem mesmo as condições mínimas estabelecidas pela legislação brasileira são atendidas, seja no tocante ao valor pago mensalmente aos trabalhadores ou nas condições mínimas de trabalho (Santos; Silva, 2010, p. 17).

Portanto, apesar da atividade sisaleira sempre ter gerado uma renda significativa, a concentração de boa parte é, constantemente, atribuída à elite da região, que submete a classe trabalhadora a condições de trabalho precárias e abusivas. Araújo, Santos e Silva(2010) também expõem essa situação ao declarar a remuneração insuficiente que não é fixa e depende da quantidade de quilo de fibra produzido. Segundo os autores, o grupo de funcionários com melhor remuneração recebe, em média, 220 reais por mês, considerando o rendimento de 55 reais por 1 quilograma produzido e uma carga horária de 10 horas por dia. Nessa situação, “é preciso considerar que normalmente uma boa equipe de trabalho só consegue produzir entre 800 e 1200 kg de fibra por semana. Assim, um cálculo simples nos permite constatar que um cevador e um resideiro recebem, em média, 220 reais por mês cada um” (Araújo; Santos; Silva, 2010, p. 11).

Ainda hoje, as relações de trabalho envolvidas nos processos iniciais de produção do sisal não são de justo assalariamento. Geralmente, o indivíduo por trás da organização dessa produção também é o detentor do maquinário utilizado e procura empregar indivíduos para a execução de boa parte do trabalho fisicamente exaustivo. A remuneração desses trabalhadores, porém, não é correspondente ao esforço realizado e está relacionada somente à quantidade de fibra produzida, o que os obriga a aumentar a carga horária diária de trabalho a fim de alcançar uma renda que seja suficiente para a sua sobrevivência e a dos seus familiares.

Essa configuração, que remonta ao período inicial de ocupação da região, é imprescindível para a manutenção de um sistema que enaltece o poder das elites e invalida o discurso de defesa de indivíduos socioeconomicamente vulneráveis. Assim como toda problemática social que acontece na região, essa situação também atinge o âmbito político-administrativo, uma vez que a permanência desse pequeno grupo beneficiado às custas de um extenso grupo sobrecarregado é o fato que gera maior influência sobre as decisões políticas tomadas pelos órgãos municipais.

Essa situação é a maior causa da estagnação das pequenas cidades. No caso daquelas que pertencem ao Território do Sisal, mesmo com a retomada do crescimento da produção sisaleira na década de 1990, a concentração de renda nas mãos de poucos e as péssimas condições de vida enfrentadas por boa parte da população impediram o seu desenvolvimento. Silva (2012, p. 223) afirma que “nesses casos, a elite econômica confunde-se com a elite política, e o poder público municipal pouco ou nada fez para induzir processos que resultassem em modernização produtiva ou crescimento econômico”.

### 3.6. O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI

Dentro do contexto de formação de pequenas cidades fortemente ligadas à atividade rural, é possível identificar problemas e situações comuns aos municípios pertencentes ao Território do Sisal. Silva (2012) os enquadra em quatro classificações: a relação entre um cotidiano tranquilo e a gradativa chegada das drogas e violência; a manutenção das elites tradicionais no poder versus ampliação de movimentos sociais de base; a pequena cidade como lócus da permanência; e a construção de uma ideia de pertencimento:

- a. relação entre um cotidiano tranquilo e a gradativa chegada das drogas e da violência. Nas pequenas cidades do território do Sisal, ainda é possível viver sem o contato diário com crimes e delitos das mais variadas naturezas; os índices de criminalidade são relativamente baixos, se comparados a cidades médias brasileiras, e o tema da segurança pública ainda não está na ordem do dia. A tranquilidade, a ideia quase poética de lugares pequenos onde se pode “dormir com a porta de casa aberta” é facilmente verificada nas cidades muito pequenas. No entanto, é notório o avanço dos problemas ligados à realidade do tráfico de drogas;
- b. manutenção das elites tradicionais no poder x ampliação de movimentos sociais de base. No território do Sisal, se, por um lado, nas pequenas cidades, constatamos que as prefeituras têm sido historicamente administradas por grupos políticos ligados à elite econômica, com a perpetuação no poder de famílias tradicionais, por outro, temos assistido à ampliação do associativismo e cooperativismo. A intensificação da ação de sindicatos e confederações de trabalhadores, em parceria com outras entidades dos movimentos sociais e com o Estado, é indício de mudanças importantes que precisamos acompanhar;
- c. a pequena cidade como lócus da permanência. A tradição, os antigos saberes, o saber fazer preservado de geração a geração, a manutenção de costumes que a modernidade urbano-industrial tende a fazer desaparecer em função da necessidade capitalista de homogeneização, são aspectos que têm sido mais facilmente preservados nas cidades pequenas, que são muito umbilicalmente relacionadas com o entorno rural imediato. A manutenção da festa junina, da festa de vaqueiro, da cavalgada, entre outras, é exemplo de que permanência não é sinônimo de atraso; ao contrário, num mundo que tende à homogeneização, as cidades pequenas têm cumprido papel importante como lugares da fragmentação;
- d. construção de uma ideia de pertencimento. Nesse espaço onde o sisal predomina, as pessoas construíram identidades e são capazes de fazer existir um imaginário coletivo que condiciona importantes relações sociais. Desde a década de 1960, as elites regionais formatam a ideia de Região Sisaleira da Bahia; assim, ser da região passou a constituir-se como referência para estar no mundo e ser de algum lugar. Mais recentemente, já na década de 2000, movimentos sociais de base reformatam a ideia de pertencimento e substituem a região pelo território. Hoje, pertencer ao território do Sisal já significa estar no mundo e ser de algum lugar para boa parte da gente que vive seu cotidiano nas pequenas cidades sisaleiras. Isso é extremamente significativo do ponto de vista da ação política e do relacionamento das comunidades com o poder público (Silva, 2012, p. 227-228).

Nessa conjuntura, o descaso em relação às edificações antigas da região, é um problema que se enquadra nos dois últimos itens citados, referentes à preservação da memória e identidade locais. Em Santaluz, nos últimos seis anos ocorreram duas demolições de edificações relevantes para a história, arte e cultura do município. De acordo com notícias

encontradas no portal de informações “Vem Ver Cidade” (2018), em 2018, a antiga Prefeitura de Santaluz (Figura 10), localizada na Praça Coronel José Leitão, foi demolida sob a justificativa de ausência de uso após a inauguração do Centro Administrativo, em 2016. A notícia evidencia a revolta da população, que não foi consultada e critica a busca do governo municipal pelo “progresso” a qualquer custo.

Figura 10 — Antiga Prefeitura de Santaluz



Fonte: Vem Ver Cidade, s.d.<sup>7</sup>

No ano seguinte, segundo notícias encontradas no portal de informações “Bahia Notícias” (2019), com o objetivo de alargar uma via, a Prefeitura ordenou a demolição de outra edificação antiga e significativa para o município: o antigo açougue municipal (também conhecido como Biblioteca Municipal Almir Barros), que pode ser observado na Figura 11 abaixo.

---

<sup>7</sup> Fotografia disponível em: <https://vemvercidade.com.br/demolicao-de-predio-publico-divide-opinioes-em-santaluz-5476/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

Figura 11 — Antigo Açougue Municipal



Fonte: Lima, 1957.<sup>8</sup>

O prédio do antigo açougue municipal, cuja construção data de 1919, simbolizava o avanço econômico da então Vila Santa Luzia e, posteriormente, foi renomeado como Biblioteca Municipal Almir Barros (Figura 12). A demolição aconteceu no ano em que a edificação completaria 100 anos de existência e foi alvo de protestos da população.

Figura 12 — Demolição do Antigo Açougue Municipal, renomeado como Biblioteca Municipal Almir Barros



Fonte: Vem Ver Cidade, 2019.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Fotografia disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=432481>. Acesso em: 12 dez. 2023.

<sup>9</sup> Fotografia disponível em: <https://vemvercidade.com.br/sob-protesto-prefeitura-de-santaluz-inicia-demolicao-de-predio-centenario-8143/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

Diante dos fatos expostos acima, é possível afirmar que o abandono e destruição de edificações que carregam valores artísticos, históricos e culturais relevantes para a Bahia é um comportamento corriqueiro em todo o Território do Sisal. Isso se deve à falta de conhecimento técnico, à falta de recursos financeiros disponíveis para a restauração desses imóveis, à ausência de uso na qual a maioria das edificações está submetida e, sobretudo, às decisões políticas, indiferentes à manutenção da memória local através da preservação de edificações antigas relevantes.

## Capítulo 4



Análise do monumento

#### 4. ANÁLISE DO MONUMENTO

O lote no qual está localizada a residência da família Cardoso possui aproximadamente 272,26 m<sup>2</sup>, com área construída de aproximadamente 208,03 m<sup>2</sup> e fachada principal com largura de 11,32 metros. Hoje, é propriedade de Luiz Cardoso, descendente de Ezequiel Cardoso da Costa, primeiro prefeito de Santaluz e mantém uso residencial até os dias atuais (Figura 13).

Figura 13 — Residência da família Cardoso atualmente



Fonte: Autora, 2024.

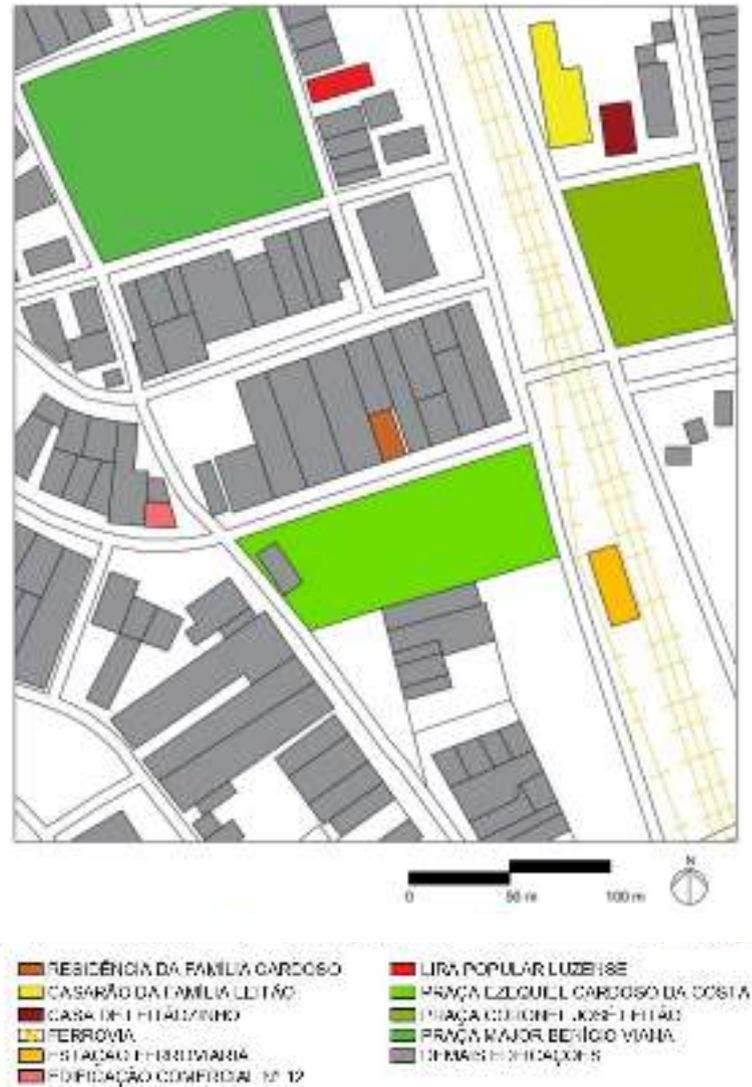
A edificação, também conhecida como Casa da Professora Marocas, abrigou, durante toda a sua existência, os descendentes da família do antigo prefeito. No entanto, de acordo com Luiz Cardoso, no século passado, um dos cômodos da residência foi utilizado como escola, onde a professora Maria da Conceição Viana Costa, filha de Ezequiel Cardoso e mais conhecida como Professora Marocas, costumava lecionar.

##### 4.1. A EDIFICAÇÃO E SEU ENTORNO

O núcleo de origem da cidade, onde a residência está inserida, ainda preserva algumas características da configuração urbana no contexto de formação do município, como a presença de imóveis residenciais cujos recuos existem em uma das laterais dos lotes, comumente compridos e estreitos, com quintal ao fundo e acesso pelas laterais. Nesse

contexto, algumas residências possuem recuo frontal e outras foram implantadas na testada do lote. As edificações destinadas ao uso comercial, por sua vez, ocupam todo o lote e possuem acesso pela fachada principal. A Figura 14 a seguir identifica a localização de algumas edificações antigas e praças do centro da cidade em relação ao objeto de estudo.

Figura 14 — Entorno da residência da família Cardoso



Fonte: Google Maps (adaptado pela autora), 2024.

O lote do objeto de estudo assemelha-se à disposição tradicional do lote urbano descrita anteriormente, uma vez que ocupa apenas uma das laterais do terreno, além de possuir área livre na lateral oposta e nos fundos, onde localiza-se o quintal. Ademais, é importante destacar que a edificação não possui recuo frontal.

Algumas dos imóveis antigos do município que não foram demolidos para a construção de empreendimentos comerciais ou alargamento de vias mantiveram parte das suas

características arquitetônicas originais, porém sofreram danos causados por intempéries e intervenções com materiais incompatíveis, como é o caso da Lira Popular Luzense, localizada na Praça Major Benício Viana (Figura 15).

Figura 15 — Lira Popular Luzense



Fonte: Autora, 2024.

No entanto, também é possível observar a existência de imóveis que sofreram alterações significativas ao longo dos anos, o que gerou a descaracterização arquitetônica a partir da incorporação de revestimentos e demais materiais típicos da contemporaneidade. Isso pode ser notado, por exemplo, nas fachadas de um imóvel de uso comercial, nº 12, localizado no encontro entre a Rua Barão do Rio Branco e a Rua 1º de Setembro (Figura 16).

Figura 16 — Edificação comercial nº 12 atualmente



Fonte: Google Maps, 2024.

A edificação ainda conserva suas características formais, no entanto, os revestimentos e as tintas utilizadas na fachada foram inseridas há pouco tempo e diferem dos materiais

observados em uma fotografia (Figura 17) que está presente no livro “Santa Luz Sua Gente Sua História Suas Curiosidades” de Nelci Lima da Cruz (2020).

Figura 17 — Edificação comercial nº 12



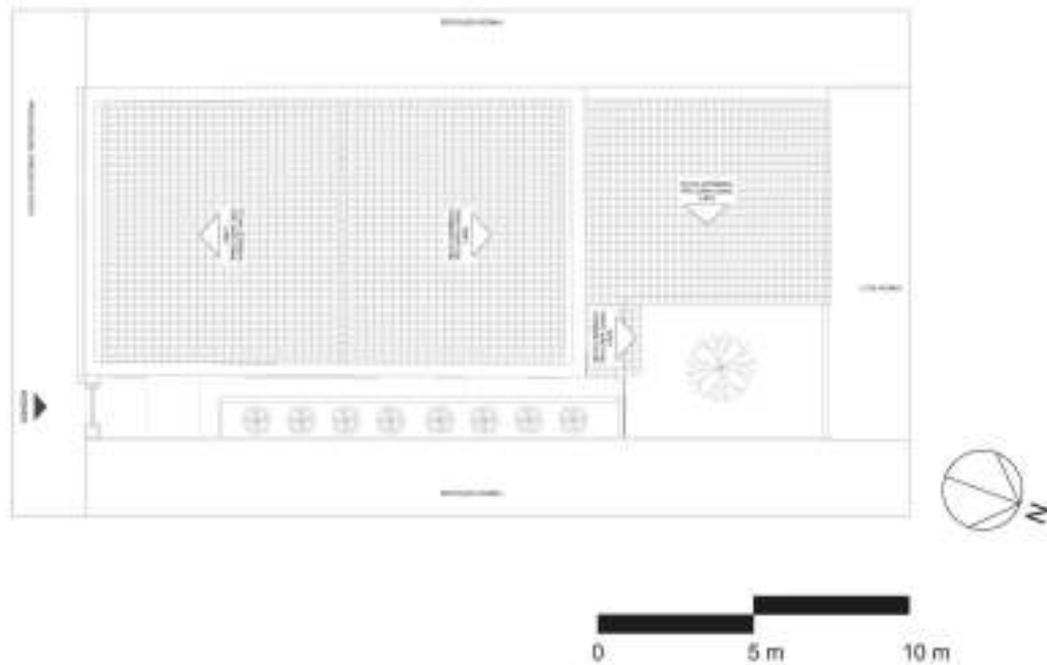
Fonte: Cruz, 2020.

A partir disso, é possível afirmar que, em comparação com as edificações demolidas citadas anteriormente, o caráter privado e o uso contínuo observado nos imóveis existentes são os principais motivos da sua permanência no tecido urbano de Santaluz, apesar da maioria apresentar descaracterização e patologias que põem em risco a sua integridade.

#### 4.2. CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS

A residência da família Cardoso é uma edificação térrea, com planta baixa no formato retangular, com um corredor no centro e ambientes intercomunicantes. O lote contém um corredor de acesso descoberto, a edificação principal, um anexo e um quintal. No que diz respeito à cobertura, a da edificação principal possui duas águas com a cumeeira paralela à rua de acesso, na Praça Ezequiel Cardoso da Costa, e a do anexo possui uma água, cujo sentido da inclinação é perpendicular em relação à rua (Figura 18). A residência foi construída em cota mais elevada que a rua inclinada, no alinhamento do terreno.

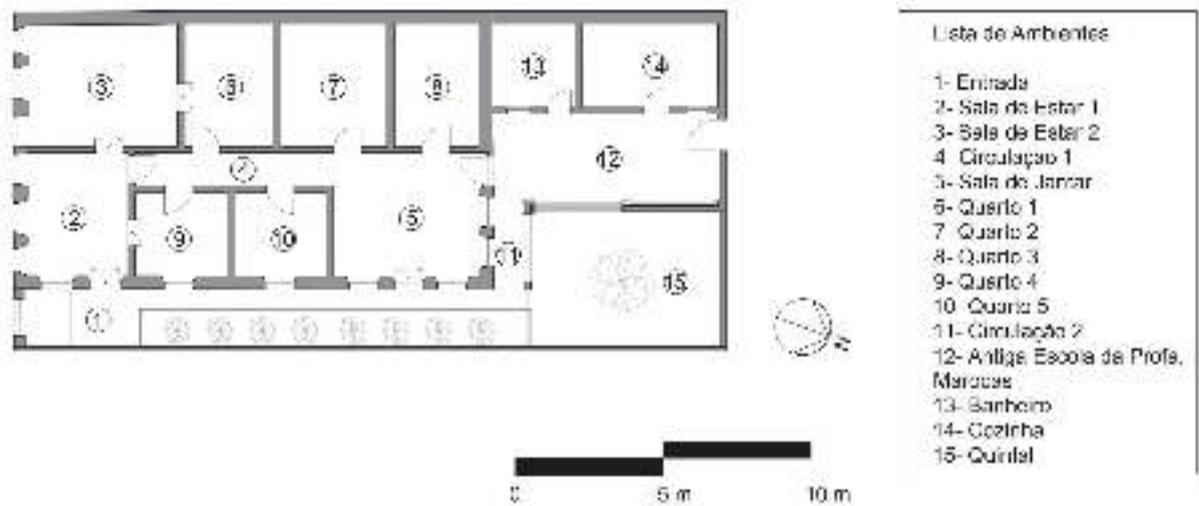
Figura 18 — Planta de cobertura



Fonte: Autora, 2024.

O acesso principal ao lote acontece pela fachada principal, através de um corredor externo, que leva à uma das salas de estar, ao anexo e ao quintal. O acesso à edificação principal acontece por meio de uma sala, que se comunica com o corredor central, um quarto e uma sala. Pelas laterais do corredor, é possível ter acesso a 3 quartos e no fundo do corredor está a sala de jantar, que dá acesso aos dois quartos restantes. A sala de jantar se comunica com o anexo, assim como o corredor externo. O anexo é composto por um ambiente maior, no qual posteriormente funcionou a Escola da Professora Marocas, que dá acesso a dois outros cômodos menores, onde originalmente funcionavam o banheiro e a cozinha, e ao lote vizinho. Por fim, ao final do corredor externo, é possível ter acesso ao quintal, como pode ser visto na Figura 19 abaixo.

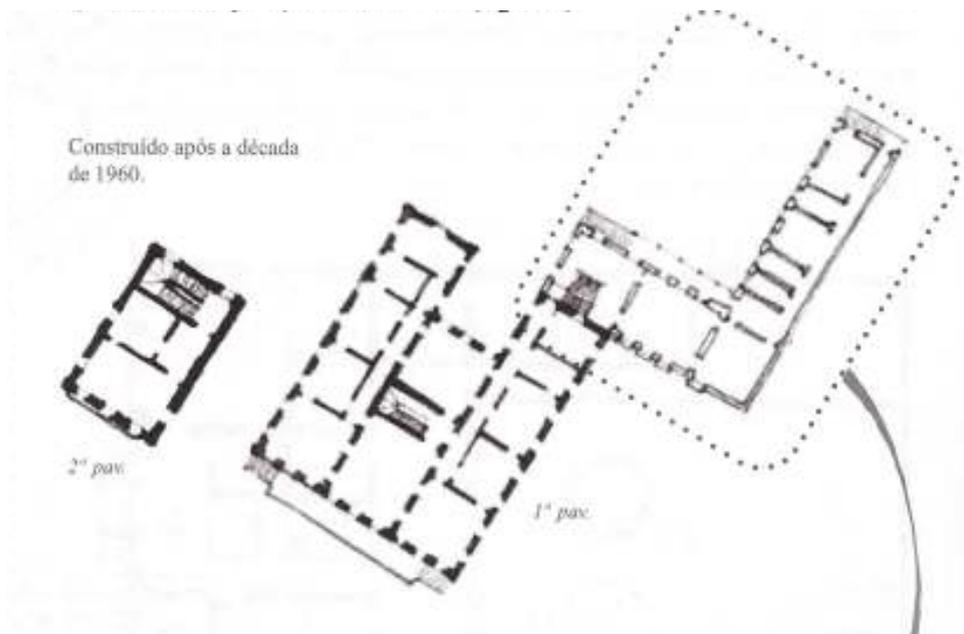
Figura 19 — Planta baixa esquemática com indicação dos ambientes



Fonte: Autora, 2024.

A planta baixa apresenta características presentes no estilo neoclássico, como a separação da cozinha da edificação principal que pode ser observada também na casa do Barão da Lagoa (atual Museu Casa de Rui Barbosa (Figura 20). Na residência da família Cardoso, a cozinha e banheiro voltam a juntar-se à edificação através da inserção de uma cobertura que uniu a casa à área de serviço.

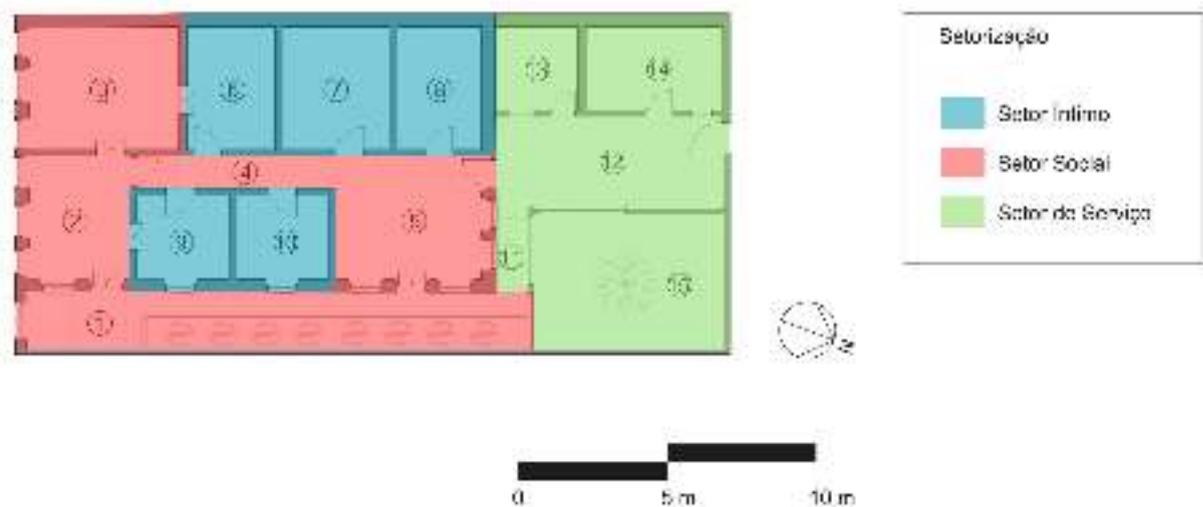
Figura 20 — Planta Baixa da casa do Barão da Lagoa em 1849



Fonte: Mendes, 2011.

Em relação a setorização (Figura 21), é possível observar que a edificação principal abriga os setores íntimo e social, enquanto o anexo, originalmente, era composto exclusivamente pelo setor de serviço. O setor íntimo situa-se nas laterais da edificação, enquanto o setor social divide-se entre a frente e o fundo. Pelo fato do imóvel não ter recuo em uma das laterais, três ambientes pertencentes ao setor íntimo não possuem janelas.

Figura 21 — Planta baixa esquemática com setorização de ambientes



Fonte: Autora, 2024.

No anexo, a diferença de revestimento e espessura nas paredes da antiga Escola da Professora Marocas indica que a sua cobertura foi implantada posteriormente. Outras observações que fortalecem esse argumento seriam a existência de janelas nos ambientes que anteriormente funcionavam como banheiro e cozinha e o estado do madeiramento do telhado, que está em um estado de conservação maior que o da cobertura pertencente à edificação principal, como é possível verificar na Figura 22.

Figura 22 — Antiga Escola da Professora Marocas



Fonte: Autora, 2024.

Em relação à fachada, é possível observar a adoção de princípios seguidos pelo estilo neoclássico, como vãos simétricos com um sistema modular e a valorização de formas geométricas puras, principalmente retas, como os círculos e semicírculos que podem ser observados nos adornos da platibanda e ao redor das janelas. Ademais, nota-se a característica ampla e em formato retangular das envasaduras, a presença de bandeiras arrematando portas e janelas. Outra característica adotada do estilo neoclássico foi o coroamento da residência com cornijas e platibanda reta, além da inserção de balaústres abaixo das duas janelas centrais.

Mendes (2011) afirma que:

No Brasil Real, a tradição clássica não surgiu após a chegada da Família Real ou com a denominada “missão” francesa de 1816. Tais fatos foram, certamente, agentes catalisadores do processo de implantação deste repertório que, de forma significativa, só se difundiu após a Independência (Mendes, 2011, p. 64)

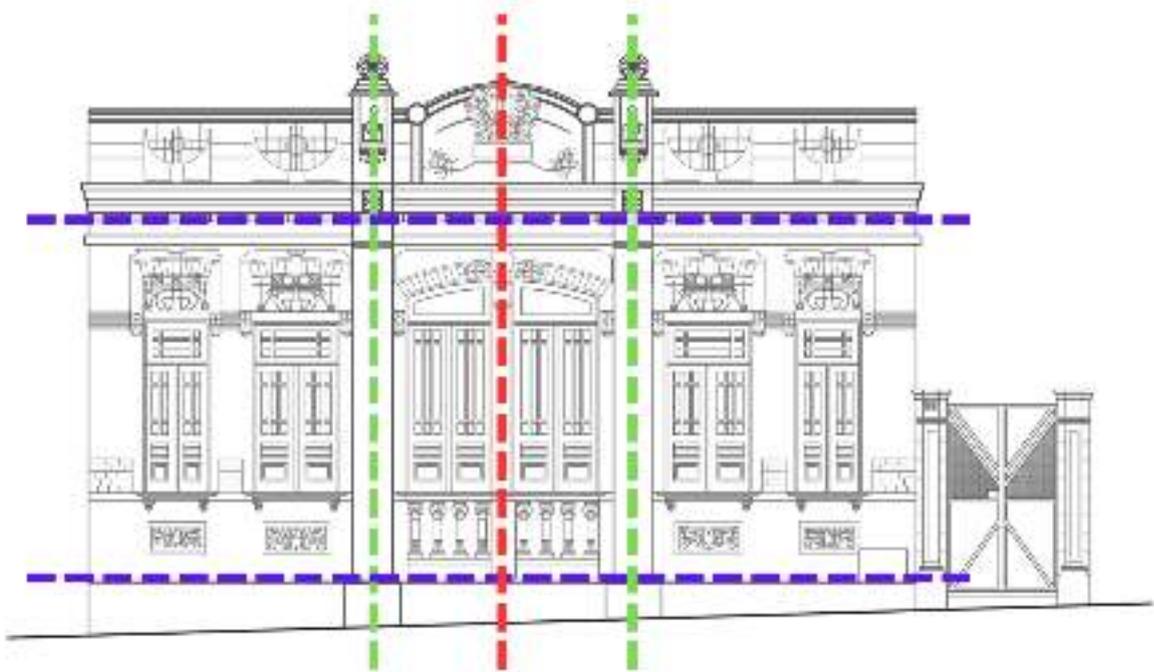
Segundo o autor, apenas a partir do Primeiro Reinado que o neoclassicismo foi definido como arquitetura oficial do Brasil, uma vez que a Revolução Industrial permitiu a diversificação dos programas arquitetônicos, que atendiam a funções específicas. Assim, a partir daí, as edificações deveriam transmitir austeridade, imponência e dignidade através da racionalidade e harmonia, características herdadas no Iluminismo setecentista. Mendes (2011) destaca a adoção de “caixilharia de vidro miúdo” (p. 68) nas janelas, que também foi adotada na fachada principal do objeto de estudo, “devassando a intimidade dos lares, prejudicando a

ventilação cruzada e inundando de luz, nem sempre desejável, os aposentos fronteiros às ruas sem calçamento” (p.68).

Ao realizar uma análise gráfica da fachada, pode-se notar uma relação geométrica entre seus volumes e elementos que tem origem no vínculo entre as tradições de forma, função e estilo que percorrem séculos, chegando até os princípios albertianos de razão, proporção e harmonia. Sobre isso, o renascentista Leon Battista Alberti afirma que “uma beleza inata resulta da congruência e da concordância entre elementos que, apesar de distintos, se dispõem com ordem e se mantêm mutuamente em justeza de número e medida (Alberti, 2012, p. 469 apud Borges, 2022, p. 23)”.

Nesse contexto, é possível notar um eixo de simetria no sentido vertical, bem como a divisão horizontal e vertical da fachada em 3 partes, como pode ser observado na Figura 23. Na divisão horizontal (em azul), o corpo do meio é muito maior que os outros dois, uma vez que nele estão localizadas as aberturas. O corpo de cima abriga a platibanda e o de baixo destina-se ao volume formado pelo nível elevado da edificação em relação a rua e calçada.

Figura 23 — Divisões e eixo de simetria da fachada principal



Fonte: Autora, 2024.

Na divisão vertical (em verde), observada pelo posicionamento de duas colunas, é possível observar o posicionamento das esquadrias em 3 grupos, no qual o corpo do meio abriga as janelas com maiores dimensões e adornos diferenciados das demais. O eixo simétrico (em vermelho), por sua vez, divide as esquadrias em dois grupos com três janelas de dimensões diferentes, cujas cotas de altura e largura aumentam de acordo com a proximidade do eixo.

### 4.3. SISTEMAS CONSTRUTIVOS E MATERIAIS EMPREGADOS

#### 4.3.1 Alvenaria e revestimentos

A partir do levantamento da Planta Baixa, foi possível observar que as paredes da residência possuem espessuras diferentes, que vão de 15 a 50 centímetros, aproximadamente. As paredes que separam o interior do exterior da edificação possuem espessura maior pelo fato de compor a estrutura e abrigar elementos decorativos tridimensionais, enquanto as paredes de vedação e divisão de ambientes internos são mais finas.

Durante a primeira visita, notou-se que as paredes internas dos ambientes pertencentes ao setor social, como as duas salas de estar e a sala de jantar, possuem pinturas artísticas em mau estado de conservação. A partir de observações iniciais, foi possível perceber que, do piso ao forro, nas paredes da primeira sala de estar (Figura 24), foram utilizados tons de azul e branco para compor um padrão a partir de arcos e pontos utilizando a técnica stencil.

Figura 24 — Pinturas nas paredes da Sala de Estar 1



Fonte: Autora, 2024.

Na segunda sala de estar, para a composição de molduras e elementos florais nas paredes (Figura 25), foram utilizados tons de verde, azul, vermelho e branco, principalmente.

Figura 25 — Pinturas nas paredes da Sala de Estar 2



Fonte: Autora, 2024.

Na parte inferior das paredes da sala de jantar, foi realizada uma pintura que remete à elementos de madeira em tons de laranja e na parte superior, há uma faixa contendo representações de frutas, na qual predominam tons de verde, branco, laranja, amarelo e azul (Figura 26).

Figura 26 — Pinturas nas paredes da Sala de Jantar

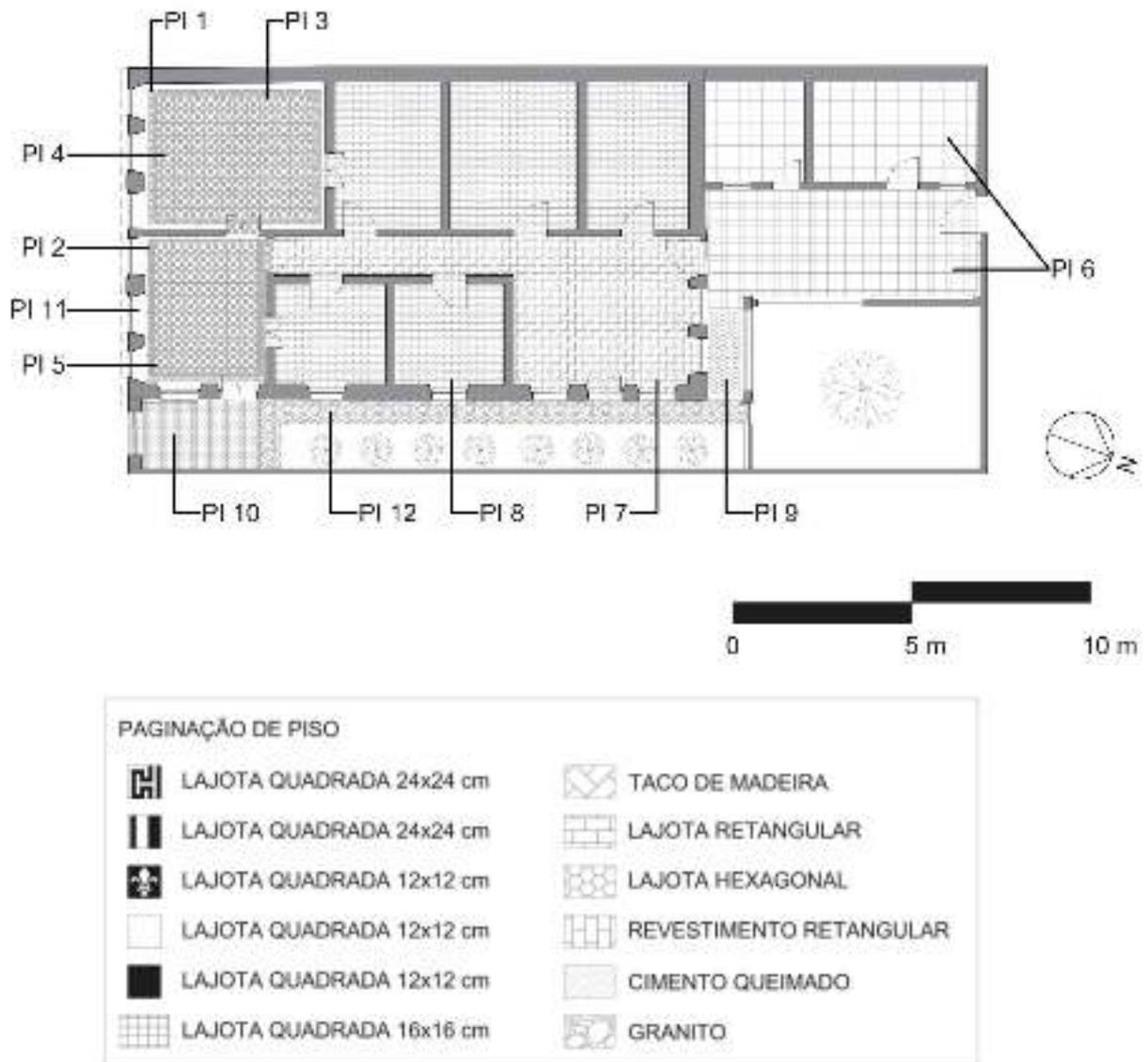


Fonte: Autora, 2024.

### 4.3.2 Pisos

Foram identificados doze tipos de piso (Figura 27) na residência: cimento queimado nas salas de estar, lajotas quadradas de 24 cm x 24 cm com duas padronagens diferentes nas salas de estar, lajotas quadradas de 12 cm x 12 cm com 3 padronagens diferentes nas salas de estar, lajotas quadradas de 16 cm x 16 cm no anexo, piso de taco de madeira na sala de jantar, lajotas retangulares nos quartos, lajotas hexagonais na circulação, piso de paralelepípedos de granito no corredor externo e revestimento cerâmico retangular próximo à entrada.

Figura 27 — Planta Baixa esquemática com paginação de piso

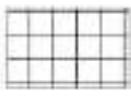
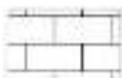


Fonte: Autora, 2024.

Na paginação de piso, a única intervenção posterior ao período de implantação da residência observada é a inserção do revestimento presente no acesso ao lote, um

revestimento cerâmico retangular bordô em degradê. As definições, fotografias e levantamentos gráficos de todos os pisos identificados na residência da família Cardoso estão organizados na Tabela 01 abaixo.

Tabela 01 — Pisos

<b>TABELA DE PISOS</b>			
OBJETO: Residência da família Cardoso		LOCAL: Santaluz/BA	
DATA:		AUTOR: Ana Clara Matos Araújo Lima	
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	FOTOGRAFIA	LEV. GRÁFICO
PI 1	Lajota Quadrada 24 x 24 cm		
PI 2	Lajota Quadrada 24 x 24 cm		
PI 3	Lajota Quadrada 12 x 12 cm		
PI 4	Lajota Quadrada 12 x 12 cm		
PI 5	Lajota Quadrada 12 x 12 cm		
PI 6	Lajota Quadrada 16 x 16 cm		
PI 7	Taco de Madeira		
PI 8	Lajota retangular		
PI 9	Lajota Hexagonal		

PI 10	Revestimento Retangular		
PI 11	Cimento Queimado		
PI 12	Patalelepípedo de Granito		

Fonte: Autora, 2024.

#### 4.3.3 Esquadrias

Na edificação foram encontrados dois tipos de envasaduras: portas e janelas. Todas as portas e janelas apresentam o vão de verga reta, com exceção das duas janelas localizadas no centro da fachada principal, cujas vergas juntas seguem o formato de um semi arco.

No que diz respeito às portas, a residência possui oito tipos. O primeiro tipo (Figura 28) refere-se à porta que dá acesso à edificação através da sala de estar. É uma porta de giro com duas folhas composta por réguas de madeira e caixilharia com bandeira de madeira. O segundo tipo (Figura 29) concerne as portas que unem as duas salas de estar e, a partir desses ambientes, dão acesso a dois quartos, são portas de giro com duas folhas compostas por réguas de madeira e caixilharia com bandeira de ferro (característica do estilo neoclássico) com padrão de losangos.

Figura 28 — Porta tipo 1



Fonte: Autora, 2024.

Figura 29 — Porta tipo 2



Fonte: Autora, 2024.

No terceiro tipo (Figura 30), estão as portas que dão acesso aos demais quartos. Estas são similares às do tipo dois, exceto pela folha, que é única. O quarto tipo (Figura 31) refere-se à porta que dá acesso ao corredor central. Ao observar a caixilharia e a bandeira similares às portas do tipo 3, percebe-se que em algum momento a porta original foi substituída por uma que possui uma abertura adornada situada na metade superior.

Figura 30 — Porta tipo 3



Fonte: Autora, 2024.

Figura 31 — Porta tipo 4



Fonte: Autora, 2024.

O quinto tipo (Figura 32) refere-se à porta da sala de jantar que dá acesso ao corredor externo. É uma porta de giro com duas folhas composta por réguas de madeira. No sexto tipo (Figura 33), está a porta que liga a sala de jantar ao anexo, que possui uma folha de giro e é formada por réguas de madeira.

Figura 32 — Porta tipo 5



Fonte: Autora, 2024.

Figura 33 — Porta tipo 6



Fonte: Autora, 2024.

No sétimo tipo, estão as portas que dão acesso ao banheiro e à cozinha. São portas com altura menor e aparentemente mais novas que as originais. Estas são de madeira, de giro e contém apenas uma folha. Por fim, o oitavo e último tipo também se refere a uma porta estilo holandesa, que também aparenta ser mais nova e pode ser vista na Figura 34 abaixo.

Figura 34 — Portas tipo 7 e 8



Fonte: Autora, 2024.

No que diz respeito às janelas, a residência possui seis tipos. O primeiro tipo (Figura 35) se refere a quatro das seis janelas presentes na fachada principal: janela de duas folhas com caixilharia e bandeira em formato retangular de madeira e vidro colorido. O segundo tipo (Figura 36) abrange as duas janelas localizadas no centro da fachada principal. Estas apresentam vergas que juntas seguem o formato de um semi arco. Assim como o primeiro tipo, essas janelas possuem caixilharia e bandeira em madeira e vidro colorido.

Figura 35 — Janela tipo 1



Fonte: Autora, 2024.

Figura 36 — Janela tipo 2



Fonte: Autora, 2024.

No terceiro tipo (Figura 37), está a janela da sala de jantar que está localizada na fachada lateral. É similar ao primeiro tipo, porém possui a bandeira menor, composta por seis peças de vidro ao invés de nove. O quarto tipo (Figura 38) refere-se às demais janelas localizadas na fachada lateral e nos fundos da edificação principal e caracteriza-se por ter duas folhas com caixilharia e bandeira em formato retangular de madeira e vidro.

Figura 37 — Janela tipo 3



Fonte: Autora, 2024.

Figura 38 — Janela tipo 4



Fonte: Autora, 2024.

O sétimo tipo (Figura 39) abrange as janelas do banheiro e cozinha. Estas têm as menores dimensões e o design mais simples, de uma folha de giro produzida em madeira. O oitavo e último tipo (Figura 40) abrange as janelas de maiores dimensões e mais novas, feitas de metal e vidro, dispostas na antiga Escola da Professora Marocas.

Figura 39 — Janela tipo 5



Fonte: Autora, 2024.

Figura 40 — Janela tipo 6



Fonte: Autora, 2024.

#### 4.3.4 Cobertura e forro

A residência da família Cardoso é composta por uma edificação principal, o anexo, quintal e um corredor externo que faz a comunicação entre os três blocos supracitados. A cobertura da edificação principal possui duas águas, enquanto a do anexo possui uma. Em uma das salas de estar, corredor interno central e sala de jantar foi instalado um forro de PVC, como é possível observar na Figura 41. De acordo com observações realizadas no local e análises das fotografias, percebe-se a possibilidade de existência de um forro na segunda sala de estar, devido à pintura, que encerra-se alguns centímetros abaixo do limite da parede e à localização do madeiramento pertencente à cobertura que está apoiado na alvenaria.

Figura 41 — Forro PVC da sala de jantar



Fonte: Autora, 2024.

O estado de conservação da cobertura, de maneira geral, é razoável e isso se deve ao fato do imóvel não ter passado, desde a sua construção, nenhum período em desuso, o que sugere um número maior de manutenções executadas. Apesar de não ter sido notada nenhuma lacuna significativa nas telhas cerâmicas do tipo capa e canal, o madeiramento apresenta degradações, como infestação biológica, manchas de umidade e enferrujamento de pregos, conforme mostra a Figura 42.

Figura 42 — Estrutura do telhado vista da sala de estar



Fonte: Autora, 2024.

#### 4.3.5 Ornamentos

Observa-se a adoção de ornamentos nas fachadas Sul e Leste, no entanto a maior quantidade está localizada na principal (Sul) e os ornamentos que aparecem na outra fachada estão presentes apenas no local de encontro entre as fachadas. Nesse sentido, foram identificados os seguintes ornamentos:

- a) Platibanda: assume forma reta, simétrica e foi adotada apenas na fachada principal (Sul). No coroamento nota-se a presença de cornijas; frontão circular; elementos da natureza, como ramos e flores; além de adornos retos, circulares e semicirculares.
- b) Colunas: provavelmente verdadeiras. Estendem-se até a platibanda.
- c) Molduras: possuem formato retangular e em semicírculo, localizando-se na parte superior das janelas.
- d) Balaústre: composto por oito peças que localizam-se abaixo das duas janelas centrais.

Os ornamentos estão identificados na Figura 43 abaixo.

Figura 43 — Identificação de ornamentos da Fachada Sul



Fonte: Autora, 2024.

## Capítulo 5



Diagnóstico das degradações

## **5. DIAGNÓSTICO DAS DEGRADAÇÕES**

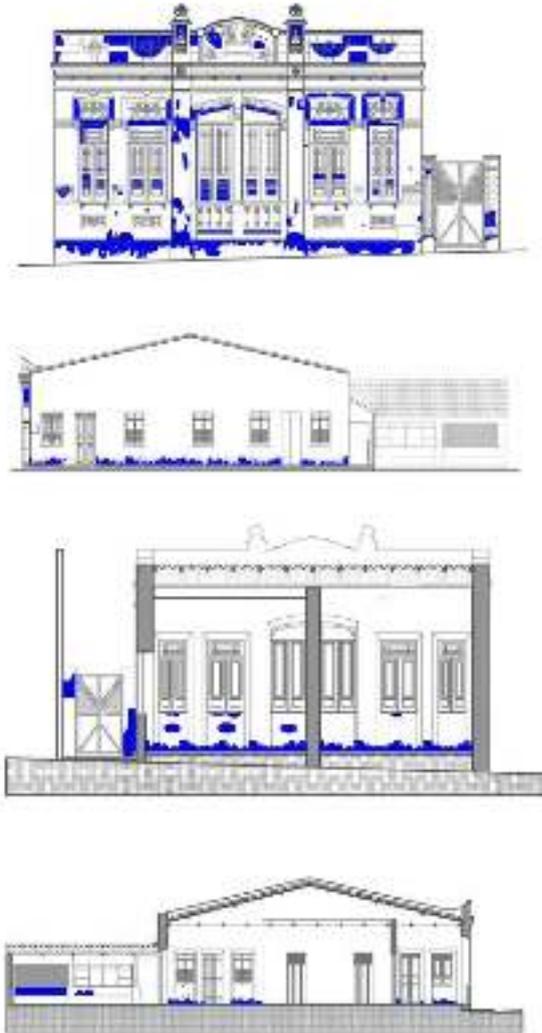
### **5.1. DOCUMENTAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS DANOS**

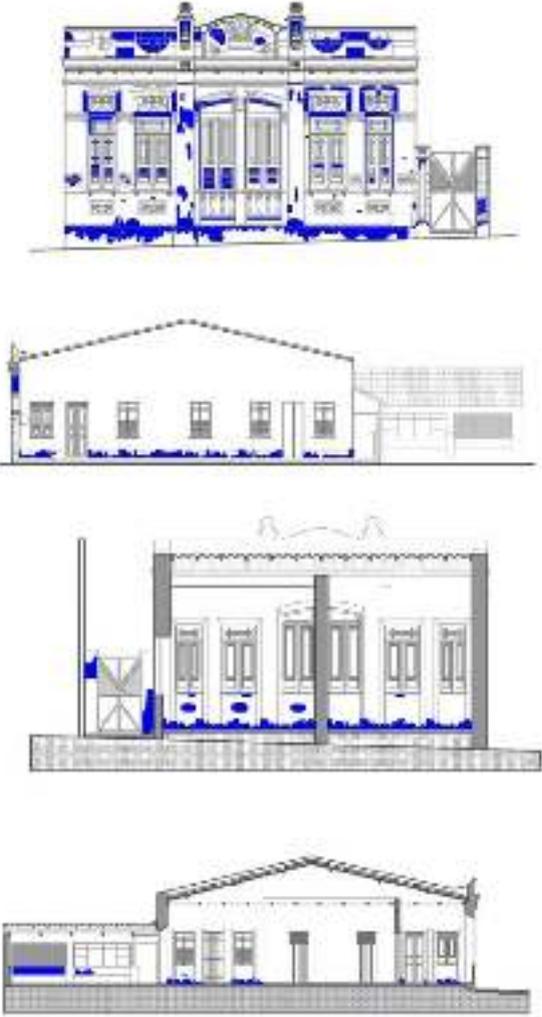
Os resultados obtidos da documentação, mapeamento e identificação de danos foram apresentados em Fichas de Identificação de Danos e Mapas de Danos, elaborados a partir do material apresentado por Tinoco (2009) e do documento utilizado na disciplina optativa ofertada pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe nomeada Tópicos Especiais de Planejamento I - Laboratório de Restauro: Documentação e Projeto. A referência supracitada foi produzida pelo professor responsável Pedro Murilo Gonçalves de Freitas.

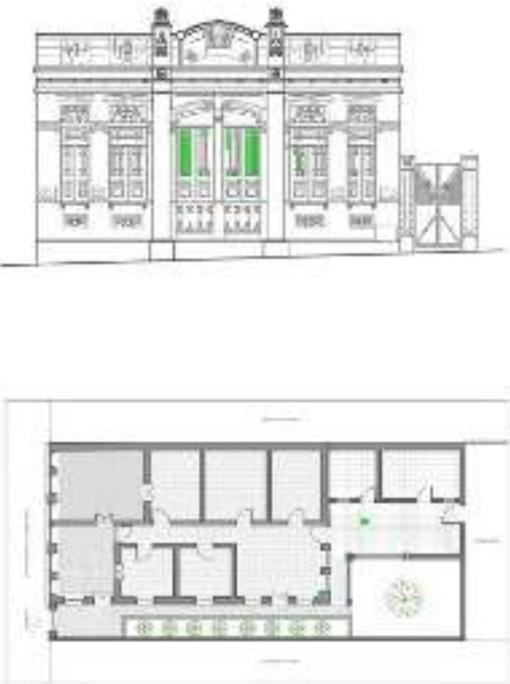
Os Mapas de Danos apresentam o levantamento gráfico da edificação com o mapeamento das patologias, bem como uma legenda à direita. As FIDs contém a identificação do dano, a identificação do objeto, o material ou superfície sobre o qual o dano está localizado, o local onde está localizado o objeto de estudo, a data, o autor das fichas, o levantamento gráfico, o levantamento fotográfico, a representação gráfica do dano, as causas, os agentes, a conduta mais provável a ser adotada e o código de identificação. É importante esclarecer que, em muitos casos, as patologias identificadas em edificações antigas possuem causas relacionadas e encontram-se sobrepostas, no entanto, para a realização de desenhos técnicos e documentações, os danos são identificados separadamente, por motivos relacionados à organização e clareza das informações apresentadas.

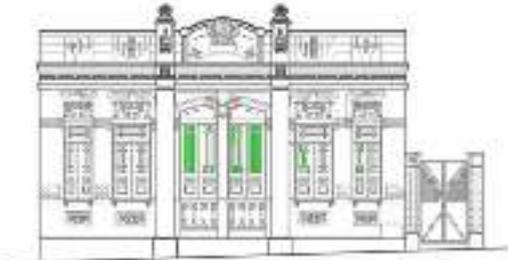
Dentre as patologias identificadas, estão: descascamento da pintura, vidros e cerâmicas faltantes, fissuras, trincas, rachaduras, perda de elemento, uso de material inadequado, crosta, alteração cromática, manchas, desgaste, inserção de nova peça e desagregação. As fichas e os mapas estão inseridos abaixo.

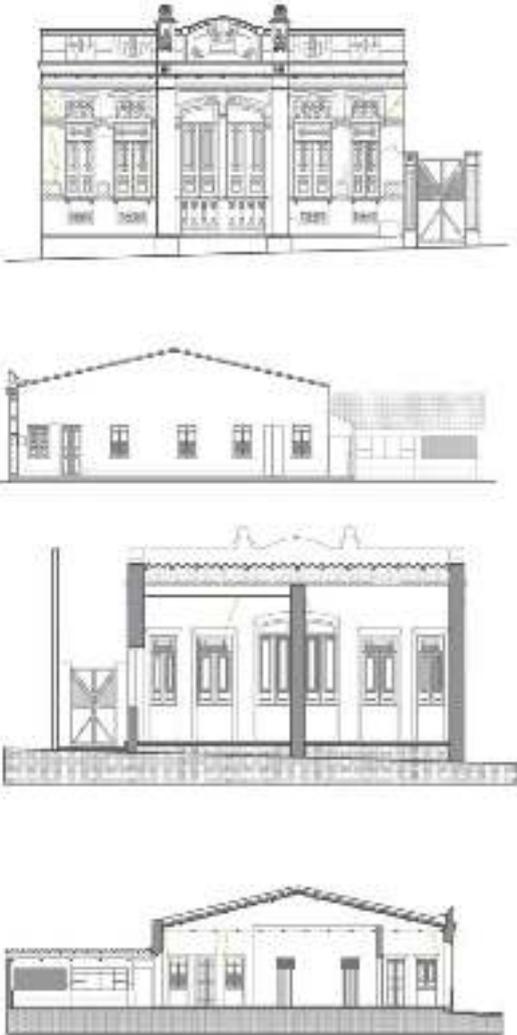
### **5.2. FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS**

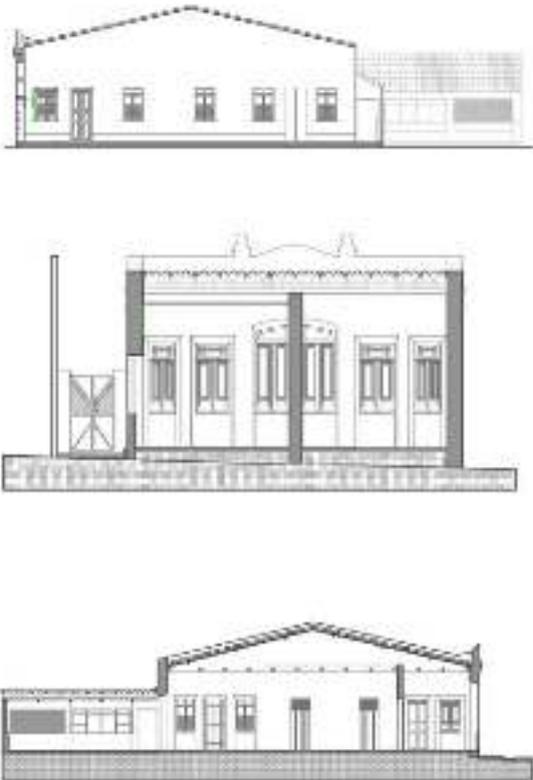
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS		FID 01/15
<b>DANO: DESCASCAMENTO DA PINTURA</b>		
OBJETO: Casarão da Família Cardoso		MATERIAL/SUPERFÍCIE: Alvenaria
LOCAL: Santaluz/BA	DATA:	AUTOR: Ana Clara Matos A. Lima
<b>LEVANTAMENTO GRÁFICO:</b> 		<b>LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO:</b> 
		<b>REPRESENTAÇÃO GRÁFICA:</b> 
<b>CAUSAS:</b> Ação da água e intempéries, aplicação da camada de pintura sem a devida remoção da camada anterior.		<b>AGENTES:</b> Pintura incompatível e umidade.
<b>CONDUTA:</b> Remoção da camada de tinta danificada, reconstituição compatível e aplicação de uma nova camada.		<b>CÓDIGO:</b>

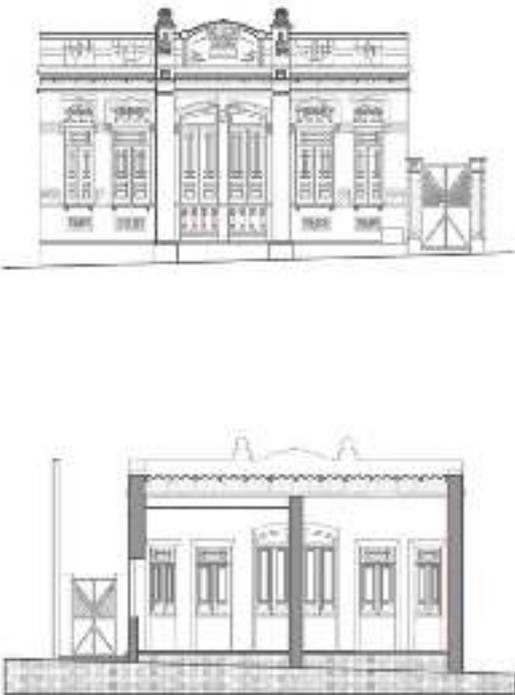
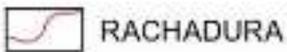
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS		FID 02/15
<b>DANO: DESCASCAMENTO DA PINTURA</b>		
OBJETO: Casarão da Família Cardoso		MATERIAL/SUPERFÍCIE: Madeira (Esquadrias)
LOCAL: Santaluz/BA	DATA:	AUTOR: Ana Clara Matos A. Lima
LEVANTAMENTO GRÁFICO:		LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO:
		
		<b>REPRESENTAÇÃO GRÁFICA:</b> 
CAUSAS: Ação da água e intempéries, aplicação da camada de pintura sem a devida remoção da camada anterior.		AGENTES: Pintura incompatível e umidade.
CONDUTA: Remoção da camada de tinta danificada, reconstituição compatível e aplicação de uma nova camada.		CÓDIGO:

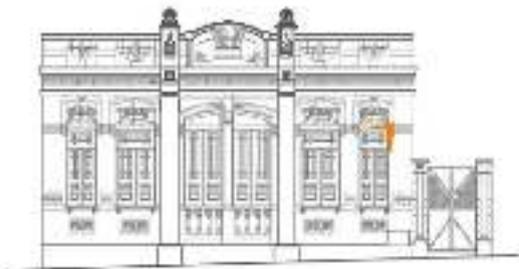
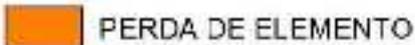
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS		FID 03/15
<b>DANO: VIDROS E CERÂMICAS FALTANTES</b>		
OBJETO: Casarão da Família Cardoso		MATERIAL/SUPERFÍCIE: Vidro (Esquadrias)
LOCAL: Santaluz/BA	DATA:	AUTOR: Ana Clara Matos A. Lima
LEVANTAMENTO GRÁFICO:		LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO:
		
		<b>REPRESENTAÇÃO GRÁFICA:</b>  VIDROS E CERÂMICAS FALTANTES
CAUSAS: Choques mecânicos.		AGENTES: Choques mecânicos.
CONDUTA: Inserção das peças faltantes.		CÓDIGO:

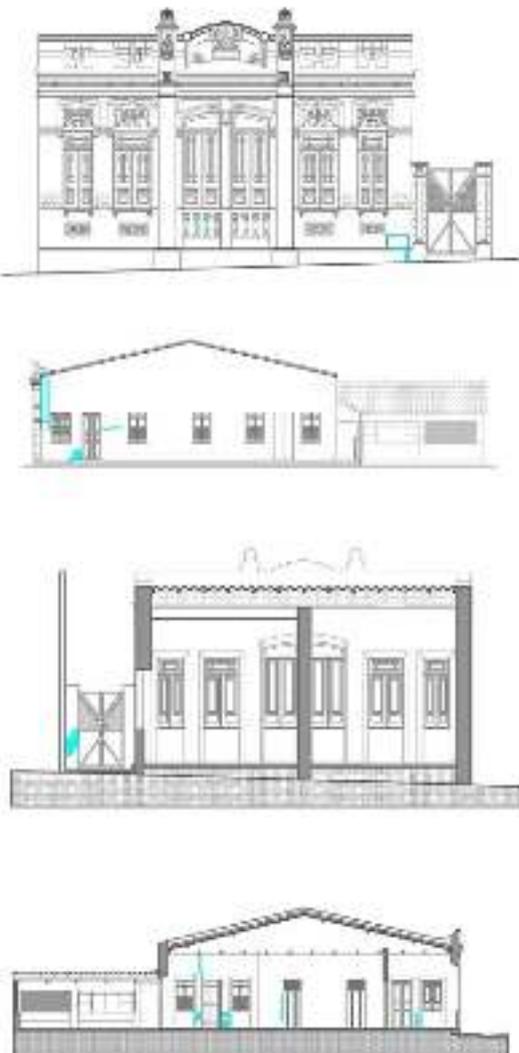
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS		FTD 04/15
<b>DANO: VIDROS E CERÂMICAS FALTANTES</b>		
OBJETO: Casarão da Família Cardoso		MATERIAL/SUPERFÍCIE: Piso
LOCAL: Santaluz/BA	DATA:	AUTOR: Ana Clara Matos A. Lima
LEVANTAMENTO GRÁFICO:		LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO:
 		 
		<b>REPRESENTAÇÃO GRÁFICA:</b>  VIDROS E CERÂMICAS FALTANTES
CAUSAS: Choques mecânicos, dilatação do material.		AGENTES: Choques mecânicos, calor.
CONDUTA: Inserção das peças faltantes.		CÓDIGO:

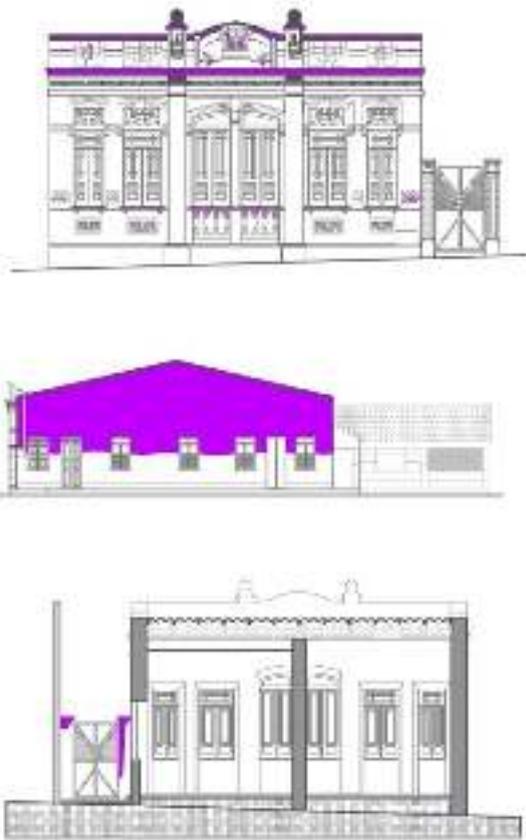
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS		FID 05/15
<b>DANO: FISSURAÇÃO</b>		
OBJETO: Casarão da Família Cardoso		MATERIAL/SUPERFÍCIE: Alvenaria
LOCAL: Santaluz/BA	DATA:	AUTOR: Ana Clara Matos A. Lima
LEVANTAMENTO GRÁFICO:		LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO:
		
		REPRESENTAÇÃO GRÁFICA:
		 FISSURAÇÃO
CAUSAS: Pressões mecânicas, dilatação e retração do material, sobrecarga, perda de água nas camadas de acabamento, adensamento da argamassa, infiltração.		AGENTES: Argamassa com resistência insuficiente, tensão dos materiais, água por infiltração.
CONDUTA: Identificação precisa da causa e reparo através da remoção dos revestimentos até a camada de alvenaria e inserção da argamassa de regularização ou aplicação de um impermeabilizante acrílico flexível.		CÓDIGO:

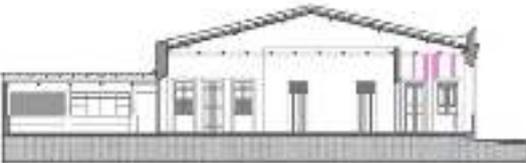
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS		FID 06/15
<b>DANO: TRINCA</b>		
OBJETO: Casarão da Família Cardoso		MATERIAL/SUPERFÍCIE: Alvenaria
LOCAL: Santaluz/BA	DATA:	AUTOR: Ana Clara Matos A. Lima
LEVANTAMENTO GRÁFICO:		LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO:
		
		REPRESENTAÇÃO GRÁFICA:
		
CAUSAS: Recalque, dilatação térmica, retração do material, vibrações e trepidações. aplicação de material não compatível.		AGENTES: Movimentação do solo, deformações estruturais. incompatibilidade de materiais, irradiação solar.
CONDUTA: Identificação precisa da causa e reparo através da remoção dos revestimentos até a camada de alvenaria e inserção da argamassa de regularização ou aplicação de um impermeabilizante acrílico flexível.		CÓDIGO:

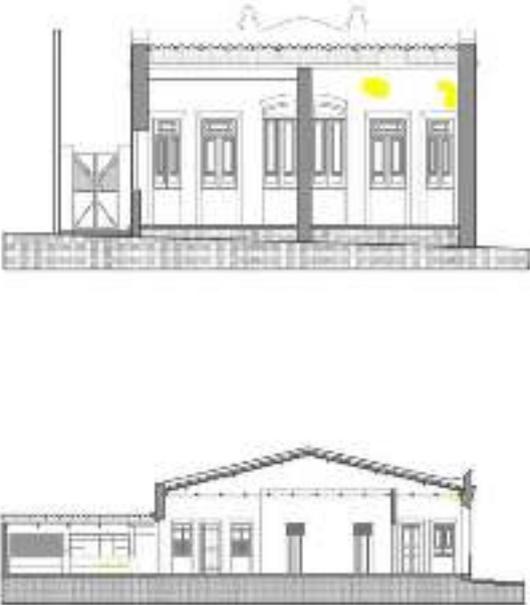
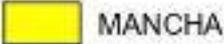
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS		FID 07/15
<b>DANO: RACHADURA</b>		
OBJETO: Casarão da Família Cardoso		MATERIAL/SUPERFÍCIE: Alvenaria
LOCAL: Santaluz/BA	DATA:	AUTOR: Ana Clara Matos A. Lima
LEVANTAMENTO GRÁFICO:		LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO:
		
		REPRESENTAÇÃO GRÁFICA:
		
CAUSAS: Pressão mecânica, sobrecargas, choques mecânicos.		AGENTES: Sobrecarga, impacto físico
CONDUTA: Identificação precisa da causa e reparo através da remoção dos revestimentos até a camada de alvenaria e inserção da argamassa de regularização ou aplicação de um impermeabilizante acrílico flexível.		CÓDIGO:

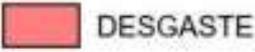
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS		FID 08/15
<b>DANO: PERDA DE ELEMENTO</b>		
OBJETO: Casarão da Família Cardoso		MATERIAL/SUPERFÍCIE: Alvenaria
LOCAL: Santaluz/BA	DATA:	AUTOR: Ana Clara Matos A. Lima
LEVANTAMENTO GRÁFICO:		LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO:
		
		REPRESENTAÇÃO GRÁFICA: 
CAUSAS: Choques mecânicos, desagregação do reboco.		AGENTES: Choques mecânicos.
CONDUTA: Reposição do elemento decorativo faltante a partir da aplicação de materiais compatíveis.		CÓDIGO:

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS		FID 09/15
<b>DANO: USO DE MATERIAL INAPROPRIADO</b>		
OBJETO: Casarão da Família Cardoso		MATERIAL/SUPERFÍCIE: Alvenaria
LOCAL: Santaluz/BA	DATA:	AUTOR: Ana Clara Matos A. Lima
<b>LEVANTAMENTO GRÁFICO:</b> 		<b>LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO:</b> 
		<b>REPRESENTAÇÃO GRÁFICA:</b> 
CAUSAS: Instalação hidráulica, tentativa de reparos na alvenaria e elementos decorativos		AGENTES: Materiais incompatíveis.
CONDUTA: Remoção da nova massa e aplicação de novo material compatível com a alvenaria.		CÓDIGO:

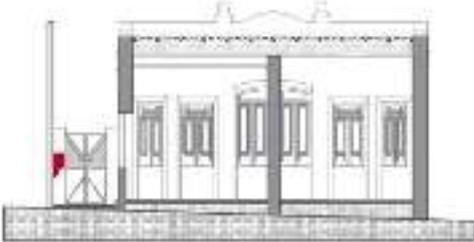
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS		FID 10/15
<b>DANO: CROSTA</b>		
OBJETO: Casarão da Família Cardoso		MATERIAL/SUPERFÍCIE: Alvenaria
LOCAL: Santahz/BA	DATA:	AUTOR: Ana Clara Matos A. Lima
LEVANTAMENTO GRÁFICO:		LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO:
		
		REPRESENTAÇÃO GRÁFICA:
		
CAUSAS: Ação direta da chuva ou escorrências de água, poluição atmosférica, umidade.		AGENTES: Intempéries.
CONDUTA: Limpeza da área com a utilização de jatos d'água sob pressão com cautela.		CÓDIGO:

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS		FID 11/15
DANO: ALTERAÇÃO CROMÁTICA		
OBJETO: Casarão da Família Cardoso		MATERIAL/SUPERFÍCIE: Alvenaria
LOCAL: Santaluz/BA	DATA:	AUTOR: Ana Clara Matos A. Lima
LEVANTAMENTO GRÁFICO:		LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO:
		
		REPRESENTAÇÃO GRÁFICA:  ALTERAÇÃO CROMÁTICA
CAUSAS: Os óxidos de ferro presentes nos metais enferrujados das esquadrias e da cobertura ou forro foram arrastados pela água e provocaram o aparecimento de manchas acastanhadas na parede.		AGENTES: Água e enferrujamento de metais.
CONDUTA: Troca dos metais, seguida de limpeza e aplicação de nova camada de pintura.		CÓDIGO:

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS		FID 12/15
<b>DANO: MANCHA</b>		
OBJETO: Casarão da Família Cardoso		MATERIAL/SUPERFÍCIE: Alvenaria
LOCAL: Santaluz/BA	DATA:	AUTOR: Ana Clara Matos A. Lima
LEVANTAMENTO GRÁFICO:		LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO:
		
		<b>REPRESENTAÇÃO GRÁFICA:</b> 
CAUSAS: Absorção de água ou condensação de vapor.		AGENTES: Umidade.
CONDUTA: Impermeabilização ou proteção da área contra a ação da chuva ou umidade.		CÓDIGO:

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS		FID 13/15
<b>DANO: DESGASTE</b>		
OBJETO: Casarão da Família Cardoso		MATERIAL/SUPERFÍCIE: Piso
LOCAL: Santaluz/BA	DATA:	AUTOR: Ana Clara Matos A. Lima
LEVANTAMENTO GRÁFICO:		LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO:
		
		REPRESENTAÇÃO GRÁFICA:  
CAUSAS: Tráfego intenso.		AGENTES: Tráfego intenso.
CONDUTA: Reaplicação da camada de cimento queimado.		CÓDIGO:

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS		FID 14/15
<b>DANO: INTERVENÇÃO</b>		
OBJETO: Casarão da Família Cardoso		MATERIAL/SUPERFÍCIE: Piso
LOCAL: Santaluz/BA	DATA:	AUTOR: Ana Clara Matos A. Lima
LEVANTAMENTO GRÁFICO:		LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO:
		
		<b>REPRESENTAÇÃO GRÁFICA:</b>   <b>INTERVENÇÃO</b>
CAUSAS: Substituição de peças quebradas.		AGENTES: Substituição de peças quebradas.
CONDUTA: Inserção de peças compatíveis com as demais peças de revestimento.		CÓDIGO:

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS		FID 15/15
<b>DANO: PERDA DE REBOCO</b>		
OBJETO: Casarão da Família Cardoso		MATERIAL/SUPERFÍCIE: Alvenaria
LOCAL: Santaluz/BA	DATA:	AUTOR: Ana Clara Matos A. Lima
LEVANTAMENTO GRÁFICO:		LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO:
		
		REPRESENTAÇÃO GRÁFICA:
		 PERDA DE REBOCO
CAUSAS: Umidade, contato com água da chuva, poluição atmosférica.		AGENTES: Intempéries.
CONDUTA: Limpeza do local e inserção de materiais compatíveis para a cobertura da área.		CÓDIGO:

### 5.3. LEVANTAMENTO E MAPAS DE DANOS



- DELIMITAÇÃO DO LOTE
- EDIFICAÇÕES DO ENTORNO
- FERROVIA
- PRAÇAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
 DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ENDEREÇO: PRAÇA EZEQUIEL CARDOSO DA COSTA, N° 36  
 PROPRIETÁRIO: FAMÍLIA CARDOSO

FORMATO: **A4**

ETAPA: LEVANTAMENTO  
 PRANCHA:

FOLHA:  
**01/12**

# PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

DESENHO: ANA CLARA MATOS

ORIENTADORA: SAMIRA FAGUNDES

ESCALA: 1/2000

DATA: 02/09/2024

PRAÇA EZEQUIEL CARDOSO DA COSTA

11.25

2.28

23.85

n°50

n°46

11.38

n°18

n°10

ACCESSO

-0.15

0.00

-0.16

0.30

0.30

0.30

OBSERVAÇÕES:

1. TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS, SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
2. CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL.

ÁREA CONSTRUÍDA: 208,03 m<sup>2</sup>  
ÁREA OCUPADA: 210,51 m<sup>2</sup>  
ÁREA DO TERRENO: 272,26 m<sup>2</sup>  
ÁREA PERMEÁVEL: 36,20 m<sup>2</sup>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ENDEREÇO: PRAÇA EZEQUIEL CARDOSO DA COSTA, N° 36  
PROPRIETÁRIO: FAMÍLIA CARDOSO

FORMATO: **A2**

ETAPA: LEVANTAMENTO  
PRANCHA:

FOLHA:  
**02/12**

**PLANTA DE SITUAÇÃO**

DESENHO: ANA CLARA MATOS

ORIENTADORA: SAMIRA FAGUNDES

ESCALA: 1/200

DATA: 02/09/2024



LISTA DE AMBIENTES

- |                    |                                     |
|--------------------|-------------------------------------|
| 1- Entrada         | 9- Quarto 4                         |
| 2- Sala de Estar 1 | 10- Quarto 5                        |
| 3- Sala de Estar 2 | 11- Circulação 2                    |
| 4- Circulação 1    | 12- Antiga Escola da Profa. Marocas |
| 5- Sala de Jantar  | 13- Banheiro                        |
| 6- Quarto 1        | 14- Cozinha                         |
| 7- Quarto 2        | 15- Quintal                         |
| 8 - Quarto 3       |                                     |

OBSERVAÇÕES

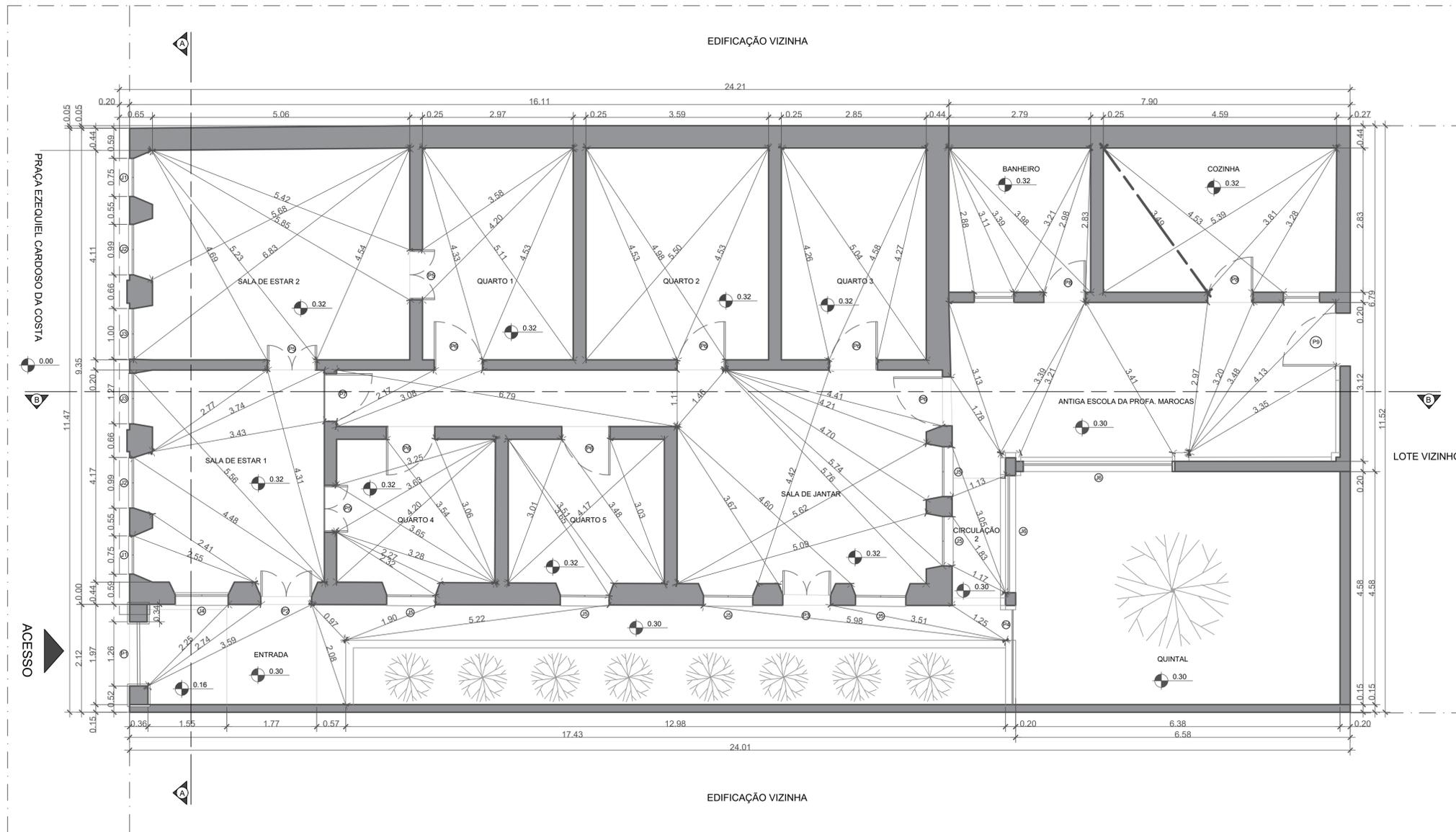
- TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS, SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
- CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL.

QUADRO DE PORTAS

CÓDIGO	DEFINIÇÃO	DIMENSÕES	QUANTIDADE
P1	PORTÃO METÁLICO - GIRO 2 FOLHAS	1,26 m x 2,12 m	1
P2	PORTA AZUL DE MADEIRA COM BANDEIRA - GIRO 1 FOLHA	1,00 m x 2,62 m	1
P3	PORTA CINZA DE MADEIRA - GIRO 2 FOLHAS	0,94 m x 2,62 m	1
P4	PORTÃO METÁLICO - GIRO 1 FOLHA	0,60 m x 2,12 m	1
P5	PORTA CINZA DE MADEIRA COM BANDEIRA DE FERRO - GIRO 2 FOLHAS	0,97 m e 0,92 m x 2,62 m	3
P6	PORTA CINZA DE MADEIRA COM BANDEIRA DE FERRO - GIRO 1 FOLHA	0,95 m x 2,62 m	6
P7	PORTA DE MADEIRA COM RECORTE VAZADO E BANDEIRA DE FERRO - GIRO 1 FOLHA	0,94 m x 2,62 m	1
P8	PORTA DE MADEIRA - GIRO 1 FOLHA	0,89 m x 1,85 m	2
P9	PORTA DE MADEIRA ESTILO HOLANDESA - GIRO 1 FOLHA	1,04 m x 2,15 m	1

QUADRO DE JANELAS

CÓDIGO	DEFINIÇÃO	DIMENSÕES	QUANTIDADE
J1	JANELA DE MADEIRA COM BANDEIRA E VIDRO - GIRO 2 FOLHAS	0,75 m x 1,96 m/0,97 m	2
J2	JANELA DE MADEIRA COM BANDEIRA E VIDRO - GIRO 2 FOLHAS	0,99 m x 1,96 m/0,97 m	2
J3	JANELA DE MADEIRA COM BANDEIRA E VIDRO - GIRO 2 FOLHAS	1,00 m x 2,44 m/0,97 m	2
J4	JANELA DE MADEIRA COM BANDEIRA E VIDRO - GIRO 2 FOLHAS	1,04 m x 1,65 m/0,99 m	1
J5	JANELA DE MADEIRA COM BANDEIRA E VIDRO - GIRO 2 FOLHAS	0,96 m x 1,65 m/0,99 m	6
J6	JANELA DE VIDRO - CORRER 4 FOLHAS	2,30 m e 2,93 m x 1,20 m/0,90 m	2



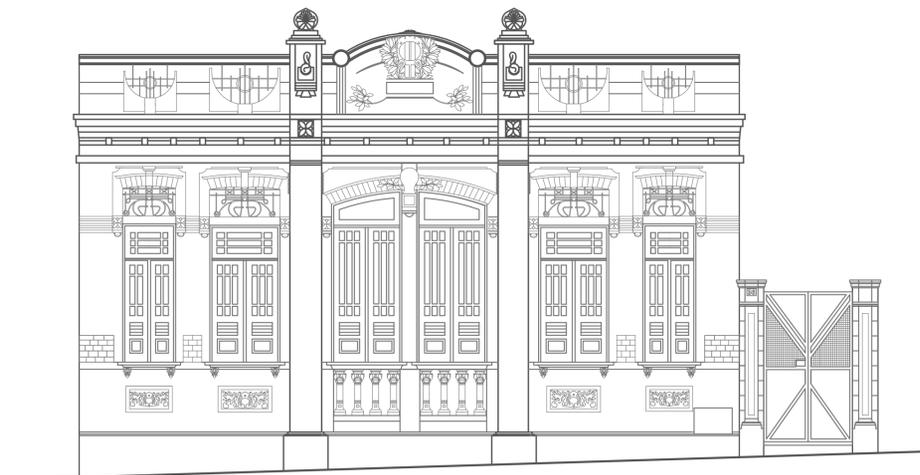
3 Planta Baixa  
Esc. 1/50



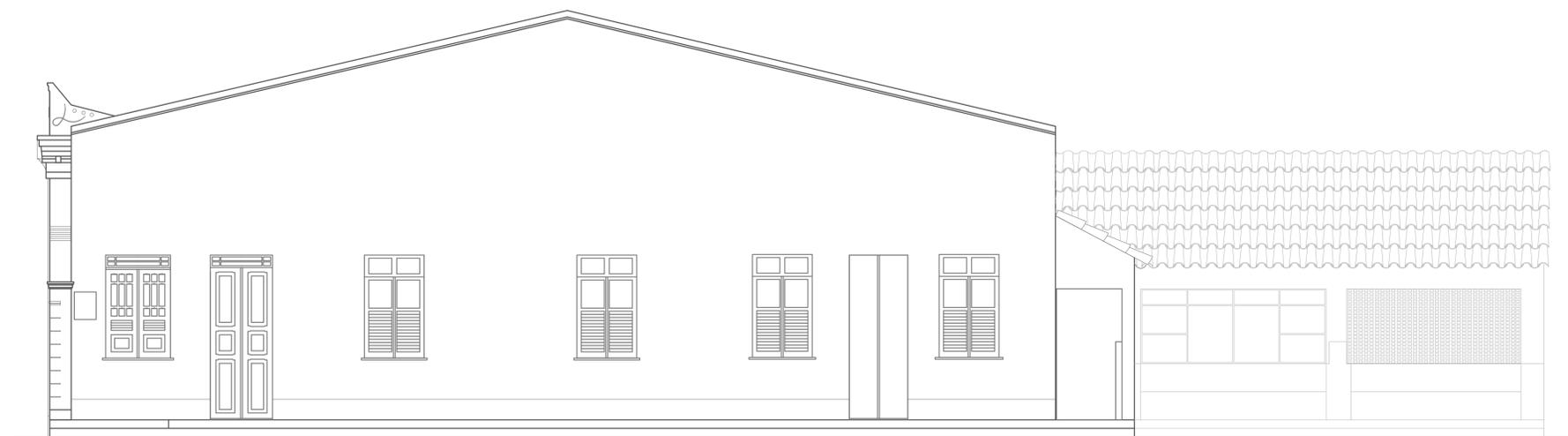


OBSERVAÇÕES

1. TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS, SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
2. CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL.



7 Fachada Principal (Sul)  
Esc. 1/50



8 Fachada Lateral (Leste)  
Esc. 1/50



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ENDEREÇO: PRAÇA EZEQUIEL CARDOSO DA COSTA, N° 36  
PROPRIETÁRIO: FAMÍLIA CARDOSO

ETAPA: LEVANTAMENTO  
PRANCHA:

FACHADAS

DESENHO: ANA CLARA MATOS

ORIENTADORA: SAMIRA FAGUNDES

ESCALA: 1/50

DATA: 02/09/2024

FORMATO: A1

FOLHA:  
06/12

PAGINAÇÃO DE PISO

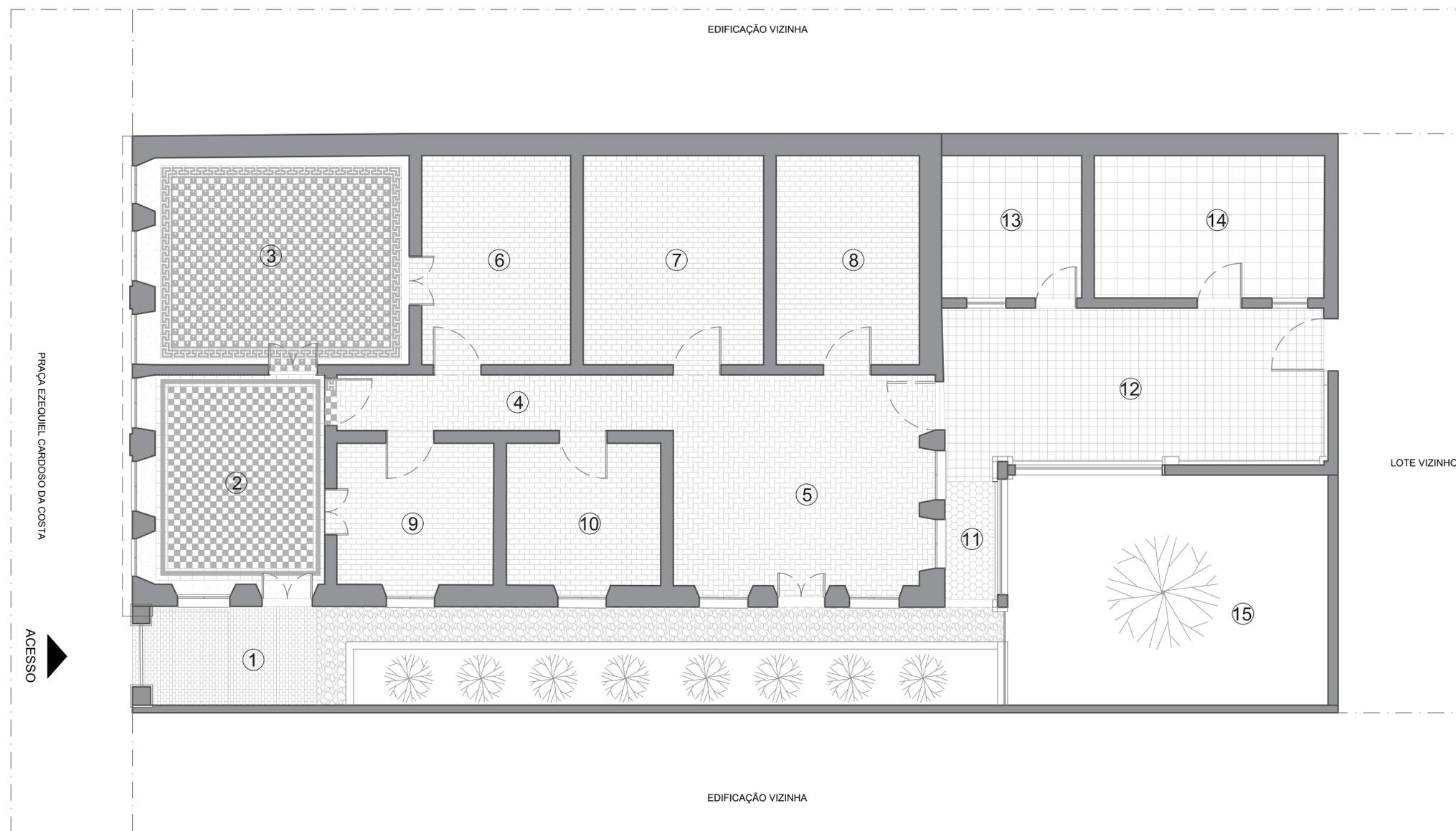
LAJOTA QUADRADA 24x24 cm	TACO DE MADEIRA
LAJOTA QUADRADA 24x24 cm	LAJOTA RETANGULAR
LAJOTA QUADRADA 12x12 cm	LAJOTA HEXAGONAL
LAJOTA QUADRADA 12x12 cm	REVESTIMENTO RETANGULAR
LAJOTA QUADRADA 12x12 cm	CIMENTO QUEIMADO
LAJOTA QUADRADA 16x16 cm	GRANITO

LISTA DE AMBIENTES

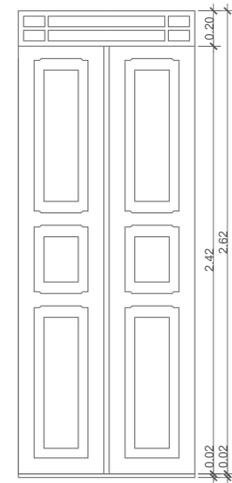
1- Entrada	9- Quarto 4
2- Sala de Estar 1	10- Quarto 5
3- Sala de Estar 2	11- Circulação 2
4- Circulação 1	12- Antiga Escola da Profa. Marocas
5- Sala de Jantar	13- Banheiro
6- Quarto 1	14- Cozinha
7- Quarto 2	15- Quintal
8 - Quarto 3	

OBSERVAÇÕES

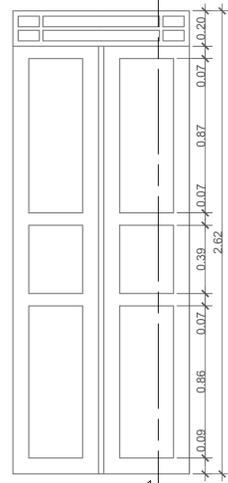
- TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS, SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
- CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL.



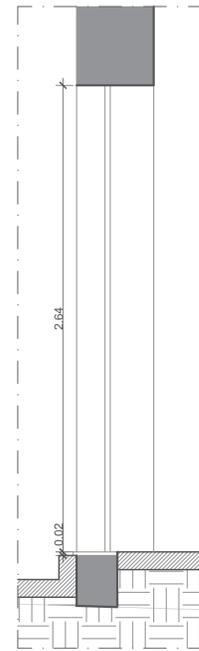
9 Planta de Piso  
Esc. 1/50



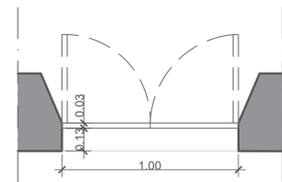
P2 Vista Externa  
Esc. 1/20



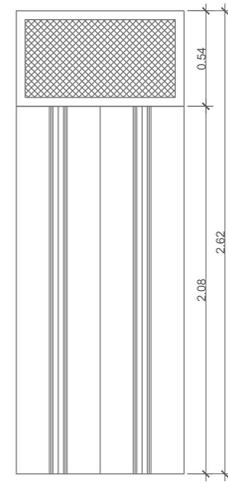
P2 Vista Interna  
Esc. 1/20



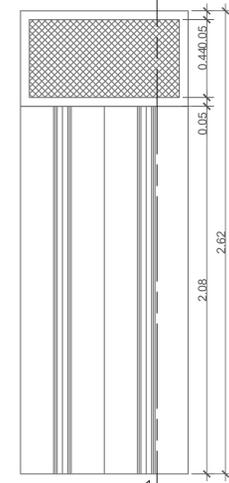
P2 Corte A  
Esc. 1/20



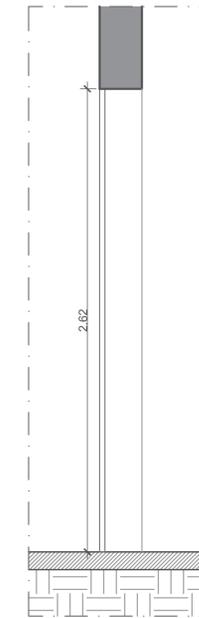
P2 Porta de giro em madeira - 2 folhas  
Esc. 1/20



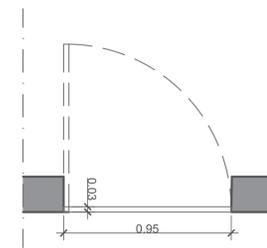
P6 Vista Externa  
Esc. 1/20



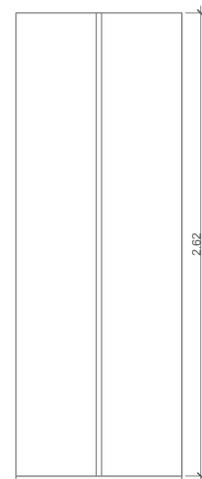
P6 Vista Interna  
Esc. 1/20



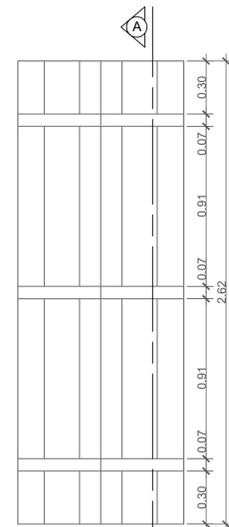
P6 Corte A  
Esc. 1/20



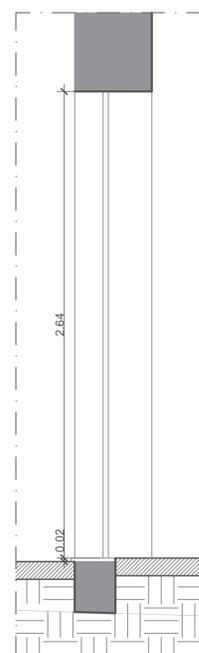
P6 Porta de giro em madeira - 1 folha  
Esc. 1/20



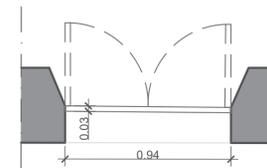
P3 Vista Externa  
Esc. 1/20



P3 Vista Interna  
Esc. 1/20



P3 Corte A  
Esc. 1/20



P3 Porta de giro em madeira - 2 folhas  
Esc. 1/20

OBSERVAÇÕES

1. TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS, SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
2. CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL.

QUADRO DE PORTAS

CÓDIGO	DEFINIÇÃO	DIMENSÕES	QUANTIDADE
P1	PORTÃO METÁLICO - GIRO 2 FOLHAS	1,26 m x 2,12 m	1
P2	PORTA AZUL DE MADEIRA COM BANDEIRA - GIRO 1 FOLHA	1,00 m x 2,62 m	1
P3	PORTA CINZA DE MADEIRA - GIRO 2 FOLHAS	0,94 m x 2,62 m	1
P4	PORTÃO METÁLICO - GIRO 1 FOLHA	0,60 m x 2,12 m	1
P5	PORTA CINZA DE MADEIRA COM BANDEIRA DE FERRO - GIRO 2 FOLHAS	0,97 m e 0,92 m x 2,62 m	3
P6	PORTA CINZA DE MADEIRA COM BANDEIRA DE FERRO - GIRO 1 FOLHA	0,95 m x 2,62 m	6
P7	PORTA DE MADEIRA COM RECORTE VAZADO E BANDEIRA DE FERRO - GIRO 1 FOLHA	0,94 m x 2,62 m	1
P8	PORTA DE MADEIRA - GIRO 1 FOLHA	0,89 m x 1,85 m	2
P9	PORTA DE MADEIRA ESTILO HOLANDESA - GIRO 1 FOLHA	1,04 m x 2,15 m	1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ENDEREÇO: PRAÇA EZEQUIEL CARDOSO DA COSTA, N° 36  
PROPRIETÁRIO: FAMÍLIA CARDOSO

ETAPA: LEVANTAMENTO  
PRANCHA:

DETALHAMENTO - PORTAS

DESENHO: ANA CLARA MATOS

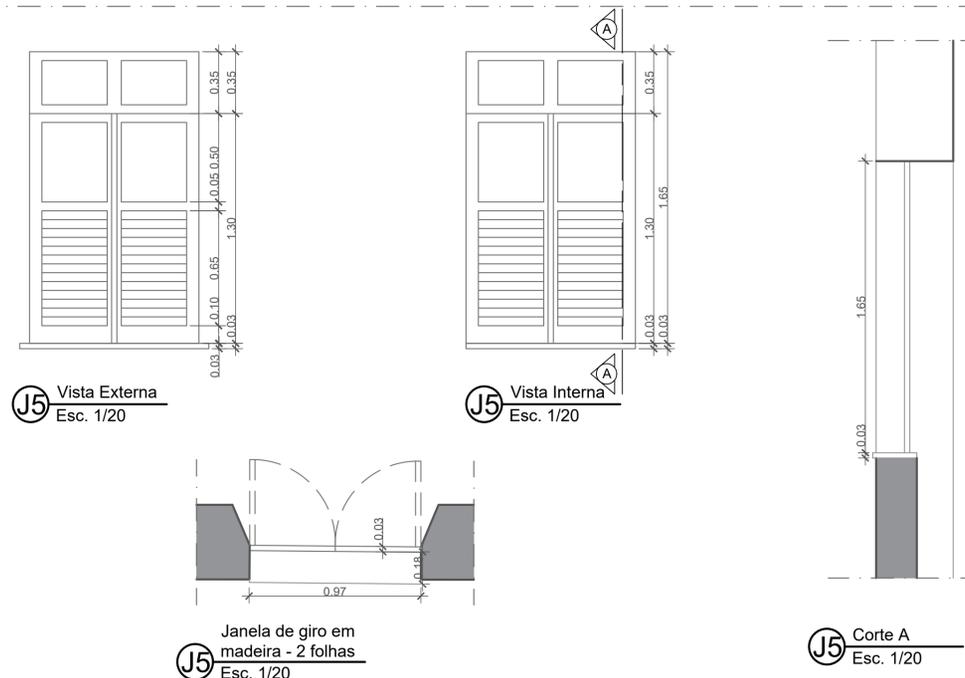
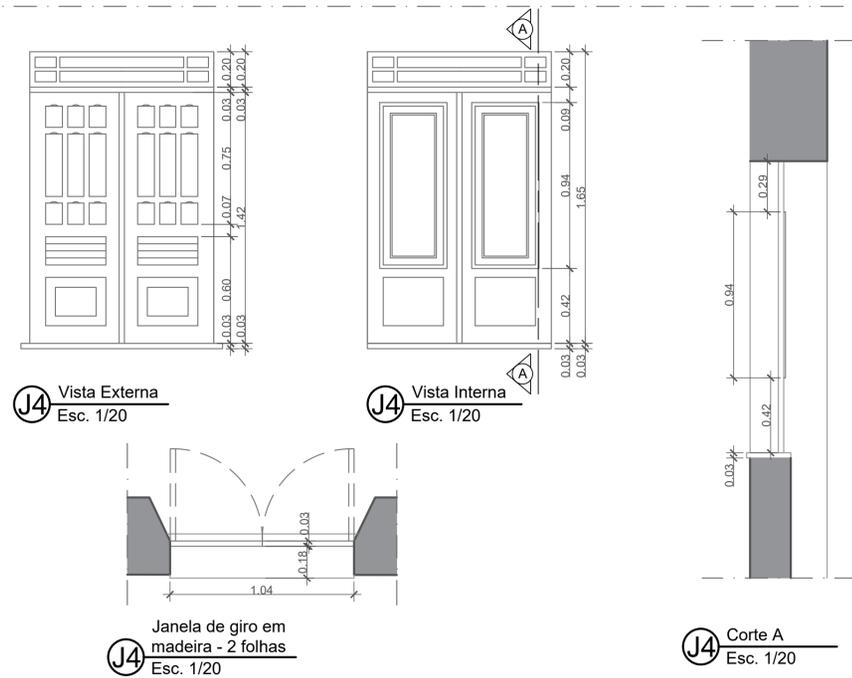
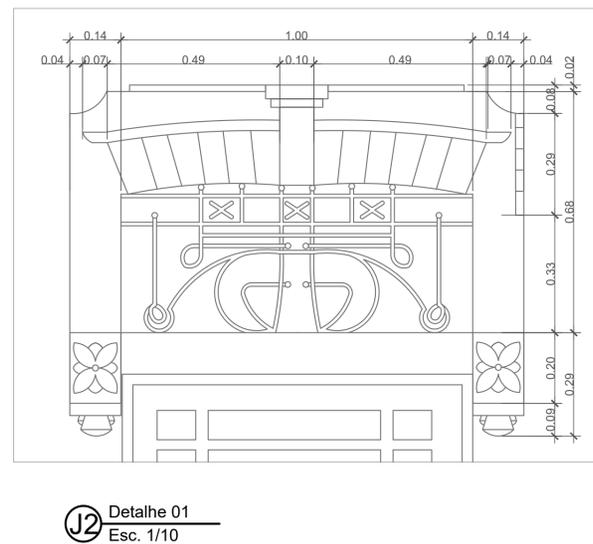
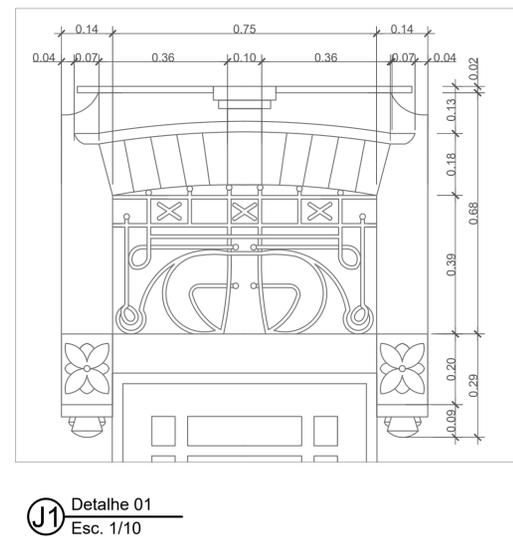
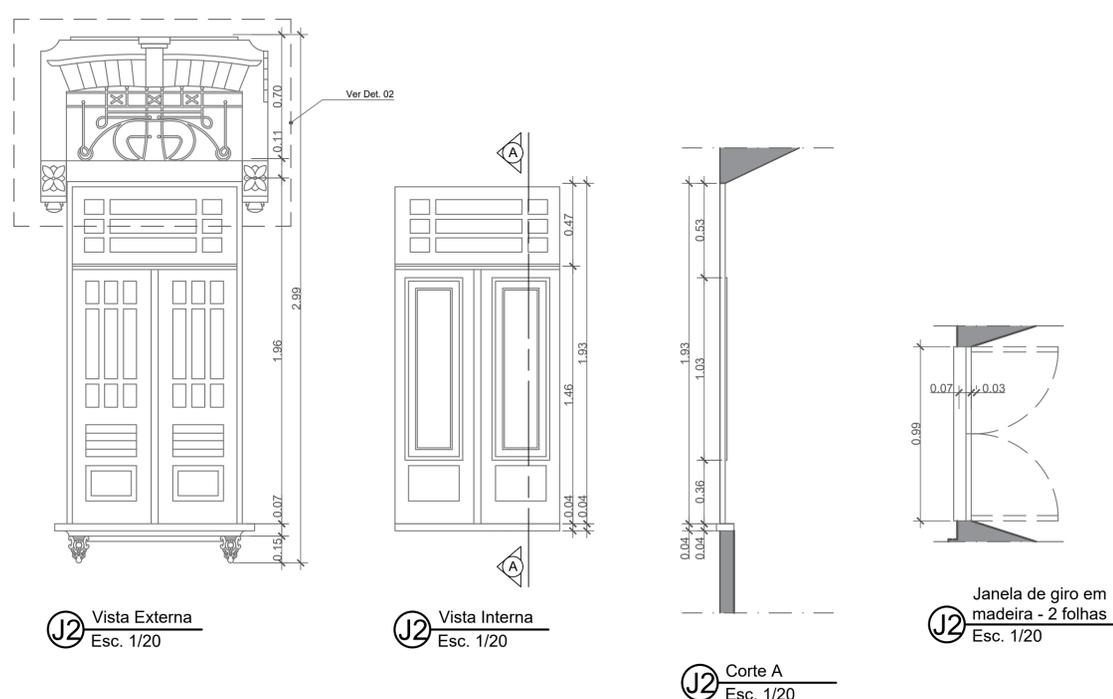
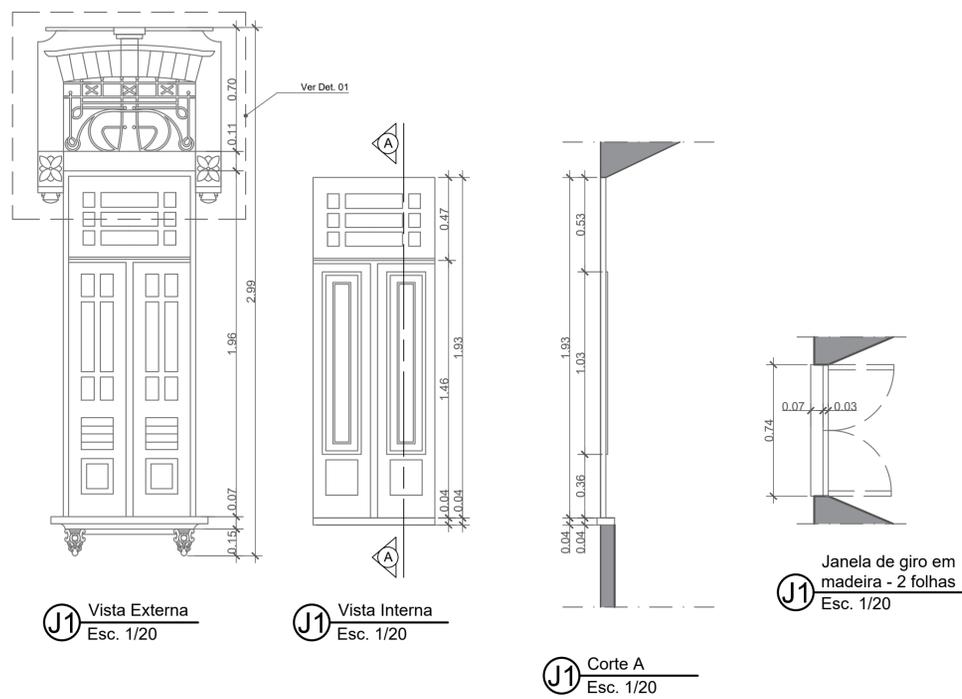
ORIENTADORA: SAMIRA FAGUNDES

ESCALA: 1/20

DATA: 02/09/2024

FORMATO: A1

FOLHA:  
08/12

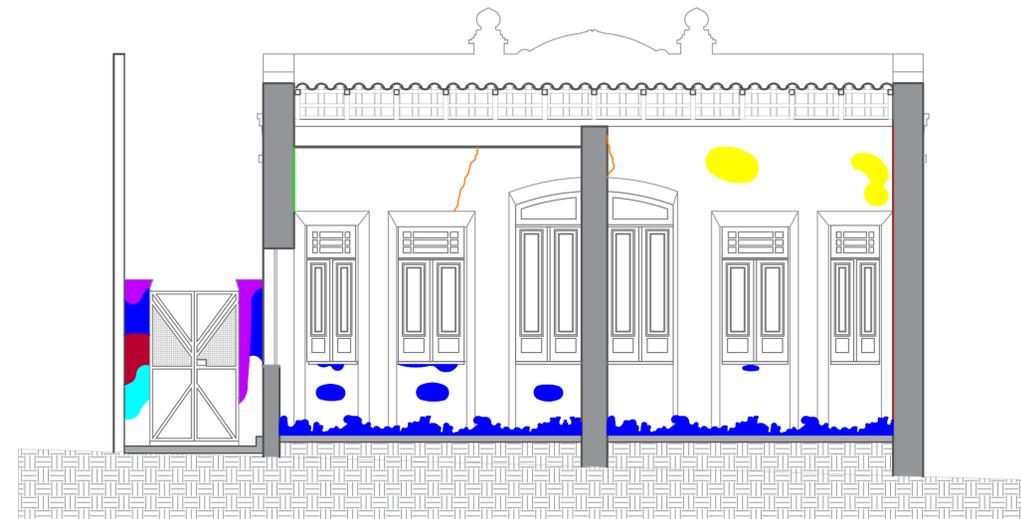


OBSERVAÇÕES

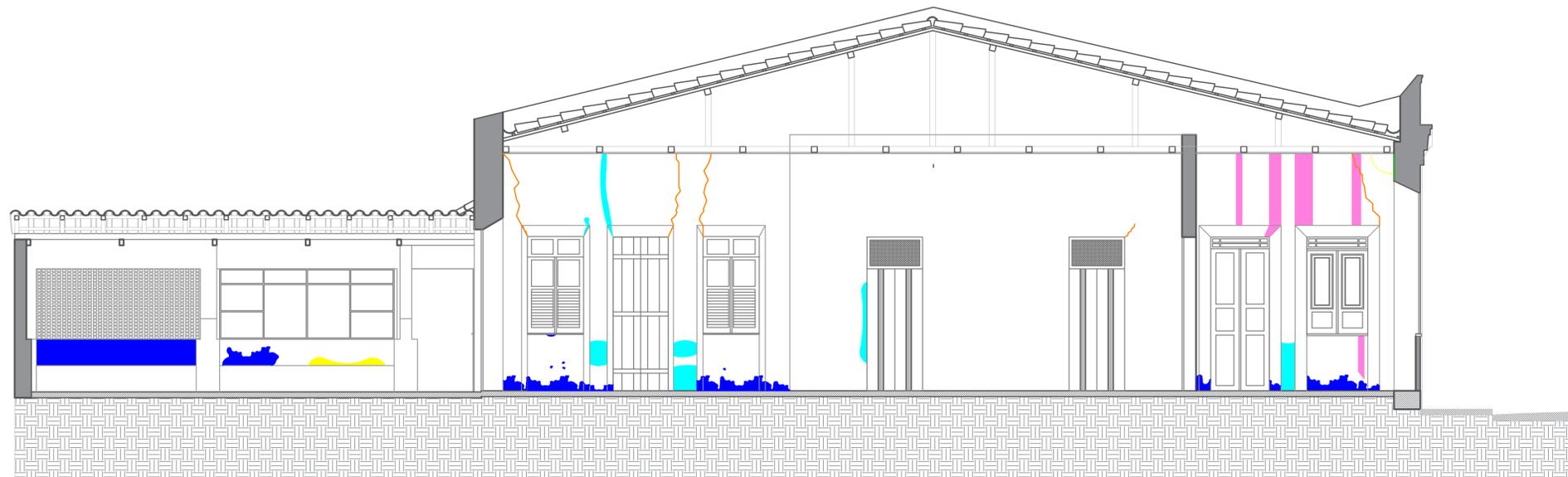
1. TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS, SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
2. CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL.

QUADRO DE JANELAS

CÓDIGO	DEFINIÇÃO	DIMENSÕES	QUANTIDADE
J1	JANELA DE MADEIRA COM BANDEIRA E VIDRO - GIRO 2 FOLHAS	0,75 m x 1,96 m/0,97 m	2
J2	JANELA DE MADEIRA COM BANDEIRA E VIDRO - GIRO 2 FOLHAS	0,99 m x 1,96 m/0,97 m	2
J3	JANELA DE MADEIRA COM BANDEIRA E VIDRO - GIRO 2 FOLHAS	1,00 m x 2,44 m/0,97 m	2
J4	JANELA DE MADEIRA COM BANDEIRA E VIDRO - GIRO 2 FOLHAS	1,04 m x 1,65 m/0,99 m	1
J5	JANELA DE MADEIRA COM BANDEIRA E VIDRO - GIRO 2 FOLHAS	0,96 m x 1,65 m/0,99 m	6
J6	JANELA DE VIDRO - CORRER 4 FOLHAS	2,30 m e 2,93 m x 1,20 m/0,90 m	2



10 Corte A  
Esc. 1/50



11 Corte B  
Esc. 1/50

PATOLOGIAS

- DESCASCAMENTO DA PINTURA
- ALTERAÇÃO CROMÁTICA
- MANCHA
- FISSURAÇÃO
- PERDA DE REBOCO
- CROSTA
- USO DE MATERIAL INAPROPRIADO
- TRINCA
- RACHADURA

OBSERVAÇÕES

1. TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS, SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
2. CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ENDEREÇO: PRAÇA EZEQUIEL CARDOSO DA COSTA, N° 36

PROPRIETÁRIO: FAMÍLIA CARDOSO

ETAPA: MAPEAMENTO DE DANOS

PRANCHA:

**CORTES**

DESENHO: ANA CLARA MATOS

ORIENTADORA: SAMIRA FAGUNDES

ESCALA: 1/50

DATA: 02/09/2024

FORMATO: A1

FOLHA:  
10/12

PATOLOGIAS

- DESCASCAMENTO DA PINTURA
- VIDROS E CERÂMICAS FALTANTES
- PERDA DE ELEMENTO
- FISSURAÇÃO
- TRINCA
- RACHADURA
- USO DE MATERIAL INAPROPRIADO
- CROSTA

OBSERVAÇÕES

1. TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS, SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
2. CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL.



**12** Fachada Principal (Sul)  
Esc. 1/50



**13** Fachada Lateral (Leste)  
Esc. 1/50

PAGINAÇÃO DE PISO

 LAJOTA QUADRADA 24x24 cm	 TACO DE MADEIRA
 LAJOTA QUADRADA 24x24 cm	 LAJOTA RETANGULAR
 LAJOTA QUADRADA 12x12 cm	 LAJOTA HEXAGONAL
 LAJOTA QUADRADA 12x12 cm	 REVESTIMENTO RETANGULAR
 LAJOTA QUADRADA 12x12 cm	 CIMENTO QUEIMADO
 LAJOTA QUADRADA 16x16 cm	 GRANITO

LISTA DE AMBIENTES

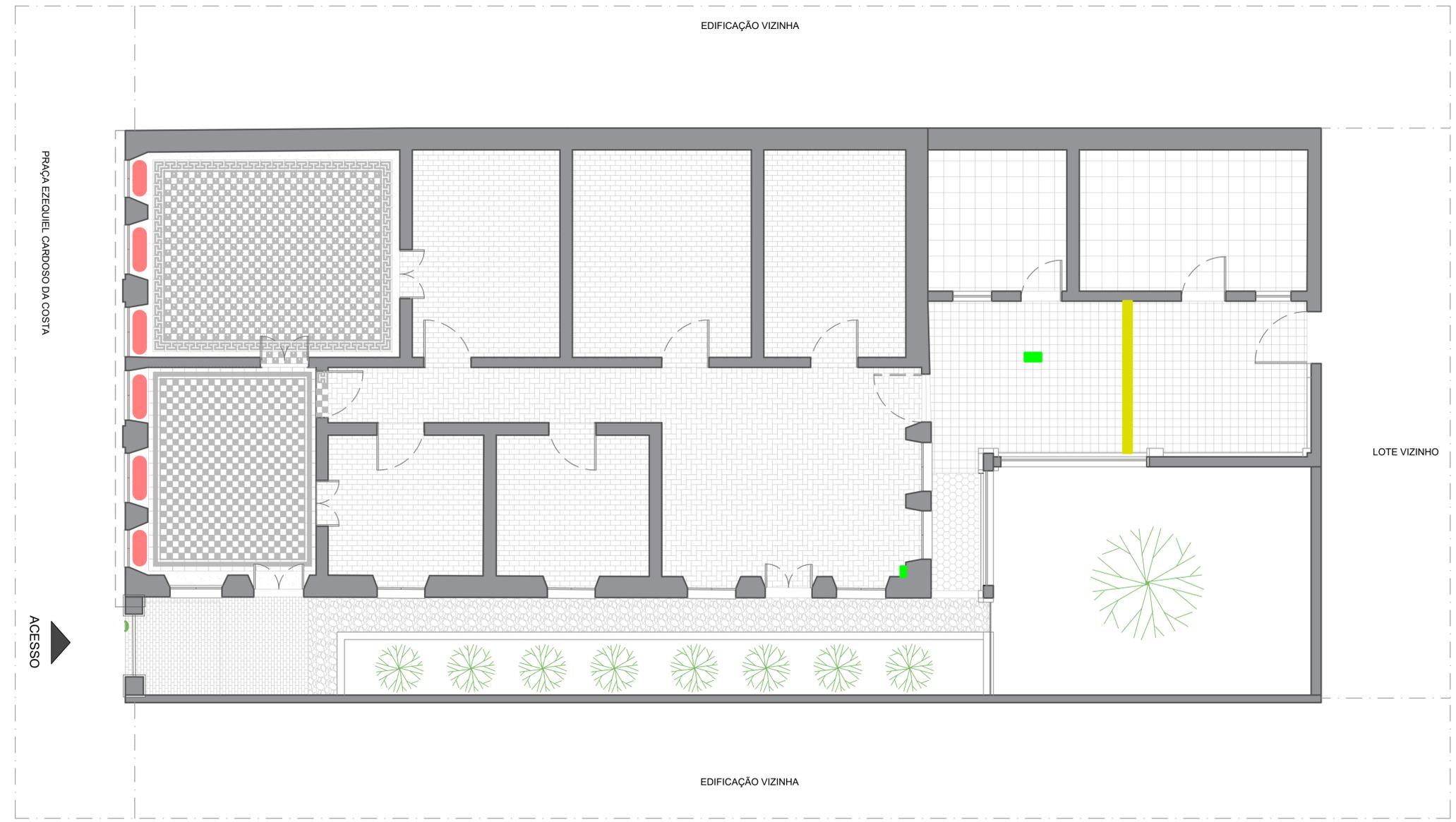
1- Entrada	9- Quarto 4
2- Sala de Estar 1	10- Quarto 5
3- Sala de Estar 2	11- Circulação 2
4- Circulação 1	12- Antiga Escola da Profa. Marocas
5- Sala de Jantar	13- Banheiro
6- Quarto 1	14- Cozinha
7- Quarto 2	15- Quintal
8 - Quarto 3	

PATOLOGIAS

 VIDROS E CERÂMICAS FALTANTES
 DESGASTE
 REVESTIMENTO QUEBRADO
 INTERVENÇÃO

OBSERVAÇÕES

- TODAS AS MEDIDAS ESTÃO EM METROS, SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA.
- CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL.



**14** Planta de Piso  
Esc. 1/50

## Capítulo 6



Recomendações conforme  
teóricos da Conservação e  
Restauro

## 6. RECOMENDAÇÕES CONFORME TEÓRICOS DA CONSERVAÇÃO E RESTAURO

As variadas etapas que compreendem a ação do restauro como é definido nos dias atuais vem de conceituações propostas na virada do século XIX para o século XX, com a difusão dos princípios do restauro científico e filológico, relacionados a Camilo Boito e Gustavo Giovannoni, além das formulações de John Ruskin e Alois Riegl, sem ignorar o restauro crítico e criativo baseado nas proposições de Cesare Brandi.

Ao observar as mudanças ocorridas nos processos de compreensão de um bem cultural ao longo do tempo aliadas ao fortalecimento do caráter autônomo atribuído ao restauro (que mesmo assim, não deixa de comunicar-se com as mais diversas áreas do saber), entende-se que apesar da variedade de ideias sobre a prática dentro desse campo, é possível identificar critérios e fundamentos convergentes. Ou seja, o restauro possui princípios teóricos e procedimentos técnicos significativos, no entanto quando é posto em prática, os mecanismos, em alguns casos, seguem lógicas incompatíveis (Kuhl, 2009). A particularidade que diferencia o restauro está no fato “das competências técnico-científicas não poderem ser encaradas como ‘variáveis independentes’” (Carbonara, 1997, p. 17 apud de Mendonça, 2019, p. 15).

Considerando as ideias levantadas e análises realizadas ao longo deste trabalho, as recomendações apontadas a seguir buscam aproximar a edificação de uma condição satisfatória, no que diz respeito ao seu estado de conservação e de ações restauradoras. Portanto, a fundamentação teórica para a proposição de recomendações sobre as degradações baseou-se em quatro das figuras mais relevantes na área de Conservação e Restauro: Viollet-le-Duc, Camilo Boito, Cesare Brandi e Gustavo Giovannoni.

Nesse sentido, as recomendações para a resolução das degradações encontradas na residência da família Cardoso tem como objetivo:

- Restaurar pinturas e revestimentos das paredes internas e externas;
- Restaurar os pisos internos e externos existentes;
- Restaurar as esquadrias;
- Intervir no sistema de drenagem para a resolução de questões relativas à infiltração de águas pluviais;
- A manutenção periódica da cobertura.

Portanto, todos os serviços executados na edificação precisam ser documentados através de fotos, mapas, gráficos, croquis ou textos. Todos os materiais temporariamente

retirados para a execução das obras devem ser identificados e documentados. Além disso, a empresa responsável por qualquer obra de restauro realizada tem a obrigação de contratar equipe de mão-de-obra especializada e providenciar ferramentas e maquinários adequados e em boas condições para a realização dos serviços contratados. Por fim, é importante destacar a importância da realização de testes químicos e físicos nos elementos e materiais que sofreram danos durante o processo de análise das causas e tratamentos.

### 6.1. VIOLLET-LE-DUC

Com o surgimento de transformações na Europa do século XVIII, como a Revolução Francesa, o Iluminismo e a Revolução Industrial, começou a surgir a manifestação de um sentimento de ruptura entre o presente e o passado. Segundo Kuhl (2006), esse período deu início ao desenvolvimento de uma necessidade de preservação de monumentos históricos e foi nesse contexto que a restauração começou a se firmar como ciência e que arquitetos como Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc emergiram com grande influência. Nesse sentido, este seria:

[...] um momento de “redescoberta” e de grande apreciação das qualidades da arquitetura medieval- e Viollet-le-Duc teve papel fundamental no estudo e difusão de conhecimentos- e um período em que se verificaram as primeiras tentativas metódicas de restauração de obras consideradas monumentos históricos, sistematização que não tinha precedentes e que estava se formando na época (Kuhl, 2006, p. 22).

A partir da publicação do “Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XIe au XVIe Siècle”, em 1868, Le-Duc passou a exercer uma influência significativa na França e no exterior. Kuhl (2006) afirma que por meio da apresentação de saberes no que concerne a arquitetura medieval, o autor desenvolve um sistema teórico capaz de relacionar a forma, a estrutura e a função. Baseando-se nas suas próprias experiências, ele constrói uma metodologia para projetos de intervenção, cujo objetivo seria alcançar a “pureza” do estilo das obras a serem restauradas. As suas formulações mais influentes para a Teoria da Conservação e Restauro estão contidas no verbete “Restauração”.

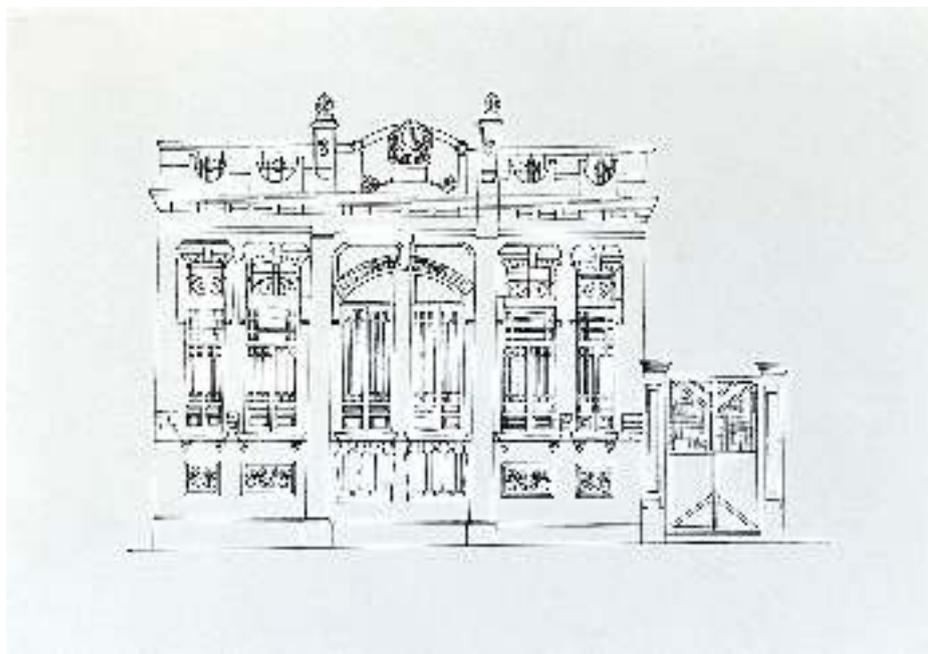
Entre as ideias concebidas por Le-Duc (2006), destaca-se a conduta de restaurar não apenas os aspectos estéticos de uma edificação, mas também a sua função e estrutura, reforçando a ideia de que o próprio uso de uma edificação antiga por indivíduos também é uma medida de conservação. No entanto, a falta de prudência com relação aos elementos

preexistentes dos monumentos fez com que a sua teoria se enfraquecesse por um grande período de tempo. Sendo assim:

Viollet-le-Duc concebeu uma teoria racional, coesa, cabal, dogmática, e pela antipatia que se foi desenvolvendo posteriormente pela sua postura de pouco considerar os materiais, a concepção original e as mudanças por que passou a construção, pelo aspecto por vezes abusivo de suas restaurações e de seus seguidores (dada a nossa atual concepção sobre o tema), seus princípios teóricos foram relegados ao ostracismo durante um longo período (Kuhl, 2006, p. 21).

As experiências práticas vividas por Le-Duc caracterizam-se pela compreensão de um estilo sobre o qual a obra foi concebida, verificando a idade de cada detalhe, o que resulta na elaboração de um relatório contendo tanto informações escritas, quanto levantamentos gráficos. A partir disso, seria feita a formulação, sem precedentes, de um modelo ideal a ser imposto na restauração da obra. Algumas das características desse modelo foram utilizadas no desenvolvimento do presente trabalho, principalmente as informações contidas nos capítulos 3 e 4. Ademais, o levantamento gráfico e a elaboração de croquis (Figura 44) são dois dos produtos mais significativos, uma vez que tratam-se da documentação e registro do estado atual da edificação no presente momento, destacando características capazes de revelar o estilo e a função do imóvel.

Figura 44 — Croqui da Fachada Sul



Fonte: Autora, 2024.

Para o arquiteto, a restauração seria a instituição de um “estado completo” (Le-Duc, 2006, p. 29) de uma obra, mesmo que ela nunca o tenha atingido antes. Apesar de considerar o termo e o tema modernos, Le-Duc reconhece as tentativas de renovação que aconteceram nas civilizações antigas toda vez que um período chegava ao fim. Nesse contexto, transparecem os resultados das tentativas de restauração que pautavam a imitação de todos os detalhes de uma obra, assim como os perigos de incompatibilidade ao substituir elementos originais por outros de períodos posteriores. Portanto, o autor recomenda a introdução da crítica na conservação dos monumentos e da percepção dos estilos nos quais estão inseridas as edificações, tanto em relação à aparência, quanto à sua estrutura. Segundo Viollet-le-Duc:

São poucos os edifícios que, durante a Idade Média sobretudo, foram construídos de uma só vez, ou, se assim o foram, que não tenham sofrido modificações notáveis, seja através de acréscimos, transformações ou mudanças espaciais. É, portanto, essencial antes de qualquer trabalho de reparação constatar exatamente a idade e o caráter de cada parte [...] (Viollet-le-Duc, 2006, p. 47).

Nesse contexto, durante a restauração de uma obra, é essencial que ela seja feita sem que haja nenhuma discordância com as características do estilo que pertence. Portanto, com o objetivo de manter a transparência da história de uma obra degradada, Le-Duc (2006) defende a reprodução, porém com modificações, de um elemento que seja característico da escola artística a qual ele pertence. O arquiteto também escreve que em situações nas quais em uma mesma edificação estão presentes duas construções que foram erguidas em períodos diferentes e com estilos diferentes, a prioridade seria a conservação de ambas as partes, mantendo a descontinuidade sem adequá-la somente ao estilo predominante.

Essa situação pode ser observada no objeto de estudo deste trabalho, no que se refere à edificação principal e a transformação de um ambiente presente no anexo na Escola da Professora Marocas. As modificações na edificação são notadas, principalmente, pela diferença de espessura das paredes, pela mudança no padrão das esquadrias e pelos diferentes estados de conservação observados na cobertura da edificação principal e na do anexo. Nesse sentido, de acordo com Le-Duc, é prioridade que a presença de ambas as estruturas seja mantida, mesmo que tenham sido erguidas em décadas diferentes.

Em sua obra, Viollet-le-Duc (2006) delimita uma condição preponderante na restauração: a substituição das partes danificadas por outras que pertençam ao mesmo estilo, que sejam compostas por materiais mais duradouros e que sejam executadas de maneira completa e eficiente, fazendo com que seja garantida a “pureza” do estilo e o aperfeiçoamento do sistema estrutural. Nesse contexto, o profissional restaurador precisa se colocar no lugar

dos autores da obra a ser restaurada e fazer suposições sobre que eles fariam se tivessem o poder de mesclar os recursos e os métodos antigos com as descobertas modernas. Vale ressaltar que essa condição não se encaixa dentro das recomendações para as degradações do presente objeto de estudo.

## 6.2. CAMILLO BOITO E CESARE BRANDI

A partir da fundação do Instituto Central de Restauração (ICR), Cesare Brandi passa a introduzir estudos referentes ao campo crítico e estético com a adoção de experimentos que levaram à sistematização de uma teoria que aborda o principal problema presente na área do Restauro, sendo caracterizada como “uma concreta metodologia e [...] válidos estudos operacionais” (Carbonara, 2006, p. 35).

Nesse sentido, Brandi tem como princípio fundamental a ideia de que a obra de arte configura-se como um resultado de ações dos indivíduos e que o restauro, portanto, seria o “ato diverso de ‘qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana’ com o objetivo de restabelecer sua funcionalidade” (Carbonara, 2006, p. 35). Portanto, o restauro fundamenta-se, primeiramente, no reconhecimento de um bem como obra de arte e testemunha histórica, sendo assim culturalmente relevante e sujeito às transformações impostas pelo tempo e espaço. De acordo com Kuhl:

Através do "reconhecimento" brandiano, como exposto em Celso o della Poesia, e analisado por Paolo Antinucci, o artista trabalha com a formulação do objeto através do seguinte processo: após neutralização existencial do objeto real, este último torna-se fenômeno, imagem funcionalizada na consciência, como parte do processo cognitivo do artista, que seleciona nesse fenômeno os aspectos ópticos que fornecem a possibilidade para que se forme na consciência do artista; nesse ponto, aninha-se o processo de constituição do objeto para o qual se busca uma forma adequada, para torná-lo palpável e transmitir uma dada imagem (Kuhl, 2006, p. 23).

A partir disso, surge a ideia de que “qualquer comportamento em relação a obra de arte, nisso compreendendo a intervenção do restauro, depende de que ocorra o reconhecimento ou não da obra de arte” (Brandi, 2003, p. 27). Afirma-se, portanto, que tal reconhecimento é “duplamente singular” (Brandi, 2003, p. 27), visto que ele realiza-se a cada vez por um ser humano e que a ação é feita por um indivíduo único. No entanto, o ato de restaurar não pode ser considerado individual, uma vez que desencadearia uma lista de atos arbitrários e sem fundamentos. A teoria brandiana postula que a restauração vai além do

reconhecimento e é o resultado de trabalhos multidisciplinares que levam em conta a estética e a história, visando a sua propagação para as gerações futuras.

Brandi defende que é essencial “atribuir o caráter de unidade à obra de arte e, precisamente, a unidade que concerne ao inteiro” (Brandi, 2003, p. 42). Portanto, no que se refere à residência da família Cardoso, faz-se necessário reconhecer os valores estéticos e históricos da edificação para que seja possível alcançar sua unidade potencial. Apesar de configurar-se como testemunha do desenvolvimento de Santaluz, o que torna possível o resgate das qualidades estéticas e históricas, a edificação não encontra-se em um bom estado de conservação, devido às degradações que comprometem, principalmente as paredes, esquadrias e o piso.

Nas suas proposições, é possível perceber a influência de ideias populares no início do século XX, como por exemplo a aproximação da ideia de Camillo Boito no que se refere à preservação da autenticidade do monumento, ou seja, o “aspecto aspecto material antigo do bem cultural, enquanto a integridade diz respeito à sensação de completude do conjunto” (Almeida; Goes; Queiroz, 2018, p. 54). Esses conceitos têm como base o restauro crítico, que salienta a relevância da distinguibilidade e da mínima intervenção, prevenindo a presença do falso histórico e permitindo que qualquer ação possa ser revertida, além de possibilitar novas intervenções (Almeida; Goes; Queiroz, 2018). Nesse sentido:

Caso seja necessário adicionar algum elemento, o acréscimo deverá ser feito com linguagem contemporânea. Aqui está enunciado o princípio da distinguibilidade da ação contemporânea: ou seja, qualquer nova inserção deverá colocar-se como novo estrato, que não induza o observador ao engano de confundi-la com a obra como estratificada antes da intervenção, não propondo o tempo como reversível e devendo documentar a si mesma (Kuhl, 2010, p. 312).

Camillo Boito foi um arquiteto e historiador italiano cujas ideias seguiam um caráter mais moderado tanto em relação à Viollet-le-Duc quanto à John Ruskin. “Os Restauradores” é a sintetização de uma conferência realizada por Boito em Turim, no ano de 1884, traduzida por Beatriz Mugayar Kuhl. A obra sintetiza a sua teoria, além de configurar-se como base essencial para a construção da teoria contemporânea da conservação e restauro (KUHLL, 2008).

Dentro da sua obra, estão presentes análises críticas a respeito das ideias dos dois teóricos supracitados. Nesse sentido, Boito destaca o extremismo presente na obra de Ruskin, que defende a necessidade de uma edificação histórica se manter à mercê do tempo e, conseqüentemente, da degradação. Por outro lado, ele também chama a atenção e recomenda

cautela sobre as ideias de Le Duc que dizem respeito ao estado pleno para edificação histórica e dos riscos de produzir imitações e de fundir a figura do arquiteto restaurador com o autor da obra.

Nas formulações de Boito, já estava descrito que qualquer renovação ou acréscimo necessário deveria ter aparência distinta das partes originais, mas sem destoar de todo o conjunto. Além disso, partes complementares de peças deterioradas ou faltantes deveriam ser de material diverso, conter a data de sua restauração ou seguir uma forma simplificada. Nesse contexto:

Essas propostas derivam de experiências já realizadas no campo da arqueologia, desde o início do século XIX, e que provêm de formulações feitas ainda no século XVIII, como as de Johann Joachim Winckelmann. Esses temas foram retomados por Giovannoni, que teve papel relevante na redação da Carta de Atenas de 1931 e da Carta Italiana de restauro de 1931-1932. Mas a discussão daquele período pautava-se numa visão da integração através de “neutros” – em estilo similar ao original, mas usando formas simplificadas –, expressões formais sem “personalidade decorativa” (Kuhl, 2010, p. 312).

Em uma abordagem prática, essas recomendações podem ser aplicadas na resolução das questões que envolvem partes deterioradas de ornamentos na fachada, vidros faltantes nas esquadrias da fachada principal, substituição de peças estruturais de madeira e demais partes do madeiramento presentes na cobertura e de peças faltantes no piso da sala de jantar e antiga Escola da Professora Marocas dentro da residência da família Cardoso.

No caso da cobertura, toda a parte estrutural do telhado é composta de peças de madeira falquejada (obtidas através de cortes com machado, nos quais as laterais são removidas atribuindo formato retangular ao objeto), enquanto os caibros e ripas são de madeira serrada. Em um primeiro instante, todo o madeiramento precisa ser imunizado contra cupins e caso haja necessidade de substituição de alguma peça, é necessário que a nova contenha identificação que a diferencie e siga o mesmo padrão de tamanho, bitolas e características das existentes, além de que é preciso que esteja sem nós, rachões, brocas, brancos ou ardidões. Ademais, é necessária a instalação de novas calhas que atendam à vazão proveniente da cobertura sem que transborde. No que diz respeito aos forros, há a opção de manter apenas o que existe e realizar a higienização mecânica ou forrar todos os outros ambientes (Machado; Silva, 2009).

No que diz respeito ao piso de madeira, deve ser realizado o tratamento de descupinização de todas as peças que o compõem, existentes e novas. A limpeza deve ser realizada através de processo mecânico, com lixamento e raspagem com o objetivo de

remover todas as impurezas e elementos agregados na superfície (Machado; Silva, 2009). Além disso, é necessário que as novas peças contenham identificação que as diferencie e sigam o mesmo padrão de tamanho e material. Para os demais pisos, recomenda-se a limpeza com substituição das partes faltantes no mesmo padrão de material e tamanho (além da identificação para diferenciação das existentes) e aplicação de rejunte.

Na linha de pensamento defendida por Boito, ele afirma que para a realização de uma restauração adequada é necessário, sobretudo, compreender profundamente e ter afeição pelo monumento (Boito, 2002). A preservação, portanto, precisa ser o produto de ações de cunho multidisciplinar que abrange investigações históricas, documentais, iconográficas, bibliográficas, sociológicas e antropológicas. Além disso, destaca-se o levantamento métrico-arquitetônico e fotográfico, seguido da análise tipológica e formal e da documentação das técnicas construtivas, materiais empregados e patologias encontradas. As observações e levantamentos sobre a residência da família Cardoso realizados ao longo deste trabalho são essenciais para a percepção das diversas fases pelas quais o edifício foi submetido ao longo dos anos (Kuhl, 2006).

### 6.3. GUSTAVO GIOVANNONI

Gustavo Giovannoni foi um engenheiro civil que destacou-se pela sua atuação como assistente de arquitetura técnica e na produção de edifícios. Em 1903, ele iniciou seus trabalhos na área da Restauração, sendo prestigiado em um artigo sobre o Congresso Internacional de Ciências Históricas. Daí em diante, baseando-se nas ideologias de Boito, Giovannoni priorizava a preparação teórica, humanística e artística, além do domínio das questões técnicas (KUHLE, 2013).

Além disso, dentro das suas formulações, estava a noção de que a cidade comportava-se com um organismo completo, composto pela cidade existente, novas áreas de expansão e zonas de interesse para a preservação. Dentro da noção de restauro urbano, a sua obra recomenda o estabelecimento de um vínculo com o objetivo de fazer com que as áreas de interesse de preservação sobrevivam, exigindo, assim, um estudo minucioso de cada rua, cada edifício, além de toda a história do local. Após isso, está estruturado o material necessário para a proposição de possíveis recomendações voltadas para o aprimoramento da habitabilidade, salubridade e circulação dessas zonas de preservação (KUHLE, 2013).

Em 1931 o Congresso de Atenas apresentou a Carta de Atenas de Restauração e a presença de Giovannoni foi de extrema importância para a conclusão da Carta, uma vez que as suas propostas reafirmaram as proposições de Camillo Boito. No documento, estavam

contidas informações a respeito da importância da manutenção visando a conservação, além da consolidação estrutural a partir de técnicas e materiais modernos sempre visando a mínima intervenção. Em suma, o autor associa-se ao “restauro científico” ou “restauro filológico”, que evidencia a relevância da documentação de edificações e das suas modificações que sinalizam as suas fases ao longo do tempo. Nesse sentido, as ideias do teórico são favoráveis à manutenção constante para a conservação dos bens e da consolidação estrutural a partir da mínima intervenção.

A proposição de uma manutenção constante com mínima intervenção e distinguibilidade, ao ser trazida para o contexto da residência da família Cardoso, relaciona-se com a recomendação de tratamento das paredes internas e externas, além do piso e esquadrias. Essa ação visa o restabelecimento das pinturas e revestimentos, a regeneração de partes de reboco danificadas e a remoção dos demais danos identificados.

Para o tratamento das paredes, antes de qualquer ação, é prevista a proteção dos demais elementos presentes no ambiente, como piso, forro, esquadrias, tomadas e interruptores, além da remoção temporária de qualquer objeto que possa prejudicar o livre acesso ou impedir, de alguma forma, a realização dos serviços (Machado; Silva, 2009).

Posteriormente, realiza-se a limpeza, ou seja, a remoção de qualquer indício de sujeira existente nas superfícies, principalmente nas que foram registradas no mapeamento de danos. É indicado que as paredes externas devem ser hidrojateadas com água limpa a baixa pressão, porém não é recomendado o hidrojateamento nas paredes internas, nas quais será preciso limpar com borrifadores contendo solução a base de detergente neutro e água e realizar escovação com escova de náilon, se necessário. Para a retirada do produto, é realizado o enxágue abundante das paredes apenas com água limpa (Machado; Silva, 2009).

Para as superfícies nas quais há indicação de crosta no mapeamento de danos, recomenda-se a adoção de procedimentos não abrasivos como a vaporização de água ou o microjateamento. Caso o primeiro procedimento seja adotado, a limpeza deve ser feita de cima para baixo, para que a água, ao descer, ajude a dissolver a crosta presente nas partes inferiores. Para a retirada da sujeira que amoleceu, sugere-se o uso de escovas ou brochas macias de modo que não danifique a superfície. Caso o microjateamento seja realizado, é preciso atentar-se para que seja realizado por um especialista habilitado para fazer testes necessários que preveem o tempo de jateamento, a pressão, além da dimensão das partículas. Esse método é o mais adequado para a limpeza de crosta presente em ornamentos (Machado; Silva, 2009).

Em relação aos revestimentos internos e externos das paredes, os materiais constituintes devem ser examinados em laboratório para que seja possível reproduzir os traços originais, permitindo assim a homogeneização onde for necessário. As partes soltas e degradadas serão retiradas e as fissuras ou trincas podem ser tratadas com a inserção de argamassa de regularização ou aplicação de um impermeabilizante acrílico flexível. Os rebocos e emboços que foram desagregados devem ser removidos e escarificados para que a alvenaria seja exposta. Nas superfícies, é preciso que esteja presente somente a argamassa em bom estado. A parte removida deve ser delimitada com um recorte em formato quadrado ou retangular a partir de um equipamento elétrico com disco de corte (Machado; Silva, 2009).

Nesse contexto, também é possível citar a necessidade da preservação e restauração dos pisos presentes, principalmente, no interior na edificação, com substituição de peças quebradas ou faltantes (as peças adicionadas precisam ser identificadas como novas por meio de alguma inscrição na superfície ou através da aparência diferenciada das originais). Além disso, no que diz respeito às esquadrias, há apenas a necessidade de restauração, já que nenhum dano compromete a existência e funcionalidade desses elementos a ponto de precisarem de substituição (Machado; Silva, 2009).

Nas esquadrias, as peças de madeira devem receber tratamento de descupinização. Em seguida, realiza-se a limpeza inicial, prospecção estratigráfica e exploratória das folhas e dos portais antigos. As partes danificadas devem ser retiradas cuidadosamente. Depois, deve ser feita a limpeza mecânica com utilização de escovas macias e pincéis, seguida pela limpeza mecânica com objetos metálicos delicados, como estiletes, lâminas cirúrgicas ou escavadores odontológicos. É necessário também o uso de lixa fina (numeração entre 60 e 120) para a remoção das partes degeneradas com o objetivo de promover homogeneidade de textura e coloração. Além disso, é importante destacar a limpeza química com solventes para a remoção dos remanescentes da limpeza mecânica a partir do amolecimento e remoção. É importante ter cuidado para que os solventes sejam utilizados em quantidade e tempo mínimos de modo a evitar a impregnação excedente (Machado; Silva, 2009).

O próximo passo seria o preenchimento de lacunas e imperfeições da madeira com massas preparadas de forma química por meio de testes definidos no próprio local. Depois, aplica-se selador nas superfícies das madeiras com pincel para evitar que a tinta seja absorvida em excesso. Por fim, sugere-se a aplicação da tinta tipo esmalte sintético na cor definida pela prospecção em quantas demãos forem necessárias com intervalos de 16 a 48 horas. Em relação às ferragens, deve ser realizada a limpeza, recuperação e reutilização (Machado; Silva, 2009).

Durante o processo de restauração, é preciso que haja atenção especial à proteção dos bens móveis presentes, como a máquina de costura, a cristaleira, a mesa de jantar e os lustres a fim de garantir a integridade desses objetos que também fazem parte da edificação. Caso haja impossibilidade de algum bem ser retirado e preservado temporariamente em outro local limpo e seguro, é preciso que seja revestido com madeirite ou qualquer material similar que apresente a mesma propriedade de proteção aos impactos ou envolvê-lo com espuma em metro (densidade mínima 16) ou cobri-lo de lona plástica (Machado; Silva, 2009).

## Capítulo 7



Considerações Finais

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente trabalho, foi possível realizar uma análise arquitetônica e um diagnóstico de degradações na residência da família Cardoso a partir dos princípios reconhecidos por quatro dos principais teóricos da Conservação e Restauro: Viollet-le-Duc, Camilo Boito, Cesare Brandi e Gustavo Giovannoni. Para isso, foi preciso correlacionar a construção da edificação com a formação do município de Santaluz, investigar as técnicas construtivas empregadas, identificar e mapear as degradações e por fim, propor recomendações de condutas sobre as degradações encontradas com base nos principais teóricos da Conservação e Restauro.

A importância de realizar este trabalho reside no fato do objeto de estudo configurar-se como um objeto importante para a história e memória da cidade. Apesar dos visitantes e moradores locais reconhecerem os valores históricos e estéticos da construção, o imóvel, assim como as demais edificações antigas da cidade, encontra-se em condições vulneráveis devido, principalmente, à falta de manutenção e à ação de intempéries. Nesse contexto, embora parte da sociedade luzense compreenda a importância da preservação de vestígios que fornecem informações e evocam lembranças sobre o passado da cidade, nenhum imóvel antigo da cidade está resguardado pela esfera municipal, estadual ou federal.

Neste sentido, uma das maiores dificuldades encontradas durante a etapa de pesquisa bibliográfica e documental foi a escassez de materiais relacionados ao desenvolvimento da cidade de Santaluz, à influência da família Cardoso e às técnicas e materiais empregados na construção da sua residência. Por este motivo, as principais referências bibliográficas utilizadas foram o livro “Santa Luz Sua Gente Sua História Suas Curiosidades” de Nelci Lima da Cruz (2020), influente memorialista da cidade e o Trabalho de Conclusão de Curso “A atuação política da Família Leitão em Santa Luz- (1896-1962)” de Cristina da Costa Santos Reis (2015). Apesar do número limitado de fontes, foi possível realizar a caracterização da edificação no que se refere à sua relevância histórica, social e cultural no município.

Durante a realização da pesquisa de campo, foi possível executar o levantamento fotográfico e arquitetônico, além das fichas de identificação de danos. A partir desses materiais, obteve-se análise tipológica da edificação, o diagnóstico das degradações que afetam a integridade da residência, além da análise das técnicas construtivas e dos materiais empregados. A partir disso, foi possível traçar recomendações que objetivam a contenção dos danos identificados com base nas ideias defendidas por Viollet-le-Duc, Camilo Boito, Cesare Brandi e Gustavo Giovannoni.

Além disso, seria de grande importância a realização de trabalhos posteriores visando a análise arquitetônica e diagnóstico de degradação das demais edificações antigas que permanecem no município, com o propósito de preservar a memória, identidade, arte e cultura da região sisaleira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Isabelle; QUEIROZ, Karina; GOES, Gércica Vasconcelos. Uma análise do restauro à luz das teorias contemporâneas: a conversão do edifício da Antiga Alfândega em Caixa Cultural Fortaleza. **Revista Projetar-Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 3, n. 2, p. 51-65, 2018.

BAHIA. Secretária da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. O sisal na Bahia. Salvador: CER, 1991.

BARRIENTOS, Maria Izabel Garrido Garcia. **Retrofit de Edificações: Estudo de Reabilitação e Adaptação das Edificações Antigas as Necessidades Atuais**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004 (Orientador: Eduardo Linhares Qualharini).

BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. Cotia: Ateliê, 2002. [Texto publicado originalmente em 1884].

BRAGA, Márcia et al. **Conservação e restauro: arquitetura**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kuhl, apresentação Giovanni Carbonara, revisão Renata Maria Parreira Cordeiro – Cotia/SP: Atelier Editorial, 2004.

BRENDLE, Betânia. Uma teoria, alguns princípios e muita arquitetura: a atualidade do pensamento brandiano no em intervenções arquitetônicas na Alemanha, Dinamarca e Itália. **Revista Thésis**, v. 2, n. 4, 2017.

BORGES, CAROLINA. NIEMEYER X ALBERTI. **Revista Estética e Semiótica**, v. 12, n. 1, 2022.

CARBONARA, Giovanni. Brandi e a restauração arquitetônica hoje. **Desígnio–Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo**, n. 6, p. 35-48, 2006.

Carta de Veneza II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Escritórios. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2024.

CRUZ, Nelci Lima da. **Santa Luz Sua Gente Sua História Suas Curiosidades**. 4. ed. Santaluz: Editora Mandacaru Net Service, 2020.

CRUZ, Nelci Lima da. Morro dos Lopes [Folheto de cordel] / Nelci Lima da Cruz. 2. ed. Santaluz: Editor RiiLzO P., 2010. 08 p.,

COELHO, Cristina. **Capela de São João Batista de Carapina**. Trabalho desenvolvido para aquisição de título de Especialista em Conservação e Restauração de Edifícios Históricos pelo CECRE/UFBA em 1993.

CUNHA, Gabriel Carneiro Silva; SOUZA, Sirius Oliveira. EVOLUÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DO USO E OCUPAÇÃO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE SANTALUZ-BA, BRASIL (2001-2021). **Revista Geotemas**, v. 14, p. e02402-e02402, 2024. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/4232/4118>. Acesso em: 27 dez. 2023.

DEMOLIÇÃO de prédio público divide opiniões em Santaluz. **Vem Ver Cidade**, 16 fev. 2018. Disponível em: <https://vemvercidade.com.br/demolicao-de-predio-publico-divide-opinioes-em-santaluz-5476>. Acesso em: 12 dez. 2023

DUQUE SOBRAL FILHA, Doralice. A análise gráfica da arquitetura e a documentação histórica. In: **VII Congresso Internacional y XV Congreso Nacional de Profesores de Expresión Gráfica en Ingeniería, Arquitectura y Carreras Afines (Facultad de Arquitectura y Urbanismo UNLP, 4 y 5 de octubre de 2018)**. 2018.

FONTES, Oleone Coelho. **O treme-terra: Moreira César, a República e Canudos**. Vozes, 1996.

FREITAS, Pedro Murilo Gonçalves de. **O desenho e o reconhecimento do objeto histórico: os princípios metodológicos do projeto de restauro arquitetônico**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. (Orientadora: Profa. Dra. Regina Andrade Tirello).

FREITAS, Pedro Murilo Gonçalves de; TIRELLO, Regina Andrade. A síntese gráfica no processo de projeto de restauração arquitetônica. **Textos para Discussão (CECI)**, v. 60, p. 2-11, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História e Fotos**. Santaluz-BA: IBGE, s.d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santaluz/historico>. Acesso em: 20 dez. 2023.

JULIANO, Francis. Santaluz: Prédio histórico é demolido e causa revolta em moradores. **Bahia Notícias**, 04 Jul. 2019. Municípios. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/municipios/noticia/17141-santaluz-predio-historico-e-demolido-e-caoa-revolta-em-moradores>. Acesso em: 12 dez. 2023.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. **Revista CPC**, n. 1, p. 16-40, 2006.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**, v. 18, p. 287-320, 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: COMPANHIA DAS LETRAS, 2012.

MACHADO, Cleber Bonetti; SILVA, Helena Ayoub. **Memorial de Restauro Escola Estadual Francisco Glicério**. Campinas: 2009.

MENDES, Francisco Roberval. **Arquitetura no Brasil: de Cabral a Dom João VI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milenio, 2011.

MENDONÇA, Lisandra Franco de. Da inconstância da fortuna. A teoria e a metodologia do restauro em contexto Europeu. **PosFAUUSP**, v. 26, n. 49, p. e148965-e148965, 2019.

MOREIRA CARNEIRO SANTOS, E.; COELHO NETO, A. S.; ARAUJO DA SILVA, O. De Região Sisaleira a Território do Sisal: desvelando as nuances do processo de delimitação da diferenciação espacial no Semiárido Baiano. **GeoTextos**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2015. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v11i2.13472. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/13472>. Acesso em: 27 dez. 2023.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. Conviver o sertão: origem e evolução do capital social em Valente/Ba. São Paulo: Annablume; Fapesp; Valente: APAEB, 2003.

REIS, Cristina da Costa Santos. **A atuação política da Família Leitão em Santa Luz- (1896-1962)**. Monografia (Graduação em História)- Departamento de Educação, Licenciatura em História, Universidade do Estado da Bahia. Conceição do Coité, p. 57. 2015.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. da; ARAUJO, O. **A precarização do trabalho rural no processo produtivo do sisal: a informalidade e o silêncio dos inocentes**. In: JORNADA DO TRABALHO, 11, 2010, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB, 2010.

SANTOS, Edinusia Moreira C.; SILVA, Onildo Araujo da. Agentes sociais de produção do espaço rural no território do sisal–Bahia. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 9, p. 71-88, 2010.

SANTOS, Otávio Lima dos. **Aspectos da arquitetura civil edificada no centro histórico do Município de Itaberaba-BA**. Monografia (Graduação Engenharia Civil)- Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cruz das Almas, p. 24. 2021.

SANTOS, Raiane Gomes da Cruz. **RESTAURAÇÃO DO CASARÃO DOS ALCÂNTARAS LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA/BA**. Dissertação (Mestrado profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. (Orientadora: Prof. Dr. Mário Mendonça de Oliveira).

SCHÜRMAN, Betina. Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos. **TEXTOS DE HISTÓRIA. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB.**, v. 7, n. 1-2, p. 149-178, 1999.

SILVA, Onildo Araújo da. Rede urbana e dinâmica regional no estado da Bahia: um olhar sobre o Território do Sisal. In: DIAS, Patrícia Chame; SANTOS, Jânio (Org.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador: SEI (Série estudos e pesquisas, 94), 2012. p. 215-229. Disponível em: [https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep\\_94.pdf](https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep_94.pdf). Acesso em: 27 dez. 2023.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. Mapa de danos: recomendações básicas. **Olinda: CECI**, 2009.

YAMANA GOLD. Do relatório tocante ao subsídio do processo de licenciamento ambiental da atividade de extração de ouro no empreendimento, situado no município de Santa Luz, denominado Projeto C1 - Santa Luz, da Mineração Fazenda Brasileiro S.A., em atendimento ao Art. 2º da Resolução CONAMA 001/86 e ao Termo de Referência elaborado pelo CRA – Centro de Recursos Ambientais do Estado da Bahia (Processo CRA nº 2006-005472/TEC/LL-0057). Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente, 07 de novembro de 2011. Relatores: Eder Luiz Santo e Thelma Cristina Groque.

